



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Biomédico

Instituto de Medicina Social

Pedro de Oliveira Schprejer


**Corpo, subjetividade e política: o ideário libertário das
décadas de 60 e 70 em uma revista de
“jornalismo da psicologia”**

Rio de Janeiro

2009

Pedro de Oliveira Schprejer

**Corpo, subjetividade e política: o ideário libertário das
décadas de 60 e 70 em uma revista de
“jornalismo da psicologia”**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Orientadora: Prof.^a Dra. Jane Russo.

Rio de Janeiro

2009

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CB/C

S376 Schprejer, Pedro de Oliveira.
Corpo, subjetividade e política: o ideário libertário das décadas de 60 e 70 em uma revista de “jornalismo da psicologia” / Pedro de Oliveira Schprejer. – 2009.
143f.

Orientadora: Jane Russo.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social.

1. Contracultura – Teses. 2. Ideologia – Teses. 3. Psicologia Política – Teses. 4. Periódicos – Avaliação – Teses. 5. Revista Rádice – Teses. 6. Subjetividade – Teses. 7. Politização – Teses. I. Russo, Jane. III. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Medicina Social. IV. Título.

CDU 316.723

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Pedro de Oliveira Schprejer

**Corpo, subjetividade e política: o ideário libertário das
décadas de 60 e 70 em uma revista de
“jornalismo da psicologia”**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre ao Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva da Universidade de Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Humanas e Saúde.

Aprovada em 28 de abril de 2009.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Jane Russo (Orientadora)
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof.^a Dra. Maria Claudia Pereira Coelho
Departamento de Ciências Sociais - UERJ

Prof. Dr. Jurandir Sebastião Freire Costa
Instituto de Medicina Social - UERJ

Prof. Dr. Gilberto Cardoso Alves Velho
Departamento de Antropologia do Museu Nacional - UFRJ

Rio de Janeiro

2009

AGRADECIMENTOS

A Denise, Alberto, Lúcia e Isabel, por toda a força, carinho, paciência e ajuda que me ofereceram, sobretudo, durante estes dois anos de mestrado. A Mariana Laura, pela inspiração nos últimos meses de trabalho. A minha sobrinha Julia, por ter nascido tão bonita. A toda a minha família. A professora Jane Russo, pela instrução e atenção que tornaram este trabalho possível. A todos os meus amigos e amigas por estarem sempre comigo e pela inspiração intelectual. A Eduardo Passos. A professora Ana Maria Jacó-Vilela e a Alessandra Daflon dos Santos. Aos cepecistas, tropicalistas, pós-tropicalistas e poetas marginais. A todos os que passaram pela revista *Rádice*. Aos colegas, professores e funcionários do IMS. A CAPES pela bolsa de estudos.

RESUMO

SCHPREJER, Pedro de Oliveira. *Corpo, subjetividade e política: ideário dos anos 60 e 70 em uma revista de “jornalismo da psicologia”*. 2009. 143f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade de Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

A pesquisa se debruça sobre o ideário dos anos 60 e 70, investigando como este repercutiu e se manifestou no contexto brasileiro, sobretudo em um determinado nicho do campo *psi* muito influenciado pelas idéias libertárias e antiautoritárias que reverberaram no período. Para tanto, tomei como objeto de pesquisa a revista de psicologia *Rádice*, publicação alternativa escrita, majoritariamente, por psicólogos recém-formados, estudantes de psicologia e jornalistas, que circulou entre 1976 e 1981. Entre outros assuntos, *Rádice* abordou temas relativos à loucura, sexualidade, psicanálise, relações familiares e ecologia. Através da análise deste objeto, interessa-me compreender melhor como a psicologia brasileira se politiza nos anos 70, assumindo uma postura ativista, militando em torno de diversas causas, como a oposição à ditadura militar, a luta antimanicomial e a discussão em torno da desrepressão sexual e liberação dos costumes. Ao mesmo tempo, o processo de transformação individual passa a ser concebido como o único caminho para a transformação da sociedade, fazendo com que a subjetividade se torne um espaço político. Pretendo investigar, portanto, um momento de encontro entre política, subjetividade e corpo, e o surgimento de uma nova prática política que se distancia das grandes questões e da doutrina revolucionária marxista, preocupando-se com o cotidiano, questionando hábitos, comportamentos e formas de relação social.

Palavras-chaves: Psicologia política. Contracultura. Ideologia. Revista *Rádice*. Subjetividade.

ABSTRACT

The research leans over the contrivances of the years '60 and '70 of the past century, inquiring into how they echoed and revealed themselves in the Brazilian context, mostly in a definite place of the *psi* field much influenced by the libertarian and anti-authoritarian ideas which reverberated during that period. Aiming this, I took the psychology magazine *Rádice* as an object of research. *Rádice* was an alternative publication which was written mostly by recently graduated psychologists, psychology students and journalists, and circulated from 1976 to 1981. Among many subjects, *Rádice* approached issues related to madness, sexuality, psychoanalysis, family relationships and ecology. Through the analysis of this object, my interest is to get a better understanding of how Brazilian psychology got politicized in the years '70, assuming an activist posture, militating on behalf of various causes, like the opposition to military dictatorship, fight against the psychiatric asylum and the discussion about sexual disrepression and liberation of customs. At the same time, the process of individual change starts to be conceived as the only way to change society, turning subjectivity into a political ground. I intend to investigate, therefore, a moment of a meeting between politics, subjectivity and body, and the coming forth of a new political practice which withdraws from the great issues and from the Marxist revolutionary doctrine and which worries itself with daily life, with the questioning of habits, behaviors and forms of social relationship.

Keywords: Political psychology. Counterculture. Ideology. *Rádice* Magazine. Subjectivity.

And the waitress is practicing politics
As the businessman slowly gets stoned
Yes, they're sharing a drink they call loneliness
But it's better than drinkin' alone

Billy Joel – Piano Man

Trocar o logos da posteridade
Pelo logo da prosperidade.

Gilberto Gil – Logos Versus Logo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 A CONTRACULTURA E A IDEOLOGIA LIBERTÁRIA	18
1.1 Maio de 68, a nova esquerda e as críticas ao marxismo tradicional	24
1.2 Os anos 60 como surgimento de um novo paradigma	28
1.3 A contracultura no contexto brasileiro	30
1.4 Psicanálise, tóxicos e hedonismo nos anos 70	40
2 PSICOLOGIA E POLÍTICA	47
2.1 A cultura psicológica e a pós-psicanálise	49
2.2 Herdeiros e bastardos	50
2.3 As transformações no campo <i>psi</i> brasileiro	52
3 <i>RÁDICE</i> - REVISTA DE PSICOLOGIA	59
4 ANÁLISE DA REVISTA <i>RÁDICE</i>	68
4.1 A política em transformação: da luta armada à política do cotidiano	71
4.1.1 <u>Luta contra a repressão política</u>	72
4.1.2 <u>Corpo e comportamento</u>	82
4.1.3 <u>As novas bandeiras políticas</u>	95
4.2 A psicologia e a psiquiatria como política	100
4.2.1 <u>Debates em torno da prática psiquiátrica</u>	101
4.2.2 <u>Militância no campo <i>psi</i> brasileiro</u>	108
5 CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	125
ANEXO A – Algumas capas da Revista <i>Rádice</i>	130
ANEXO B - Matérias e artigos contidos na <i>Rádice</i> - Revista de Psicologia	139

INTRODUÇÃO

Nas últimas duas décadas, foram lançados, com grande repercussão, alguns filmes que abordavam experiências vividas nos anos 60 e 70 por personagens que estiveram, de alguma forma, envolvidos com os acontecimentos políticos que se deram no período. Só para citar algumas destas produções, temos “Os Sonhadores” (*EUA / França / Itália*: 2003), de Bernardo Bertolucci - ambientado na Paris dos dias que precederam o Maio de 68 -, “As Invasões Bárbaras” (*Canadá*:2003), de Denys Arcand, “Edukatoren” (*Alemanha*:2004), de Hans Weingartner, e “A Culpa é do Fidel” (*França*: 2006), de Julie Gavras. Também não foram poucos os autores que escreveram livros sobre o período – na maioria das vezes baseados em suas próprias trajetórias –, como é o caso do ex-militante maoísta francês Olivier Rolin, que lançou o belo “Tigres de Papel”. Antes disso, no Brasil, Fernando Gabeira já havia publicado, durante a década de 80, sua trilogia, composta pelos livros “O que é isso companheiro?”, “O crepúsculo do macho” e “Entradas e bandeiras”, um relato autobiográfico que narrava desde a militância política contra a Ditadura Militar, passando pela prisão e o exílio, até a sua volta ao Brasil.

As transformações ocorridas no mundo durante as décadas de 1960 e 1970 e suas conseqüências permanecem como um rico objeto de análise a ser explorado. Conquistas de direitos civis, queda de uma série de tabus no campo do comportamento, questionamento aos ideais de progresso, explosão do desejo como arma política, questionamento do marxismo, nascimento do hedonismo consumista, reformulação do capitalismo: estes e outros acontecimentos e efeitos foram citados recentemente por pensadores como Negri, Glucksmann, Zizek, Rancière e Touraine nas entrevistas realizadas pelos cadernos especiais publicados por diversos jornais na ocasião da comemoração das quatro décadas desde o ano de 1968. É interessante notar que se chega próximo de um consenso a respeito do que teria representado o ano de 1968 para a sua época, porém, quando a indagação é sobre o significado que este fatídico ano possui hoje em dia, surgem grandes discordâncias.

Nasci no início dos anos 80, em uma realidade já bem diferente tanto dos anos 60, quanto dos anos 70, as quais conheci através de livros, imagens e reflexões teóricas. Cresci em um Brasil que caminhava para a redemocratização e diante da efervescência da cultura de massa televisiva que abarcou o país. Lembro de ter acompanhado, com 5 ou 6 anos, a mobilização em torno da campanha pelas Diretas Já e, depois, mais velho, toda a trajetória de

Lula até chegar ao Palácio da Alvorada. Desde pequeno, esta era, para mim, a Política: grandes líderes e seus seguidores, militantes de partidos políticos, programas eleitorais, debates na televisão e notícias nas primeiras páginas dos jornais. Lembro-me ainda da inflação, do confisco das popanças, do impeachment, do Plano Real...

Em um determinado momento, não sei exatamente como, a cultura americana da década de 60 começou a me interessar. Fiquei fascinado primeiro com a música, depois com os filmes e o clima daquela época, que me parecia tão intensa e sedutora. Ao mesmo tempo, conheci, através de pessoas mais velhas próximas e das aulas de História da escola, relatos da barra-pesada que foi este período no Brasil. As décadas de 60, principalmente o final, e de 70 eram para mim uma época paradoxal, de uma liberdade tão celebrada e cantada e de uma repressão que gerou traumas no país. De roupas coloridas e trevas. Dos grandes ídolos do rock e de violência contra pessoas de quem eu gostava.

O livro “O crepúsculo do Macho”, de Fernando Gabeira, foi o primeiro relato que li e uma das inspirações desta pesquisa. Nele Gabeira narrava os anos passados no exílio, principalmente no Chile e na Suécia, enfatizando as transformações ideológicas e existenciais pelas quais havia passado. Ele, que participara de ações armadas contra o regime militar e tivera a sua formação política fundamentada no marxismo, havia entrado em contato com uma série de novas questões e debates, como a liberação sexual, as reivindicações do movimento feminista e o ambientalismo. Gabeira narra como foi se interessando e aderindo à perspectiva de uma esquerda mais libertária e menos preocupada essencialmente com a luta de classes. Agradou-me muito ler aquele relato que ia além das meras descrições, celebrações ou lamentos a respeito do período. Porém, o mais importante é que Gabeira apresentava ali uma concepção diferente sobre o que seria a prática política, da qual eu tinha ouvido muito pouco falar. Havia ali uma política que parecia abarcar as questões do cotidiano, que parecia extrapolar dos jornais para o dia-a-dia. Esta era a sensação que eu tinha.

Passei a me perguntar, então, onde todo aquele ideário dos anos 60 e 70 havia ido parar. O que teria acontecido com as idéias tão fortes e vivas naquele relato que simplesmente pareciam não fazer parte do mundo em que eu vivia? Os anos 60 e 70 pareciam ser apenas capas de discos e relatos, ora saudosistas, ora amargos. Isto seria a única coisa que havia permanecido daquilo tudo?

Como afirmei acima, estas são perguntas complexas, dúvidas que, creio eu, permanecem vivas para ser pensadas e, na medida do possível, esclarecidas. Minha intenção nesta pesquisa é a de me debruçar sobre o ideário da época, investigando como este repercutiu e se manifestou no contexto brasileiro. Irei concentrar minhas análises, principalmente, em

um determinado nicho do campo *psi*, o qual foi muito influenciado pelas idéias libertárias e antiautoritárias que tanto reverberaram nos anos 60 e 70. Para tanto, tomei como objeto de pesquisa uma publicação independente cujo grande mérito, a meu ver, foi ser capaz de condensar em suas páginas muitas destas questões em torno das quais tanto se debateu no período.

A revista de psicologia *Rádice* era impressa no Rio de Janeiro e contava com algumas sucursais no Brasil todo. A publicação circulou entre 1976 e 1981, teve 15 exemplares (mais dois números extras) e era escrita majoritariamente por psicólogos recém-formados, estudantes de psicologia e jornalistas. Entre outros assuntos, *Rádice* abordou temas relativos à loucura, sexualidade, psicanálise, relações familiares e ecologia. Seguindo uma tendência da imprensa alternativa da época, a publicação primava por um texto direto, bem humorado e contundente, abordando temas espinhosos e, algumas vezes, no limite do que seria considerado “subversivo” pelo regime. Aproveitando-se da gradual abertura que o país vivia, a revista denunciou casos de tortura e desaparecimento de militantes de esquerda e se opôs às arbitrariedades do governo militar brasileiro e de outros regimes autoritários da América Latina.

Escolhi *Rádice*, principalmente, por ser um bom exemplo de como uma parte da psicologia se politiza nos anos 70, assumindo uma postura ativista e militando em torno de diversas causas como na oposição à Ditadura Militar, na luta antimanicomial e na discussão em torno da desrepressão e liberação dos costumes. Ao mesmo tempo, a subjetividade passa a ser pensada como um espaço para a transformação individual que levaria à verdadeira revolução na sociedade. Portanto, interessa-me investigar este processo no qual a psicologia se politiza e a política passa a integrar também esferas como a sexualidade e a subjetividade.

Com o tempo, *Rádice* foi abrindo espaço para novas tendências que ganhavam impulso na área *psi*, como as terapias bioenergéticas e corporais. Havia ainda um grande espaço para o debate sobre comportamento e subjetividade, com textos que discutiam idéias de pensadores populares nos anos 60/70, como Wilhelm Reich, retomado no período, Michel Foucault, Antonin Artaud, Franco Basaglia, R.D. Laing e Felix Guattari. Sendo assim, creio que a Revista *Rádice* engloba um grande universo de idéias, debates e práticas que marcam a segunda metade dos anos 70.

Pretendo analisar como a revista expressa um processo, identificado por muitos autores que investigaram os anos 60 e 70, correntemente definido como a *politização do cotidiano*, isto é, a consciência de que todos os aspectos do cotidiano fariam parte da esfera da política. Velho (2008) definiu esta transformação nas seguintes palavras:

Temos então, progressivamente, algo que poderíamos chamar de politização do cotidiano. Quer dizer, não é só a grande política, é o cotidiano quando você está discutindo os direitos das minorias, quando você está discutindo minorias dos mais variados tipos, quando você está discutindo hábitos, costumes, tipos de família. Mais uma vez a liberdade é um fator fundamental e aparece como um dos elementos básicos da constituição dessa contracultura. (VELHO, 2007:208)

Analisando a mudança de perspectiva de uma parte da esquerda brasileira no contexto da escalada do autoritarismo no início da década de 70, Messeder Pereira observa que:

“Neste contexto(o do aumento da repressão) é que ocorre um redimensionamento da experiência do cotidiano, da experiência mais particular, mais privada. Assim, o próprio cotidiano, mesmo para setores significativos da intelectualidade de esquerda mais habituada a grandes questões políticas, assume uma conotação política; assume o papel do lócus do comportamento, da crítica social. A questão política volta-se, em grande medida, para questões “pequenas” surgidas da experiência cotidiana dos agentes sociais.

Para me aprofundar neste processo de transformação senti a necessidade de analisar o ideário que eclode nos anos 60 e 70. Quatro décadas se passaram desde o emblemático ano de 1968, quando jovens ao redor do mundo todo tomaram ruas e universidades, em protestos que tinham causas políticas locais, mas também muitas razões em comum. “A imaginação no poder”, “sejamos realistas, peçamos o impossível”, “é proibido proibir”: as frases de tintas surrealista escritas nos muros de Paris e de outras cidades francesas revelavam o tom lúdico e contestador desses movimentos que se opunham ao autoritarismo e a uma série de valores centrais da sociedade burguesa. Nos Estados Unidos, os hippies construía suas comunidades alternativas e o movimento pacifista contra a Guerra do Vietnã levava multidões às ruas. Na antiga Tchecoslováquia, a população tentava um levante pacífico contra o domínio comunista, mas a “primavera de praga” seria duramente reprimida por milhares de tanques soviéticos. Naqueles anos, ao redor do mundo todo eclodiriam grandes manifestações populares que deixaram os establishments locais de cabelos em pé.

A juventude pela primeira vez se fez ouvir. Ao lado das idéias antiautoritárias que desabrochavam, era posta em prática uma nova forma de militância e prática política. Os partidos, sindicatos e cartilhas revolucionárias baseadas em doutrinas eram eles também contestados por movimentos que pregavam a autonomia e o fim das hierarquias. A política institucional, conhecida como a Grande Política, cede espaço para uma politização do

cotidiano, a contestação tanto dos valores da sociedade burguesa, quanto do marxismo radical e a criação de novas posturas no terreno dos costumes.

Atualmente, muitos pensadores vêm tentando compreender que espécie de transformações sociais foram engendradas pelas idéias libertárias que ganharam força a partir da década de 60. Mudanças liberais no campo dos costumes e da sexualidade e um maior reconhecimento dos direitos das minorias são praticamente indiscutíveis, mas, para alguns, os efeitos dos eventos que se deram no período vão ainda mais longe.

Salem (1993) enxerga o florescimento de uma nova ideologia, o *individualismo psicologizante libertário*, uma forma radical de individualismo que se opunha com todas as forças ao caráter englobante e normativo da sociedade. Paz (1981) crê que o fenômeno ao qual chama de “rebeliões da juventude” teria causado transformações na própria estrutura da civilização e na estrutura psíquica dos indivíduos. Isso teria acontecido, principalmente, pela substituição da crença no futuro como um destino de redenção e glória para a humanidade, que orientava tanto o capitalismo quanto o marxismo, pela “ênfase no presente”, no “aqui e agora”. Assim, o ideário que informa os anos 60 e 70 teria criado as bases para uma nova percepção da realidade e uma nova postura diante do tempo e da vida. A responsabilidade quanto ao futuro, a crença no sacrifício do agora por um bem maior a ser alcançado depois, vai perdendo espaço para um tempo mais imanente, no qual o corpo se contrapõe à razão e ao intelecto. Como nota Morin (2008), o signo da festa e uma racionalidade imaginativa e lúdica se misturaram ao pensamento crítico da esquerda. O prazer obtido no instante foi reivindicado também enquanto afirmação de uma postura, de uma nova ética diante da vida.

No final dos anos 60, ganha terreno uma nova crítica libertária voltada contra qualquer esfera social que vise englobar o indivíduo e impor-lhe alguma norma. (SALEM, 1993). As palavras “indivíduo” e “liberdade” ocupam o lugar de valores máximos nessa ideologia, opondo-se a uma sociedade autoritária que inibiria o livre desenvolvimento do potencial individual. A oposição ao autoritarismo e à opressão social e a luta pela autonomia irão orientar movimentos políticos que passam a atuar em diversas causas.

As práticas autoritárias passam a ser denunciadas e combatidas naquilo que seriam suas expressões mais sutis e cotidianas. Cria-se, naquele momento, que o indivíduo só poderia se desenvolver plenamente e com liberdade em uma sociedade realmente igualitária e sem hierarquias. Movimentos em torno da reivindicação dos direitos civis de minorias raciais, étnicas e sexuais eclodem com força e novas bandeiras políticas passam a coexistir com a crença na revolução social:

Não apenas nos EUA, mas em todos os lugares onde floresceu a cultura jovem dos anos 60 foi extremamente sensível e simpática a toda e qualquer movimentação de grupos étnicos ou culturais que se vissem nessa posição de marginalidade ou exclusão diante das vantagens e promessas da sociedade ocidental. (MESSEDER PEREIRA,42)

Ideólogos e ativistas libertários passam a debater, então, se a verdadeira revolução envolveria uma reforma total nas instituições da sociedade burguesa ou ocorreria somente após a disseminação da decisão individual de abandonar as cidades para se viver em comunidades que funcionariam como sociedades alternativas. Acreditava-se que a libertação do indivíduo frente ao autoritarismo passaria, a um só tempo, pelo corpo e pela subjetividade. Diante desta idéia, a repressão sexual, atribuída à moral religiosa e burguesa, das quais os indivíduos seriam vítimas, passa a ser vista como o principal mecanismo de controle social, e a liberação sexual assume o *status* de um dos mais importantes combates políticos a serem travados. A suposta desrepressão da sexualidade, as experiências com drogas e outras “viagens interiores” em busca do autoconhecimento – que envolvem desde psicanálise até as experiências místicas - ganham força e tornam-se práticas de busca e afirmação de novos valores e estilos de vida.

As idéias libertárias inspiradas pela contracultura e pela Nova Esquerda que desponta em 1968 começam a ganhar espaço no Brasil no fim da década de 1960, momento marcado pelo endurecimento do regime autoritário e pela forte repressão aos movimentos políticos de oposição. Perseguida, a esquerda é obrigada a calar-se, fugir para o exílio ou assumir os riscos – que, de fato, eram muito grandes – de exercer uma prática de contestação da política e da ideologia do Governo Militar. A partir do ano de 1969, após a instauração do AI-5, os movimentos que pretendiam derrubar a ditadura e tomar o poder passam a ser cruelmente sufocados.

Nesse contexto, movimentos artísticos como a Tropicália incorporam e reelaboram as novas idéias que exaltavam valores como liberdade, imaginação e prazer. Ao mesmo tempo, a doutrina marxista é revista e criticada por alguns setores da esquerda, que passam a considerá-la conservadora no campo dos costumes e moralista, como nota Heloísa Buarque de Hollanda (2004:78):

A fé no marxismo como ideologia redentora é abalada pelo sentimento de que a única realidade seria o poder.(...) O moralismo comunista é recusado como uma atitude de “salão” que resguarda o corpo, teme as forças revolucionárias do erotismo e evita pensar as próprias contradições.

O afastamento e desinteresse pela prática política revolucionária cedem espaço para novas formas de pensar a relação entre indivíduo e sociedade. Durante o período que se segue “o engajamento na prática política é substituído pela valorização da “mudança de vida” como tema emergente”. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004:74)

É interessante compreender o que significava essa “mudança de vida” e como tal noção tornou-se popular durante o período analisado, apresentando-se, a um só tempo, como uma proposta ideológica e um estilo de vida em radical oposição, tanto em relação ao regime autoritário brasileiro, quanto em relação à sociedade tecnocrática burguesa. A transformação pessoal pressupunha, antes de tudo, que fosse operada uma grande transformação interior - trabalho de auto-aperfeiçoamento que deveria ser feito por cada indivíduo. Se já não visa tomar o poder (pois de fato o poder visto como dominação e imposição de normas é exatamente aquilo que passa a ser questionado), essa nova forma de contestação irá repensar as relações sociais, questionando os pilares da sociedade capitalista, como a produtividade, o trabalho como obrigação e o valor da ciência, da tecnologia e do progresso. Mesmo o valor da ideologia, das teorizações em torno de uma doutrina ou sistema intelectual que leve a um mundo mais justo serão colocadas sob suspeita, vista como um distanciamento do *aqui e agora* .

O campo *psi* também é fortemente influenciado, ao mesmo tempo em que influencia todo este ideário. Como demonstra Castel (1989), a Nova Esquerda francesa irá incorporar a psicanálise em seu campo de influências. Idéias como antinormatividade e a crítica ao autoritarismo orientaram experiências no campo da psiquiatria e críticas ao uso da psicologia e da psicanálise com estes fins. O radical questionamento às práticas empregadas pela psiquiatria tradicional e ao tratamento dado aos loucos, elaborado, entre outros, por Laing, Cooper, Esterson, Foucault e Guattari gerou grande repercussão, influenciando uma série de movimentos quem militaram pela reforma e até mesmo pelo fim dos hospitais psiquiátricos.

Paralelamente, o projeto em torno da liberação sexual, tão fomentado no período, irá ser fortemente influenciado pelas obras de Reich, retomadas na década de 60. Na década de 70, despontam no Brasil diferentes estilos de terapias corporais inspiradas na obra do autor alemão.

Creio que a revista *Rádice* é uma testemunha das idéias, dos acontecimentos e, sobretudo, do clima da segunda metade dos anos 70 no Brasil. Nela estão presentes desde a luta antimanicomial, que se empreendeu no país para por fim ao tratamento desumano que os pacientes psiquiátricos recebiam em muitos hospitais e clínicas, até o surgimento da preocupação com temas ecológicos, passando por toda a discussão em torno da repressão

sexual e o desabrochar das terapias alternativas no Brasil. Com base em todo este ideário das décadas de 60 e 70 e nas transformações do campo *psi*, interessa-me captar nas páginas da *Rádice* um momento de encontro entre esferas como a política, a sexualidade e a subjetividade, um momento em que novas questões são colocadas e uma outra concepção de política, mais voltada para o cotidiano é posta em prática. Antes de mergulhar na análise dos textos publicados na *Rádice*, farei um apanhado teórico e histórico a respeito dos anos 60 e 70 no Brasil e no mundo. Creio que só desta forma poderemos compreender melhor estas novas idéias que surgem e são expressas na *Rádice*, uma revista de psicologia voltada para o ativismo político em torno de causas que abarcavam não apenas os problemas relacionados à saúde mental. Gostaria de dizer que este trabalho é, ainda, uma oportunidade para investigar, de forma mais crítica e analítica, um ideário sob o qual se construiu um mito libertário, ainda hoje muito sedutor para os jovens, mas que possui aspectos datados, idealizações e falhas como qualquer outra perspectiva.

No primeiro capítulo desta pesquisa irei analisar diversos autores que refletiram sobre os acontecimentos dos anos 60 e 70. Com isso, pretendo me aprofundar naquilo que considero ser o substrato ideológico do período, constituído por ideais como antiautoritarismo, autonomia e liberdade individual. A seguir, com base em estudos feitos por Heloisa Buarque de Hollanda, Carlos Alberto Messeder Pereira, Roberto Schwarz, sobre a produção cultural brasileira no período, tentarei compreender como a perspectiva política de uma parte significativa da esquerda brasileira, na qual insiro a *Rádice*, sofre modificações em um percurso ideológico que vai do início dos anos 60 ao fim da década de 70. Com base na pesquisa de Gilberto Velho sobre o uso de tóxicos entre um grupo de amigos da classe média alta carioca tentarei expor a importância que aspectos como a transformação pessoal e a construção de um estilo de vida autêntico passaram a ter para uma determinada geração, nos anos 70, no Brasil.

No segundo capítulo, enfatizarei as transformações pelas quais o campo *psi* passaria no período e de que forma estas mudanças estavam ligadas ao ideário da época. Para tanto, abordarei, principalmente, as análises de Robert Castel, sobre o campo *psi* francês, e de Jane Russo, a respeito do surgimento e consolidação de um cenário alternativo constituído por terapeutas corporais durante as décadas de 70 e 80, no qual alguns dos membros da *Rádice* ingressariam com entusiasmo.

A seguir, no terceiro capítulo, apresentarei com mais detalhes o meu objeto de pesquisa, a *Rádice – Revista de Psicologia*, narrando um pouco de sua história, os bastidores do processo de produção, aspectos editoriais, seu surgimento, crescimento e fim. No último

capítulo, farei uma análise de trechos da publicação previamente selecionados por mim, que acredito revelarem interessantes aspectos sobre a revista e sobre o foco de minha pesquisa. Tentarei demonstrar assim, como uma parte do campo *psi* brasileiro se politiza aderindo à uma série de causas no campo da saúde mental, dentre as quais a mais importante será a discussão em torno das práticas aplicadas pelo tratamento psiquiátrico no Brasil. Pretendo compreender ainda, através dos discursos construídos na *Rádice*, como a subjetividade e a relação do indivíduo com seu corpo, sua sexualidade e com o prazer se tornam aspectos relacionados à esfera da política.

1 A CONTRACULTURA E A IDEOLOGIA LIBERTÁRIA

Quando quase ninguém acreditava mais na possibilidade de uma revolução por insurreição nos países do primeiro mundo, eclode um movimento de massas que não apenas parecia a velha revolução como expunha a fragilidade de um regime que até então se acreditava estável e consolidado.

(Eric Hobsbawm (1994 :431), comentando o Maio de 68, na França)

Tomando como ponto de partida as idéias de L. Dumont, Salem afirma que a ideologia individualista moderna possui a igualdade como princípio estruturante: os sujeitos concebidos como iguais, dotados do mesmo valor e livres. Ao contrário das sociedades tradicionais holísticas, regidas pelo signo da hierarquia, nas quais o indivíduo deve sempre se submeter à hierarquia da sociedade, na modernidade os indivíduos se contrapõe, em maior ou menor grau, aos englobamentos sociais e hierarquizações.

A sociedade, tal como qualquer outra instância pretensamente englobante, é vislumbrada como um fardo que constrange o valor quase sagrado que os modernos atribuem ao indivíduo e à liberdade. (SALEM, 1993:61)

As palavras “indivíduo” e “liberdade” ocupam o lugar de valores máximos na ideologia que desabrocha no fim dos anos 60 (SALEM, 1993), contrapondo-se a uma percepção da realidade social como sendo permeada por normas que reprimiriam e inibiriam o livre desenvolvimento do potencial dos indivíduos. Deste modo, a contestação de tudo aquilo que é visto como autoritário e normativo orienta uma série de movimentos políticos em diversos campos, dentre os quais se pode citar, entre outros, a luta pelos direitos civis das minorias étnicas e sexuais e as críticas ao poder médico e psiquiátrico.

A libertação do indivíduo passaria, a um só tempo, pelo corpo e pela sua subjetividade: tratava-se de um processo interno de romper as correntes repressivas que seriam introjetadas pela educação na sociedade burguesa. Acreditava-se então na noção de que apenas indivíduos definitivamente libertos das normas sociais poderiam construir uma

sociedade livre. Libertar-se seria, então, a condição fundamental para a transformação revolucionária da sociedade.¹

O questionamento das instituições sociais, vistas como mecanismos a serviço de um sistema autoritário e hierárquico, torna-se um dos pontos paradigmáticos da contracultura:

A primeira característica crucial do ideário da época é o questionamento radical a todas as formas de poder e a todas as autoridades constituídas, tendo em vista suas inclinações normalizadoras. Com efeito, contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, o dos homens sobre as mulheres, o dos médicos sobre os pacientes, o dos pais sobre os filhos, o das escolas sobre as crianças etc. (SALEM.)

De acordo com Salém, os anos 60 e 70 possuem um ethos específico, um *tom*, composto por diversas correntes de pensamento e movimentos filosóficos e artísticos de várias épocas que confluíram naquele momento. Fazem parte desse “pacote de influências”, entre outros, as teorias de Reich, publicadas décadas antes e resgatadas naquele momento, o existencialismo do pós-guerra, a Escola de Frankfurt – especialmente Marcuse –, o movimento dos escritores *beats*, patronos da contracultura norte-americana, outros escritores que abordavam temas místicos e esotéricos e, por último, mas não menos importante, a música rock. Desta forma, os anos 60 irão marcar a confluência dessas e de muitas outras correntes em torno de um ideário com muitos pontos em comum, que orienta a constituição do *individualismo psicologizante-libertário*.

Carozzi (1999) analisa o conjunto de fenômenos que chama de *macromovimentos políticos dos anos 60*. O macromovimento seria um complexo de movimentos que reivindicavam causas distintas, mas que teriam uma base ideológica similar, “uma mesma direção de mudança”. Por exemplo, os movimentos anti-nuclear e ecológico seriam práticas informadas pela crítica ao desenvolvimento impensado da tecnologia, fundamentado, dentro de uma análise mais profunda, em um questionamento à ciência e a sua racionalidade. Segundo Carozzi (1999:150), o que caracteriza o macromovimento pós-sessentista seria a busca da “autonomia como causa, como método e como principio de organização”, a afirmação de uma postura anti-autoritária e a rejeição das hierarquias sociais e normas institucionais:

¹ É importante ressaltar que, apesar de ter atingido um grande contingente de jovens no mundo todo, a partir dos anos 60, as idéias libertárias e os movimentos contraculturais eram, de certa forma, elementos de vanguarda que estavam longe de abranger a maioria daqueles que vivenciaram o período, permanecendo assim, circunscritos a um pertencimento de classe e também a uma certa origem social e cultural.

O movimento ecológico, o novo feminismo, novo pacifismo e os movimentos de poder do cidadão reivindicam uma organização em rede, rejeitando as organizações hierárquicas enquanto contestam a função dos Estados como agentes responsáveis da mudança. (CAROZZI, 199: 150)

Temos, como fruto desse macromovimento em torno da idéia de igualitarismo e de autonomia do indivíduo, a formação de uma série de movimentos libertários em diversos setores sociais e áreas de conhecimento. No âmbito universitário, por exemplo, temos os protestos que eclodiram em diversos países a partir da metade dos anos 60, em um “ciclo de protestos autonômicos-libertários” que, de acordo com Carozzi, teve início nas manifestações de estudante norte-americanos contra a guerra do Vietnã e seu ponto culminante no Maio de 68 e na Primavera de Praga.

A pedagogia, por exemplo, passou a pensar, resgatando as idéias de A.S. Neill, a abolição da autoridade do mestre, para que a imposição da disciplina através da hierarquia não mais determinasse o processo de aprendizado dos alunos, como no ensino tradicional². As escolas “livres”, fundamentadas em uma pedagogia construtivista baseada em Piaget, que procuravam transferir para os alunos a responsabilidade por seu aprendizado, fazendo deles sujeitos autônomos de seu próprio conhecimento, foram uma outra expressão da época. Em outra esfera, o questionamento da psiquiatria elaborado, entre outros, por Laing, Cooper, Esterson, irá se engajar na idéia de luta micropolítica, se voltando contra a repressão na família nuclear, ao mesmo tempo em que pensará formas de tornar a relação terapeuta-paciente mais horizontal e menos assimétrica. Serão formuladas ainda muitas críticas ao papel da medicina como detentora de um saber que confere aos médicos o poder de professar a verdade, como nas reflexões sobre o tema elaboradas por Ivan Illich.

Paralelamente, a análise, desenvolvida por Foucault, a respeito do funcionamento dos mecanismos e dispositivos de poder na sociedade moderna e o estudo das funções sociais cumpridas por escolas, prisões, hospitais psiquiátricos e outras instituições também foram exercendo cada vez mais influência no pensamento da época. Um outro trabalho muito importante foi “*Manicômios, prisões e conventos*” de Erving Goffman, no qual a autor destrinchava o funcionamento e o intuito destas instituições. As novas idéias libertárias passavam a ocupar o espaço deixado pelo pensamento marxista, que vinha perdendo popularidade, tanto por conta da ascensão da contracultura libertária, quanto pela denuncia das atrocidades cometidas pelos regimes comunistas em diversos países.

Se lembrarmos o crescente desprestígio do conceito marxista-leninista de revolução e a descrença em relação à atuação dos Partidos Comunistas que começam a ter lugar com virada dos anos 60 em diversos setores da intelectualidade, fica fácil perceber a oportunidade da reflexão desenvolvida por Foucault. (BUARQUE de HOLLANDA, 2004: 105)

Apesar de recusar os englobamentos sociais, o ideário dos anos 60 confere um valor fundamental à prática da sociabilidade, mas somente quando esta se desenvolve horizontalmente, sem relações hierárquicas. Chega-se, assim, à idéia de que o indivíduo se desenvolve plenamente em harmonia com outros, não na sociedade burguesa tecnocrática que estava sendo contestada e, sim, numa sociedade alternativa, igualitária, fora da lógica normalizadora do poder. Neste ponto, é importante resgatar a noção marcusiana de “grande recusa” como “rejeição do desenvolvimento tecnológico e recusa do valor do trabalho/produzibilidade” (SALEM, 1993:68), idéia que foi muito popular no período:

A questão está agora sendo formulada – formulada de fora – e entendida por aqueles que se recusam a fazer o jogo dos afluentes; é a questão de saber se a abolição desse todo não será uma pré-condição para a emergência de uma cidade, Estado, nação, verdadeiramente humanos. (MARCUSE, 1968:19)

A radicalização da postura de “recusa” irá encontrar semelhanças com a experiência hippie do *drop out*, definida por Maciel (2007:71) como a decisão do indivíduo de:

cair fora (...) do mundo organizado tal qual ele se apresenta para criar um outro mundo. Um mundo diferente, com valores diferentes. Um mundo em que possa ser feita uma saudável subversão total de todos os valores.

A idéia era que, ao ser adotada por um grande número de indivíduos, essa decisão colocaria em xeque a estrutura da sociedade burguesa, que viria a ser coletivamente recusada. O sentimento que levaria as pessoas a desejarem uma nova sociedade seria, de acordo com Marcuse (in COHN & PIMENTA, 2008:122) a “repugnância” diante de um sistema que geraria riquezas com base na exploração da miséria e na opressão. Este sentimento seria uma reação política que levaria à rebelião e à revolta.

Uma das convicções que orientaram o ideário da contracultura era de que a verdadeira revolução só poderia ter início no plano individual, para, aí então, tornar-se coletiva. A utopia hippie era ver o mundo transformar-se numa grande comunidade, mas isso só poderia acontecer depois de que cada indivíduo se libertasse. O discurso de um dos ideólogos da

contracultura americana, Timothy Leary, demonstra como a “recusa” dos jovens e o *drop out* dos hippies se articulavam com um sentido político revolucionário:³

Minha leitura histórica é que estes grandes impérios monolíticos que surgiram na história: Roma, Turquia, etc. sempre se desintegram quando um grupo suficiente de pessoas (e são sempre os jovens, os criativos, os grupos minoritários) caem fora e voltam a uma forma tribal. (...) O que prevejo é milhares de pequenos grupos por todos os Estados Unidos e Europa oriental, e, eventualmente, por todo o mundo, caindo fora do sistema. (LEARY, GINSBERG, SNYDER & WATTS, 2008:146)

Libertar-se passa a ser, então, a máxima que irá reger as correntes de pensamento afinadas com essas idéias⁴. Aquilo do que se busca libertar é identificado como o constrangimento, imposto pela sociedade, ao livre desenvolvimento dos potenciais individuais: o indivíduo se lança em uma luta para ver-se livre das amarras do poder. Um dos *fronts* mais importantes nesse combate pela liberação será o questionamento da repressão que incide sobre o corpo, especialmente sobre a sexualidade. É nesse contexto que Reich - cujas idéias sobre a sexualidade, formuladas décadas antes, são resgatadas-, e Marcuse, embora de formas muito diversas, irão falar sobre a necessidade de se combater os mecanismos sociais puritanos e repressivos e da importância de se “erotizar as relações sociais”. Reich e Marcuse pensam, cada um a sua maneira, em novas relações entre prazer e luta política, liberação do corpo e revolução. A liberação da sexualidade reprimida seria um pré-requisito obrigatório para a construção de uma nova ordem social. As autoridades, sobretudo Estado, família e Igreja, inibidoras do desenvolvimento dos sujeitos, deveriam ser repensadas e, até mesmo, de acordo com os interpretes mais radicais dessas idéias, abolidas. Paralelamente, a pílula anticoncepcional, a disseminação dos divórcios e a emancipação das mulheres viriam

³ Professor de Psicologia em Harvard, Leary realizou experiências no laboratório da universidade com o intuito de testar os efeitos das drogas alucinógenas no cérebro. Com o passar dos anos, tornou-se o maior divulgador das experiências com LSD e outras substâncias que, de acordo com o que alardeava incessantemente Leary, em livros, palestras e comícios por todos os Estados Unidos, ampliariam a consciência e a percepção dos indivíduos, possibilitando que atingissem o autoconhecimento e abrissem os olhos para novas possibilidades de existência.

⁴ Tido na época como um dos mais importantes divulgadores da contracultura no Brasil, Luis Carlos Maciel, refletindo sobre sua própria trajetória nos anos 60/70, fala a respeito da influência decisiva das idéias do existencialismo de Sartre para a formulação da concepção de liberdade que seria reivindicada por diversas tendências ativas no período. Assim, segundo Maciel, para Sartre a libertação a ser buscada pelo indivíduo consistiria em “rejeitar todas as regras pré-estabelecidas. (...) principalmente as de comportamento, de normas morais, éticas e tudo mais, e você ser inteiramente livre e naturalmente responsável pelo que você fizer com essa liberdade.” Tal conceito existencialista teria muito em comum com as idéias postas em prática pela contracultura norte-americana. Maciel cita a ponte feita por Norman Mailer, um dos principais pensadores que beberam na fonte da contracultura, em seu famoso ensaio “*The White Negro*”, entre a geração *beat* e a transformação existencial proposta por Sartre: “Norman Mailer disse que esse tipo que aparecia nas cidades norte-americanas, este tipo *deraciné*, livre, *free heelin’*, que vivia *on the road*, tomando anfetamina, bebendo cerveja, fumando maconha, era o existencialista americano.”

provocar grandes mudanças no campo da sexualidade e na estrutura da família nuclear burguesa e sua lógica patriarcal.

De acordo com Salem (1993:63), nos anos 60 e 70 “desvela-se uma identificação entre repressão/ normalização/ poder, e entre liberação/ antinormatividade/ preceito da igualdade”. Uma boa parte da juventude ao redor do mundo é influenciada por essas idéias, abraçando o projeto de “erotizar o poder”, de buscar no prazer, na assunção de uma atitude francamente hedonista, a qual afirmava o desejo como a transgressão por excelência da repressão que permearia as relações sociais:

Se a utopia da época dissolve a oposição entre indivíduo e sociedade, isso se dá a custo da subordinação, existencial e moral, do segundo pólo ao primeiro. O desejo dos sujeitos e a possibilidade de sua plena manifestação constituem, com efeito, o contraponto paradigmático à norma e ao social. (SALEM, 1991: 68)

Nesse contexto, a subjetividade torna-se também pedra de toque do processo de transformação pessoal pautado pela idéia de que a “liberação” é imprescindível. As experiências com drogas, a psicanálise e outras formas de terapias, o pensamento místico, holístico, xamânico, etc, reforçam, de formas distintas e com objetivos diversos, esse sentido de “mergulho na subjetividade”. Todos esses são processos que, por mais que sejam realizados em grupo, ou mediados por profissionais, se destinam a uma singularização, um encontro do indivíduo consigo, iniciativa fundamental para que consumasse um processo de mudança de valores. A transformação subjetiva torna-se, assim, um eixo fundamental no processo de transformação social. Em suma, o subjetivo passa a ser visto também como político. A conquista da liberdade do indivíduo autônomo e a afirmação da liberdade enquanto valor que rege a sociedade, tida como redutível à soma dos indivíduos, são vistos como dois projetos complementares e indissociáveis.⁵

Nas lutas concretas pela transformação da realidade, a política das ruas - mobilizações populares, protestos, movimentos de desobediência civil - é valorizada e praticada de forma intensa, sobretudo nos movimentos que se deram no mundo todo em 1968. Porém, principalmente nos Estados Unidos, por não existir ali uma tradição entre a juventude de luta política de esquerda, informada pelo marxismo, “os projetos de transformação social

⁵ Uma explicação para o significado da palavra “revolução” no imaginário da época é dada por Daniel Cohn Bendit, um dos líderes do Maio de 68: “Para mim, uma boa definição de revolução é dizer que revolução é uma forma excepcional de reformismo” (GABEIRA, 1985:47). Esse reformismo significava libertar a subjetividade e a cultura dos mecanismos de dominação, o que resultaria em modificar a sociedade.

revolucionária explicitavam, cada vez mais claramente, a ênfase, não apenas na busca da liberdade, mas fundamentalmente do prazer”. (MESSEDER PEREIRA, 1986:39).

A política, antes encastelada em um mundo burocrático e institucional, praticamente vedado aos jovens, passa a não mais se dissociar do cotidiano. O que é e deixa de ser político torna-se indeterminado, o ativismo civil e a transgressão de uma série de normas e valores estabelecidos e conseqüente afirmação de outros valores (e talvez outras normas também) estabelecem-se como práticas eminentemente políticas. Havia nos Estados Unidos um forte contingente de grupos políticos formados por indivíduos que se ressentiam de amargarem uma posição marginal na sociedade norte-americana. Movimentos dos negros, mulheres e gays ganhavam a simpatia de *hippies* e outros “desajustados” – todos identificados com esse “macromovimento” em busca de autonomia e liberdade. A reivindicação de direitos iguais no campo jurídico não se contrapunha, mas se somava à crença na importância da singularidade, crença no indivíduo livre, autônomo, emancipado. A afirmação da heterogeneidade, a conquista do direito a ser aquilo que se é, jogando por terra todos os padrões normativos e de normalidade, é a peça-chave no ativismo político que se consagrou nos anos 60 e 70. Essa luta se deu em esferas civis, institucionais, e no interior da comunicação de massa, mas também na afirmação cotidiana de estilos de vida “autênticos”, não convencionais, novas formas de se relacionar socialmente, sexualmente, etc.

1.1 Maio de 68, a nova esquerda e as críticas ao marxismo tradicional

Um momento de suma importância no processo de eclosão de uma nova esquerda em diversos países foi o ano de 1968, permeado por movimentos libertários que procuravam se desvencilhar tanto da sociedade burguesa, tanto dos grilhões doutrinários da ortodoxia marxista representada por partidos e sindicatos. Edgar Morin (2008:30) escreveu que o Maio de 68, em Paris, foi vivido, mais do que como um protesto, como uma grande festa, como um jogo: “O fenômeno notável é que a paralisia do poder social se traduziu numa alegria dos indivíduos”.

Esse caráter festivo foi uma das características mais marcantes do movimento. Um dos grupos políticos mais ativos durante os meses de mobilização foi a Internacional Situacionista, formada em Estrasburgo, nos anos 60, da qual fazia parte Guy Debord. Em um

manifesto divulgado em 1966, os situacionistas explicavam como deveria ser feita a revolução: “As revoluções proletárias serão festas, ou não serão revoluções, pois a vida que elas anunciam será ela mesma criada sob o signo da festa. O jogo é a racionalidade última desta festa, viver sem horas mortas, gozar sem entraves”. (MATOS, 1981:63)

O Maio de 68 foi um movimento complexo, composto por diversas tendências ideológicas, que possuíam entre si afinidades e dissensos. Houve durante os protestos uma grande tensão entre grupos sindicalistas e partidos, de um lado, e grupos de estudantes, de outro. Parte dos estudantes se voltou contra a hierarquia que permearia tanto a sociedade capitalista quanto o movimento operário e o Partido Comunista, assumindo uma perspectiva de “reivindicação da autonomia a respeito das estruturas burocráticas e das hierarquias de autoridade até então aceitas” (CAROZZI). “Aquele que fala na revolução sem mudar a vida cotidiana tem na boca um cadáver”, dizia uma pichação em Estrasburgo. (MATOS, 1981:63).

Essas frases, escritas pelas ruas em toda a França, demonstravam aquilo a que Morin (2008:31) se referiu como o “caráter lúdico dos combates entre os estudantes e as forças de ordem”. Fazia-se notar claramente a influência do surrealismo de André Breton e sua crítica rascante e bem-humorada, brincando com paradoxos, como na talvez mais famosa de todas as frases das ruas de Paris: “A imaginação no poder”. A curiosa dialética que se dá entre o lúdico e o político é, segundo Morin, o aspecto mais inovador do Maio de 68. A poesia, a metáfora, o paradoxo, subvertem o discurso político “sério” e doutrinário. A imaginação desafia a racionalidade, e a estética e a criatividade mostram-se mais atraentes do que a força bruta. Uma parte dos integrantes do movimento acreditava que a revolução devia ser feita sem diretrizes dogmáticas e hierarquias, mas com prazer, alegria e criatividade. Tais elementos eram vistos, aliás, como armas indispensáveis contra o poder: uma frase inscrita em uma parede chegaria mesmo a decretar o “estado de felicidade permanente” - mais uma brincadeira com paradoxos.

A ocupação da Sorbone por estudantes que a transformam na comuna central do movimento significou uma afronta a um sistema ensino ao qual acusavam de conservador e à hegemonia do saber e do conhecimento concentrados na “Universidade Burguesa”. O ato insere-se em uma tendência mais ampla, que ganhava força no final dos anos 60, de anti-intelectualismo e crítica ao caráter hegemônico do racionalismo positivista. Buscam-se novas

linguagens, que expressem uma “nova sensibilidade”, lúdica, ousada, irreverente, mas ativista e militante no campo político.⁶

As críticas ao racionalismo, ao intelectualismo e à técnica estarão presentes em quase todos os movimentos ditos de contracultura. Coelho (2007:123) descreve os valores tradicionais da modernidade, veementemente contestados pela geração libertária dos anos 60 e 70:

(...) industrialização avançada, ideologia do consumismo, a massificação (e a conseqüente sufocação da individualidade), a tecnocracia (entendida como uma química de modernização, racionalização, planejamento e burocracia) e a ênfase na técnica em detrimento do humano - todo esse edifício cimentado pela ciência e sua busca de objetividade racionalista.

O “viver sem horas mortas” reivindicado pelos situacionistas remete à idéia de viver o “aqui e agora”, entregar-se ao presente. Dentro do mesmo contexto, as grandes teorias sociais e doutrinas nas quais a esquerda acreditava e embasava seus valores e ações estavam sendo questionadas como verdades arbitrárias, retóricas, projeções intelectuais sobre o futuro. Considerava-se que a crença na teoria seria responsável por um indesejável “retardamento da ação”. (MESSEDER PEREIRA, 1981:92).

Como mencionamos anteriormente, Octavio Paz analisa um fenômeno que chama de “ênfase no presente”, a partir das mudanças trazidas pela rebelião da juventude. Segundo Paz, os efeitos das mudanças iriam muito mais longe do que a mera revolução, entendida como “mudança radical de um regime para o outro”, elas extrapolariam a estrutura político-social do regime, causando intensas transformações na “estrutura geral da civilização”, e até mesmo na “estrutura psíquica da civilização”. (MESSEDER PEREIRA, 1981:112). Radicalizando as críticas feitas às instituições ocidentais desde o século XIX por poetas românticos, surrealistas e filósofos, e optando por viver apenas o “aqui e o agora”, os jovens estariam experimentando uma concepção nova de tempo e de realidade, baseada, de acordo com Paz, em uma poética erótica, uma presença corporal.

A posição crítica quanto à noção de evolução e progresso, motor da civilização ocidental, seria a negação da vida para o futuro e afirmação da ênfase no presente. De acordo

⁶ Durante a década de 1950, a geração *beat*, um grupo de artistas norte-americanos boêmios e “desajustados”, já realizava a sua crítica ao racionalismo e ao intelectualismo acadêmico. Pregavam a possibilidade de uma vida artística, sensorial, errante e intensa, livre dos grilhões do trabalho e da exigência, tão cara aos norte-americanos, de se dedicar a uma carreira profissional tradicional e reconhecida. Entre os interesses dos *beats* estavam as viagens sem destino pela América, as drogas e a filosofia oriental, por isso eles são vistos como uma das origens do movimento *hippie*.

com Paz, se o tempo medieval tinha como referencial a Eternidade, o tempo moderno se voltou para o futuro, um futuro de progresso tecnológico no qual a humanidade se realizaria plenamente. A aplicação histórica da teoria de Darwin alimentaria a crença no progresso e o otimismo em relação ao futuro nutrido por burgueses, liberais e capitalistas. Ao mesmo tempo, o mais forte pensamento crítico ocidental, o marxismo, também se ancoraria em uma noção de redenção do homem no futuro, tendo a revolução como caminho para a justiça social.

O Futuro é, basicamente, um sinal intelectual, em parte utópico; é uma construção do pensamento (...) é um sinal no qual o trabalho é exaltado (...) implica paciência e esforço para ser alcançado e, simultaneamente, implica economia. Nos dias de hoje, estes são exatamente os signos da burguesia: poupança e economia e também de uma certa concepção capitalista do socialismo, onde cabem novamente a poupança, a prosperidade, a abundância. (PAZ. apud: MESSEDER, 1981:112).

Já a ênfase no presente afirmada pela juventude não seria mais o tempo da construção de garantias para o futuro e sim o “tempo do corpo”, “tempo do amor”. A rebelião da juventude seria de natureza erótica e ritual, por se dar eminentemente no agora e exaltar, segundo Paz, antes do indivíduo, o coletivo e “o sentido festivo da vida”.

1.2 Os anos 60 como surgimento de um novo paradigma

O sociólogo inglês Collin Campbell (1997) dedicou-se no artigo “A Orientalização do Ocidente” a expor e procurar uma explicação histórica para as grandes transformações que eclodiram no mundo a partir dos anos 60. Sua hipótese é bastante radical: de acordo com o autor as mudanças ocorridas no período fazem parte de um fenômeno que define como “orientalização do ocidente”. Isto é, o paradigma cultural que fundamentou os valores éticos do ocidente por mais de dois mil anos vem sendo substituído por outro, que pode ser chamado de “oriental”. Esse processo de orientalização não seria apenas uma inversão do que Campbell chama de processo de “coca-cola-ização” – a expansão, via mercado e indústria cultural, da cultura de massa ocidental para o oriente –, mas um fenômeno com outras causas e implicações ainda maiores⁷. Os principais efeitos dessas mudanças seriam a negação do

⁷Campbell se pauta em pesquisas realizadas na Inglaterra que mostraram que as crenças baseadas na teodicéia ocidental são agora minoritárias e foram suplantadas por outras que possuem mais afinidade com a teodicéia oriental. Campbell caracteriza o que chama de “itens de fé que compreendem a confissão cristã e sua forma tradicional” como sendo: “a crença de que Jesus era o filho de Deus, a crença em Céu e no inferno, e na

caráter transcendental do divino, do pensamento dualista baseado em oposições como “corpo e mente” e “espiritual e físico” e da crença no “Progressismo secular” fundamentado na ciência e afirmação do monismo, de uma espiritualidade imanente, e de um holismo que prega uma ligação quase espiritual entre homem e natureza. Os anos 60 seriam, para Campbell, o momento em que a mudança de paradigma se torna visível.

Recorrendo a Max Weber, Campbell utiliza o conceito de “teodicéia” para designar a “explicação dos caminhos de Deus para o homem, e especialmente a solução para o ‘problema do mal’”. As teodicéias adotadas por uma sociedade constituiriam os valores e crenças que orientaram os sistemas éticos hegemônicos. (CAMPBELL, 1997:6) As análises de Weber estabeleceram duas formas contrapostas de se conceber a relação entre o “divino” e o mundo: haveria as religiões que crêem na imanência do divino – a presença divina engloba tudo o que existe –, e as que acreditam em sua transcendência – o divino como o criador, onipotente e distante. Nas correntes imanentistas, o divino engloba ainda os próprios seres humanos, enquanto que nas correntes transcendentais Deus enxerga, julga e rege tudo de fora deste mundo. Com esta diferenciação essencial, Weber definiu dois tipos básicos de teodicéia, a oriental – imanentista –, e a ocidental – transcendental –, baseada em valores judaico-cristãos, com influências do pensamento grego .

De acordo com Campbell, as oposições que se costuma traçar entre os paradigmas ocidental e oriental levam em conta uma série de oposições baseadas “no fato de que elas repousam em um contraste entre uma forma elaborada de resposta que exclui logicamente a outra”. Utilizando esse tipo de abordagem, Gilgen e Cho destacaram a oposição “monismo” – oriental – e “dualismo” – ocidental – como a principal distinção entre os dois paradigmas. (CAMPBELL, 1997:8). A partir desta diferenciação básica seriam traçadas outras oposições determinantes, como, por exemplo, as concepções orientais de que “homem e natureza são um”, “o espiritual e o físico são um”, “mente e corpo são um” e os valores opostos ocidentais que afirmam que “o homem tem características que o separam da natureza e do espiritual” e de que “o homem é dividido em corpo, espírito e mente”.

Apesar de muito esquemáticas, tais distinções teriam sua utilidade, de acordo com Campbell, para demarcar algumas diferenças básicas. O problema reside no fato delas ignorarem a existência de uma tradição mística e esotérica no Ocidente, a qual foi relegada,

concepção por uma virgem, etc”. As pesquisas, feitas pelo instituto Gallup desde o fim da Segunda Guerra Mundial mostrariam que é cada vez menor o número de indivíduos que acredita nesses itens, enquanto têm crescido, em proporção inversa, aqueles que crêem em “algum tipo de espírito ou força vital”, ou seja, na imanência do divino.

durante muito tempo, a um lugar de marginalidade na cultura ocidental. Essa tradição cultivava valores relativos ao caráter imanente do divino e a idéia de totalidade do mundo.⁸

Weber previu o declínio da religião diante do desenvolvimento das “forças de secularização” – razão e ciência –, mas, segundo Campbell, o principal motivo que fez com que a teodicéia ocidental transcendental perdesse sua hegemonia no Ocidente foi a expansão, durante os séculos XVIII, XIX e XX de idéias e valores que teriam mais afinidade com o paradigma imanentista oriental. Por exemplo, a crença no “auto-aperfeiçoamento” cultivada por essas religiões místicas irá se contrapor à noção judaico-cristão de “salvação”. O surgimento do Romantismo, no século XIX, afirmando a crença na bondade natural do ser humano e valorização da ligação espiritual do homem com a natureza, na busca de uma totalidade, teria contribuído com o processo de substituição do paradigma ocidental.

Todas essas crenças construíram os alicerces para a substituição da imagem transcendente do divino, tradicionalmente ocidental, pela imagem imanente oriental, um processo que, embora venha ocorrendo por cerca de duzentos anos, somente agora começa a se tornar de fato amplamente visível. Falar de “orientalização”, portanto, não é, assim, discutir simplesmente a introdução de idéias e valores religiosos do Oriente; é referir-se ao processo pelo qual a concepção de divino tradicionalmente ocidental e suas relações com a humanidade e o mundo é substituída por aquela que tem predominado por longo tempo no Oriente. (CAMPBELL, 1997 :7)

Às religiões místicas descritas por Troeltsch somar-se-iam diversas crenças pagãs, pré-cristãs – imanentistas e panteístas –, que vêm sendo resgatadas nas últimas décadas. O retorno a tais correntes religiosas – ainda que muitas vezes elas tenham sido descaracterizadas por seus novos praticantes –, combatidas e derrotadas no passado, demonstraria uma grande insatisfação com a estrutura tradicional da Igreja católica e os seus dogmas. O crescimento do Movimento da Nova Era, composto por várias correntes alternativas que se expandiram durante a década de 70, também indicou uma mudança de paradigma religioso no ocidente.

⁸ Campbell recorre às idéias de um estudioso das religiões, amigo de Weber, Ernest Troeltsch, para definir o caráter dessas religiões místicas, ou, mais precisamente, formas de espiritualidade:

“Não há crença na oposição fundamental entre carne e espírito ou lei natural e milagre cristão; o que existem simplesmente são diferenças no grau em que o finito dista do divino. Conseqüentemente, evita-se o tom ascético, embora haja uma oposição ao egoísmo e materialismo do ‘mundo’ (...) Por causa de sua rejeição ao dualismo e sua indiferença à verdade literal, uma religião espiritual e mística não leva necessariamente a uma posição de hostilidade em relação à cultura secular. Opõe-se firmemente ao materialismo e ao racionalismo e a uma mentalidade voltada para este mundo, mas tem uma afinidade com sistemas filosóficos idealistas e metafísicos. É também extremamente individualista, descrita por Troeltsch como “individualismo religioso radical” (Troeltsch 1931:377), normalmente não conduzindo à formação de organizações.”

Campbell cita ainda os movimentos ambientalistas que possuem conexões com diversas crenças místicas e esotéricas e o próprio holismo inerente às concepções ecológicas que enxergam o planeta como um organismo, um todo, um “super-mecanismo auto-regulador”.

Todas essas crenças já existiam de forma minoritária, mas é nos anos 60 que elas convergem em movimentos alternativos e conquistam um espaço maior nas sociedades ocidentais. Movimentos artísticos e teóricos como o Romantismo, o Surrealismo, o Freudismo e o Existencialismo, associados ao material vindo do oriente e resgatado nas culturas panteístas ocidentais, teriam formado o complexo de idéias, o caldo teórico que informaria o período. Aquele teria sido o momento em que a nova teodicéia finalmente suplantou a antiga, momento em que os principais sistemas intelectuais que orientavam a cultura ocidental, o cristianismo, e a crença no progresso que se manifestava no socialismo e no marxismo, foram destituídos de grande parte da influência que possuíam no mundo ocidental. ⁹

Enquanto que anteriormente a visão ocidental era dominante e a oriental uma alternativa popular, mas secundária, sugere-se aqui que essa relação foi invertida. Agora são aqueles que buscam sustentar seja um dualismo religioso, seja um progressivismo científico, racionalista que se encontram na defensiva. Pois a iniciativa, e certamente a base moral, parece ter passado àqueles que propõe o monismo e versões de misticismo vagamente espirituais ou pan-psíquicas (CAMPBELL, 1997:20)

Como já explicitado por outros autores aqui citados, a Nova Esquerda se opôs ao marxismo ortodoxo, enquanto “tradicional evangelho social de salvação”, para abraçar a idéia de “revolução pessoal, ou da consciência intensificada”. Nesse contexto, Marx vai sendo substituído por Freud e, principalmente, por Reich, e idéias como “repressão” e “alienação” passam a se referir ao plano pessoal, subjetivo e não mais ao econômico – político. Deste modo, a arte, o sexo, as drogas e o misticismo foram vistos como caminhos para a tão valorizada transformação individual.

Em retrospectiva, poderia parecer que esse desenvolvimento levou diretamente à erosão do programa político radical da esquerda, contribuindo assim para o colapso do comunismo e do socialismo como filosofias viáveis, bem como o conseqüente surgimento das fé personalizadas da Nova Era. O que é claro é que ambas as revoluções podem ser vistas como foi representado pelo contraste definido acima,

⁹ Os principais responsáveis por essas transformações teriam sido teóricos de movimentos conhecidos como Nova Teologia e Morte de Deus e filósofos sociais e políticos como os membros da Escola de Frankfurt. Dentro da teologia, ganhou força a noção que trazia o divino “de um ‘lá’ transcendente para um ‘aqui’ imanente, descrito de outro modo como ‘a profundeza de nosso ser’”(CAMPBELL, 1997:17).

pelo privilégio geral da imanência à transcendência, da resposta do mundo interior, mística à resposta exterior, ‘ascética’. (CAMPBELL, 1997:20)

1.3 A contracultura no contexto brasileiro

Nesse gesto no qual o trabalho, a ciência, o progresso e o futuro deixam de ser valores fundamentais, o cotidiano passa a ser arte. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 113)

As idéias presentes nas rebeliões juvenis ao redor do mundo e da contracultura não são um simples fenômeno de “importação”. É preciso compreender a recepção dessas idéias no contexto brasileiro. Em primeiro lugar há que se levar em conta a proximidade entre a experiência da juventude urbana brasileira de classe média – dotada de um alto grau de escolarização e acesso à cultura – e a dos países desenvolvidos. Apesar de viverem em um país culturalmente e economicamente periférico, esses jovens lidariam com dilemas e contradições que teriam muitas características em comum com aquelas que a juventude européia e norte-americana enfrentava. As respostas dadas a essas questões pelos produtores de cultura brasileiros seriam influenciadas tanto pela contracultura quanto por referências encontradas no universo da cultura brasileira.

As perspectivas libertárias, inspiradas pela Nova Esquerda que desponta em 1968 e pela contracultura norte-americana, começam a ganhar espaço no Brasil no fim da década de 1960, momento marcado pelo endurecimento do regime autoritário e pela forte repressão aos movimentos políticos de oposição. Perseguida, a inteligência do país, – que até então ainda podia manifestar-se com certa liberdade – é obrigada a calar-se, fugir para o exílio ou assumir os riscos de exercer uma prática de contestação da política e da ideologia do Governo Militar. A partir do ano de 1969, com a instauração do AI-5 (em dezembro de 1968), os movimentos que pretendiam derrubar a ditadura e tomar o poder passam a ser sufocados e são impostos rigorosos mecanismos de censura à imprensa e aos produtores de cultura¹⁰.

Através de campanhas contra tortura, rapina americana, inquérito militar e estupidez dos censores, a inteligência do país unia-se e triunfava moral e intelectualmente sobre o governo, com grande efeito de propaganda. Somente em fins de 68 a situação volta a se modificar, quando é oficialmente reconhecida a existência de guerra revolucionária no Brasil. Para evitar que ela se popularize, o policialismo torna-se verdadeiramente pesado, com delação estimulada e protegida,

¹⁰ O Ato Institucional Número 5 foi promulgado em dezembro de 1968. Portanto, pode-se dizer que seus efeitos se fizeram sentir a partir do ano de 1969.

a tortura assumindo proporções pavorosas, e a imprensa de boca fechada.
(SCHWARZ, R, 1978:72)

É interessante notar como convergem em um mesmo momento a chegada dos ventos libertários vindos do norte – trazendo a influência da música rock, do movimento hippie, das revoltas de 68 – e da repressão imposta pela Ditadura. Os principais produtores de cultura do país reagiram de formas diferentes à mudança de realidade. Os artistas ligados a correntes mais radicais da esquerda ou às organizações revolucionárias entregaram-se à arte de protesto engajada contra a ditadura e repudiaram os flertes de outros grupos com a contracultura, que seria fruto de uma perspectiva hedonista, alienada da realidade das lutas sociais e políticas, mero produto de exportação dos países imperialistas. Cria-se que a arte não podia ignorar sua função política naquele momento tão conturbado da história do país. Por isso, artistas tropicalistas e pós-tropicalistas, primeiros a incorporarem os valores libertários da contracultura como umas de suas diversas referências, entraram em rota de colisão com os setores mais conservadores da esquerda.

O panorama de uma determinada produção artística brasileira situado entre as décadas de 60 e 70 é um terreno fértil para melhor compreender as transformações ideológicas ocorridas nas diferentes gerações surgidas no campo cultural nesse período. No percurso que vai desde o engajamento dos membros do Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE – que viam na arte um instrumento de conscientização do povo, e que tinham por objetivo levar o socialismo ao poder – até o “desbunde” da Poesia Marginal da segunda metade da década de 70, revelam-se mudanças mais amplas de pensamento e comportamento no seio da sociedade brasileira. O panorama cultural serve como objeto de análise de Buarque de Hollanda (2004) Schwarz (1978) e Messeder Pereira (1981) para compreender as transformações que se engendravam no período. Penso que é interessante seguir pelo caminho da trajetória cultural brasileira, pois sua análise revela-nos detalhes importantes sobre as transformações no pensamento da esquerda no Brasil e também a respeito da crítica ao autoritarismo e das novas idéias libertárias que vão desabrochando por aqui.

Partindo do início da década de 60, Buarque de Hollanda aborda os debates que se desenvolveram naquele período a respeito da crença na eficácia revolucionária da palavra poética como um poderoso instrumento para que a esquerda chegasse ao poder. O Brasil vivera, nos anos anteriores ao Golpe de 1964, um momento de intensa efervescência cultural e política. A modernização industrial promovida pelo governo JK nos anos 50 e o crescente fortalecimento do sentimento de nacionalismo no país faziam com que os membros do CPC

considerassem aquele um momento de grande otimismo em relação às perspectivas de estabelecer um governo socialista no Brasil. Por isso, se viam, enquanto artistas, na função obrigatória de disseminadores das idéias da esquerda e doutrinadores do “povo”. Colocar sua arte a serviço de um projeto político era uma questão moral, como esclarecem em seu manifesto: “Os membros do CPC optaram por ser povo, por ser parte integrante do povo, destacamentos de seu exército no front cultural” (BUARQUE DE HOLANDA, 2004:22)

Nesse contexto, a obra de arte que recorre a uma temática considerada apolítica é recusada como uma postura alienada que vira as costas para o povo e se fecha em problemas subjetivos que não teriam importância diante da magnitude do projeto de transformação radical da sociedade brasileira, empreendido pelos artistas que estavam comprometidos com o engajamento político:

O escritor propõe ao povo que o aceite como companheiro, oferece-se para estar ao seu lado, mostra-se disposto a compartilhar sua dor, a sentir as “feridas do corpo” e a viver o “inferno de lama”. Essa disposição estará constantemente vinculada a uma esperança no futuro, à crença numa aurora redentora que virá para justificar e dar sentido ao sofrimento presente. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 27).

Para realizar sua *missão*, os artistas engajados atribuíram à palavra poética um poder de transformar consciências. Tentou-se desenvolver uma linguagem que remetesse ao “idioma do povo”, que conseguisse emocionar e conscientizar através de um processo de identificação por parte dos espectadores. O artista assumiu-se como um militante da causa revolucionária marxista no Brasil e se dispôs a colocar o seu talento artístico a serviço dessa idéia. Em caravanas, Brasil afora, lá se foram os atores, poetas, músicos e diretores do CPC, levando sua arte revolucionária, mambembe, procurando o encontro com as massas, para, assim, converterem-nas através da arte.

Se por um lado o Golpe Militar de 1964 representa um banho de água fria nas pretensões da esquerda de instalar o socialismo no Brasil, o movimento autoritário, a princípio, não irá interferir com força no conteúdo da produção cultural. A interação dos artistas e intelectuais com o proletariado, porém, é duramente reprimida. O projeto de doutrinar as camadas populares tem que ser abolido, mas as intenções revolucionárias irão persistir diante da ditadura.

Os primeiros anos de Ditadura Militar são, surpreendentemente, de grande efervescência cultural, porém a produção fica restrita a um limitado circuito de teatro, cinema e disco, atingindo apenas uma parcela do público que já possuía as mesmas convicções ideológicas que os artistas. Ou seja, parte da arte engajada torna-se comercial. Através de um

grupo de jovens diretores, capitaneados por Glauber Rocha, o Cinema Novo passa a ser um dos meios mais férteis e potentes de reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e seus rumos.

Em dezembro de 64, o show *Opinião* reúne João do Vale, Zé Kéti e Nara Leão em um espetáculo que mantém alguns traços de uma concepção artística que incorpora o populismo, mas insere novos aspectos como uma incipiente abertura à celebração da alegria, da festa. Esse novo elemento, entretanto, no decorrer do espetáculo, era sempre contido em nome de uma resolução didática e objetiva da questão que estava sendo levantada. Outra novidade era a adoção de uma postura de relativização do discurso doutrinário da esquerda: “uma certa desconfiança se instala de maneira definitiva e progressiva em relação aos discursos fechados e simbólicos das Certezas, Verdades e Palavras de Ordem”. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 39).

O elemento da alegria e da festa também se encontrará presente, agora de forma mais escancarada, nos jovens cariocas amantes de cinema que ficaram conhecidos como “Geração Paissandu”, integrantes da chamada “esquerda festiva”. É interessante notar que a própria junção das palavras “esquerda” e “festiva” pela primeira vez soava de modo estranho na época e demonstrava o ineditismo de tal concepção aparentemente ambígua. Essa ambigüidade que reúne militância política e festa será uma característica fundamental na postura adotada por essa geração e pelas subseqüentes. É importante notar como a “festa” (mencionada por Morin) instaura uma transgressão e provocação tanto em relação à sociedade burguesa, quanto em relação à sisudez das posições até então assumidas pela esquerda conservadora.

(...) a *festa* é a marca de uma crítica ao tom grave e nobre da prática e do discurso político que caracterizava e definia a ação cultural da geração anterior. (38) (!) O princípio da festa e sua identificação como subversão provavelmente não estavam sendo percebidos quando a “velha esquerda”, ortodoxa, julgava de forma pejorativa e moralista a prática da “nova esquerda” que se formava. A falta de acuidade em perceber o conteúdo da ambigüidade que une os termos *esquerda* + *festiva* é fatal, pois o discurso crítico produzido por essa nova geração irá constituir-se exatamente sob o signo da ambigüidade. Trata-se de uma esquerda que passará a criticar o discurso reformista e nacionalista do PC, absorvendo informações do processo de guerrilha revolucionária latino-americana em diversos países do ocidente e da leste na segunda metade dos anos 60. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004:38).

A partir da segunda metade da década de 60 (mais precisamente em 67, ano em que oficialmente o movimento desponta), o Tropicalismo aparece provocando uma reviravolta no cenário cultural brasileiro. Os tropicalistas eram jovens intelectualizados e iconoclastas, assumidamente influenciados pelo rock, pelo cinema e pela cultura de massa, além de toda a carga da cultura brasileira regional e popular. Em sua pretensão de explorar novas maneiras de interpretar a história e a cultura do Brasil, o Tropicalismo se distanciava da adesão aos mitos nacionalistas, aos ecos do desenvolvimentismo, ao discurso populista da arte engajada, selecionando e reelaborando as novas referências que chegavam tanto através do cinema e dos discos importados, quanto pelo auto-falante do radinho que embalava as empregadas domésticas.

Misturando roupas coloridas, cabelos compridos e uma atitude teatral e irreverente, esses jovens músicos, poetas e artistas plásticos buscam inserir o corpo e o prazer em suas produções, questionando os padrões de bom comportamento e o *modus vivendi* burguês. Como é expresso na canção *Panis et Cincenses*, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil e incluída no disco-manifesto intitulado *Tropicália ou Panis et Cincenses*, de 1968:

Eu quis cantar uma canção iluminada de sol
Soltei os panos sobre os mastros no ar
Soltei os tigres e os leões nos quintais
Mas as pessoas na sala de jantar
São ocupadas em nascer e morrer

São versos que revelam uma poética voltada para o cotidiano, expressando uma aguda crítica a uma postura diante da vida tida como mortificante e castradora, cuja negação do desejo reprime a vontade de cantar a “canção iluminada de sol”, de viver intensamente. Aqueles que se ocupam em nascer e morrer são os que desprezam o agora. Suas existências, destituídas da perspectiva do prazer, de um viver lúdico e da busca das intensidades do momento, seriam vazias e sem-sentido.

Nessa perspectiva de fruição daquilo que se dá no “agora” – “Cá Já”, como canta Caetano Veloso – , o Tropicalismo irá criticar tanto a postura diante da vida do burguês tradicional, tida como medíocre e reprimida, quanto a do militante marxista que abriria mão do “agora” em troca de uma compensação a realizar-se no futuro. Na poética e na proposta de vivência dos tropicalistas, o dia de amanhã, o Futuro redentor, é substituído pela dedicação à vivência do *aqui e agora*, as experiências com o corpo, a erotização das relações. A perspectiva de crítica social e politização se mantém, mas agora em conjunto com a afirmação de uma postura hedonista, como vemos na fala de José Celso Martinez Correia: “Estávamos

no Eros e na esquerda” (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 70)¹¹. O corpo aparece como meio para a vivência intensificada do instante, a busca de uma vitalidade que se daria no encontro com outros corpos, no erotismo, na dança, visto na alegria do povão, no carnaval, na poesia, no amor, no lirismo, na transgressão dos costumes “bem-comportados”.

Com base nisso, o caráter libertário do Tropicalismo se contrapunha, também, ao discurso sério e ao tom preocupado da esquerda. A crítica ao capitalismo elaborada pelo marxismo-leninista permanece como uma ferramenta analítica interessante, mas o dogmatismo, o moralismo, no que tange ao campo dos costumes e do comportamento, e a sua ligação com sistemas de organização hierárquicos são veementemente recusados. Caetano discursa para os militantes de esquerda que o vaiavam no festival da canção: “É proibido proibir”, a famosa (anti) palavra de ordem do Maio de 1968. A palavra de ordem política é deixada de lado por ancorar-se na perspectiva de redenção no futuro:

O problema do Tropicalismo não é então saber se a revolução brasileira deve ser socialista-proletária, nacional-popular ou burguesa. Sua descrença é exatamente em relação à idéia de tomada de poder, a noção de revolução marxista-leninista que já estava dando provas, na prática, de um autoritarismo e de uma burocratização nada atraentes. Recusava, portanto, o Tropicalismo, a esperança no Futuro prometido como redentor. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 70)

A estética tropicalista volta-se contra o tom populista e dogmático utilizado nas produções da geração anterior. O advento da alegoria é assumido como um recurso estético para retratar um país cujo melhor e o pior estariam reunidos em suas contradições. Deste modo, o Brasil arcaico e moderno são justapostos construindo a imagem alegórica de um país formidável e absurdo, constituído por uma cultura riquíssima e terríveis contradições sociais. Trata-se de uma nova forma de interpretar e enxergar o Brasil, através de suas contradições, com uma reflexão sobre a cultura brasileira que assimilava a antropofagia de Oswald de Andrade e sobrepunha a nação arcaica, miserável e atrasada com o país do milagre

¹¹ Há um trecho muito interessante no livro *Verdade Tropical*, de Caetano Veloso (1997:401), que expõe como certos setores do exército estavam de olhos abertos para o “insidioso poder subversivo” do Tropicalismo. Caetano narra uma conversa que teve com um capitão durante os dias em que esteve preso no Quartel dos Pára-Quedistas do Exército. Após ter chamado o músico em sua sala, o militar começa a discorrer, com uma “discreta vaidade intelectual”, sobre as idéias de Freud e Marcuse. A seguir cita declarações em que Caetano teria utilizado várias vezes a palavra *desestruturar*, e, por fim, expõe suas idéias sobre o Tropicalismo: “dizia entender claramente que o que Gil e eu fazíamos era muito mais perigoso do que o que faziam os artistas de protesto explícito e engajamento ostensivo”.

econômico, já conquistado pela estética da cultura de massa¹². O Brasil do futuro e o do passado fundiam-se na imagem do país que é incorporado pela economia global como um exportador de matéria-prima e fonte de mão de obra barata, características que evidenciavam justamente o seu atraso e sua perene condição de sub-desenvolvimento. (Schwartz, 1979)¹³.

Os anos 70, depois das profundas mudanças ocorridas durante a década de 1960, vão se caracterizar por uma “crise da modernidade” – a técnica, que no primeiro momento fora o dado fundamental de um projeto de desenvolvimento capaz de sensibilizar os mais diferentes setores da sociedade, transforma-se num vigoroso instrumento de repressão e de dominação, enquanto parte de um projeto de desenvolvimento do tipo fortemente excludente e concentrador, num contexto de grande autoritarismo político. A racionalidade tecnológica se transforma, nessa seqüência de mudanças sociais profundas, em “racionalidade tecnocrática”. (MESSEDER PEREIRA, 1981: 78) O valor do progresso, tão precioso para os nacionalistas em sua crença na recorrente idéia do “país do futuro”, passa a ser alvo de críticas que revelam a inevitável associação entre o desenvolvimento da técnica e seu emprego na política autoritária do Estado brasileiro.

Para Messeder (1981: 32), o Tropicalismo foi o último importante movimento cultural surgido entre as décadas de 60 e 70 a problematizar as “grandes questões”, buscando uma compreensão original sobre a história do Brasil e sua inserção no mundo do capitalismo moderno. O que se dá a partir do pós-Tropicalismo é um processo de “abandono dos grandes temas pela ‘politização do cotidiano’, na qual ‘as questões são levantadas e encaminhadas enquanto interferências no cotidiano das pessoas’”.

A subversão que se dá na linguagem e no campo do comportamento vai marcar também a produção dos artistas pós-tropicalistas que despontam no começo da década de 70. Outras referências entram em cena, como um grande interesse pela contracultura americana,

¹² “O veículo é moderno e o conteúdo é arcaico, mas o passado é nobre e o presente é comercial; por outro lado, o passado é iníquo e o presente é autêntico, etc Combinaram-se a política e uma espécie coletiva de exibicionismo social: a força artística lhe vem de citar sem conviência, como se viessem de Marte, o civismo e a moral que saíram à rua, mas com intimidade, pois Marte fica lá em casa – e vem também de uma espécie de delação amorosa, que traz aos olhos profanos de um público menos restrito os arcanos familiares e de classe. Noivas patéricas, semblantessenatoriais, frases de implacável dignidade, paixões de tango” (SCHWARZ, 75)

¹³ Em recente entrevista a Lázaro Ramos, Tom Zé definiu o Tropicalismo como uma espécie de bloco de carnaval, com Caetano Veloso na comissão de frente, no qual eram encenadas as contradições do Brasil da época e colocadas as novas questões que seriam discutidas dali para a frente. É interessante comparar como esse bloco de carnaval difere da estética “popular” das peças do CPC, inserindo um caráter dionisíaco, do corpo, que remete, ao mesmo tempo, aos ideais libertários dos anos 60 e à uma essência sensual buscada na cultura brasileira, nos ritmos negros e manifestações populares.

pelas drogas, pela psicologia, pelo circuito alternativo artístico e jornalístico e pela entrega “desbundada” ao prazer. Tudo isso é acompanhado por um gradual desinteresse na vida política do país e um investimento na idéia da “transformação pessoal”, informada pela noção de que qualquer grande mudança social tem que começar pelo indivíduo. Nesse contexto, valores como desrepressão, liberdade e “autenticidade” tornam-se muito importantes e a assunção de posições marxistas passa a ser vista como uma postura indesejável, uma demonstração de conservadorismo, “caretice”. As drogas aparecem como fator importante na busca por uma “ruptura” e transformação pessoal:

O pano de fundo da contracultura, do movimento *hippie* e das ditaduras que se estabeleciam em muitos países do mundo – um “outro” desenhado com traço forte, contra o qual se posicionam e fundam o “eu” – bem como o da família burguesa tradicional, cujos alicerces o divórcio e os contraceptivos começavam a balançar; tudo isso se apresenta como inalienável paisagem a informar o recurso às drogas para os jovens desta geração. Contra este cenário erigia-se em valor a *ruptura*. (MENDES DE ALMEIDA, 2007: 162)

A loucura enquanto percepção fragmentária do mundo é também celebrada como uma perspectiva original em relação à realidade, distante do racionalismo tecnicista que determinava o pensamento tanto da esquerda, quanto da direita. No decorrer da década de 70, muitos irão mergulhar no mundo das drogas e experimentar a fundo a “transgressão” da loucura, às vezes com conseqüências extremas.

Esse radicalismo demonstra como os pós-Tropicalistas desejavam não dissociar arte e vida, o namoro com a loucura não era apenas um recurso estético, mas uma experiência existencial, pois discurso e práxis deveriam andar sempre juntos. Erige-se uma *nova sensibilidade* que busca incessantemente novos prazeres, novas linguagens, novas experiências de vida. Mais do que a erudição, importava o “pique”, a disposição, a sagacidade com que o artista levava a vida. O saber e o intelectualismo acadêmico são questionados por sua institucionalização, associadas a um engessamento do potencial criativo e castração da livre expressão:

A recusa das “formas sérias de conhecimento” passa a configurar um traço importante e crítico de uma experiência de desencena em relação à universidade e ao rigor das linguagens técnicas, científicas e intelectuais. E essa atitude antiintelectualista não é apenas uma forma preguiçosa ou ingênua, mas outra forma de representar o mundo. (BUARQUE DE HOLLANDA, 2004: 111)

Pode-se afirmar, pois, que a produção cultural dos anos 70 será marcada por três idéias principais: o antitecnicismo, a politização do cotidiano e o antiintelectualismo. (MESSEDER

PEREIRA,1981: 92). Busca-se a poesia na própria experiência de vida: tornar a vida a própria obra de arte, descartando o “poético da linguagem” evocado pela tradição literária. A geração que desponta nos anos 70 é, então, fortemente influenciada por essas noções, o que irá marcar decisivamente suas escolhas pessoais e profissionais. O trabalho metódico, burocrático e sem espaço para o exercício da criação é rejeitado, visto como castrador e totalmente incompatível com o estilo de vida poética e libertária almejado por esses jovens. Impossibilitados de lançarem seus livros por grandes editoras, e excluídos do mercado, os poetas marginais passam a se movimentar em outras esferas, batalhando para divulgar as próprias obras, levando sua poesia às ruas, como afirma Cacaso (Apud MESSEDER PEREIRA, 1981: 46).

O que se vê entre nós é a ocorrência cada vez mais freqüente de uma poesia cuja existência depende cada vez menos das vias tradicionais, tais como apoio editorial, vendagem normal nas livrarias, reconhecimento antecipado de padrinhos e instituições literárias etc. (...) Uma poesia alegre, que troca o mofo e o esquecimento das estantes por uma participação mais viva na cena cultural, uma poesia que sai para as ruas, que se vale das formas de sobrevivência as mais variadas e sugestivas. Este é o efeito positivo de uma situação restritiva: diante de uma realidade que lhe opõe resistência, e contando sobretudo com seus próprios recursos, o poeta recupera a contragosto uma situação que lhe permite e, mais que isso, exige, a realização prática de sua autonomia: é levado a imaginar saídas, desenvolve suas iniciativas, experimenta procedimentos, amplia seus contatos, fica mais inventivo.

Os poetas optam ou são mesmo forçados a adotarem uma postura de “marginalidade” em relação ao mercado. O “desbunde” diante da incerteza que se segue é uma radicalização desse processo de liberação, e também uma reação à descrença e ao pessimismo quanto às perspectivas de futuro de uma geração que vivencia desiludida a euforia do “milagre econômico brasileiro”. Os poetas marginais afirmam na própria alternativa de viver nas margens a sua “grande recusa”. Aos jovens artistas que começam a produzir no início dos anos 70 juntam-se membros das gerações anteriores, descrentes com os rumos que a luta política tomou, ávidos por um sopro de vitalidade no presente. A descrença na redenção no futuro, a mistura entre vida e arte e a “politização do cotidiano” são as noções que irão reunir essas gerações. O mesmo Cacaso (Apud MESSEDER PEREIRA, 1981:45) irá definir da seguinte forma os pontos que caracterizam a produção desses poetas como marginal:

Para se entender essa literatura, suas desigualdades, a idéia de vida que quer exprimir, os procedimentos estéticos de que se vale, os veículos a que recorre, e mesmo seu interesse, acho conveniente aprofundar o que significou pra vida cultural brasileira o período posterior a 68/69, os novos condicionamentos, por aí, a pacificação e desorganização do movimento estudantil, o controle das informações,

a despolitização gradativa e segura das paixões e das ambições, as novas formas de rebeldia que nasceram, que se manifestaram e se manifestam no plano da cultura, em especial da cultura literária. Quando uso a palavra marginal geralmente estou me referindo a esse tipo de literatura.

Um fator importante é a reunião em torno do movimento da poesia marginal de duas gerações de poetas, artistas e intelectuais, uma mais nova, formada por jovens que começaram a produzir nos anos 70, e outra mais antiga, formada por indivíduos mais velhos, muitos dos quais militaram politicamente na esquerda durante a década de 60. Estes últimos foram gradativamente revendo suas posições após as derrotas da arte engajada, primeiro, e da luta política revolucionária contra a Ditadura, depois. A poesia “Revolução”, de Chico Alvim é um testemunho desse trajeto:

Antes da revolução eu era professor
Com ela veio a demissão da Universidade
Passei a cobrar posições, de mim e dos outros
(meus pais eram marxistas)
Melhorei nisso –
hoje já não me maltrato
nem a ninguém

1.4 Psicanálise, tóxicos e hedonismo nos anos 70

Velho (1998) desenvolve uma pesquisa sobre um grupo de jovens amigos moradores da zona-sul carioca, pertencentes à categoria que denominou “roda intelectual-artística-boêmia do Rio de Janeiro”¹⁴. Intelectualizados, consumidores e produtores de cultura e oriundos de famílias da classe média alta brasileira, esses jovens revelam em suas trajetórias existenciais e profissionais aspectos decisivos para a compreensão das idéias que orientaram as transformações ocorridas dos anos 60 e 70. O uso de tóxicos por parte dos membros desse grupo e o significado deste gesto serve a Velho como um ponto de partida em uma análise que pretende desvelar “ certos estilos de vida e visões de mundo que estariam associados a esse comportamento considerado em princípio, pela sociedade abrangente, como transgressor, anormal, etc.”(VELHO, 1998:13).

¹⁴ No livro que escreveu a partir da pesquisa para sua tese de doutoramento, Gilberto Velho pesquisou, entre os anos de 1972 e 1974, dois grupos de amigos da zona-sul do Rio de Janeiro. O primeiro, formado por amigos que tinham na época entre 25 e 30 anos, é o que apresento acima. Quanto ao segundo grupo, composto por adolescente surfistas que freqüentavam uma lanchonete de Ipanema, creio já se tratar de uma outra geração, com uma série de questões novas e específicas nas quais não poderei me aprofundar aqui. Interessa-me no primeiro grupo o processo de mudança que seus membros percorrem, o qual ilustra ricamente as transformações ideológicas do período de tempo delimitado em minha pesquisa.

Assim como a psicologia, os tóxicos teriam grande importância nas transformações existenciais. Especialmente no que se refere a busca do auto-conhecimento e, através dele, a busca pela autenticidade. Ou seja, era importante que o indivíduo descobrisse e desenvolvesse a sua natureza, aquilo que era único nele, “viver assumindo as suas emoções e sentimentos” (VELHO, 1998:62). A valorização da autenticidade remete à concepção típica dos anos 60 e 70 que tem no indivíduo a sua maior referência, exibindo uma grande preocupação com as características singulares de cada um e com suas biografias. Assim, a psicanálise e os tóxicos irão funcionar como instrumentos que fortalecem essa idéia de singularidade dos indivíduos, na medida em que permitem que eles reavaliem a fundo aspectos de sua vida, suas relações e desejos.

Entre aqueles que faziam arte, o desejo de ser autêntico provocava mais um conflito com a realidade do mercado e o desejo de ganhar dinheiro. Há ainda naqueles que desempenham uma atividade autoral, uma exigência de qualidade, originalidade e inovação, tendendo a uma atitude vanguardista, de sofisticação artística. Para ser um artista brilhante, inspirado, com ímpeto criativo era necessário distanciar-se da figura do “pequeno-burguês quadrado”, tido como medíocre, incapaz de criar algo vivo, novo e interessante. A vida pessoal deveria ser coerente com o trabalho. Aquelas pessoas que não tinham atividade criadora eram desprestigiadas como “vazias”, ou “desinteressantes”.

A vivência de um hedonismo é outro fator fundamental para se compreender esta geração:

Sendo necessário viver autenticamente, é necessário permitir-se desfrutar a vida sem maiores culpas. Assim é que a busca do prazer é legitimada como um fim em si mesmo, em uma forma de hedonismo. (VELHO 1998: 62)

O uso dos tóxicos constitui uma das principais características do estilo de vida do grupo analisado por Velho e da geração libertária dos anos 60 e 70. O autor cita uma interessante hipótese formulada por Jock Young que vincula a cultura dos tóxicos ao hedonismo, na medida em que eles possibilitam um prazer instantâneo que não depende de um esforço, de um trabalho. Sendo assim, aqueles que faziam do uso dos tóxicos uma bandeira estariam se colocando contra o imperativo da produtividade e do trabalho. Aquele que não utilizava tóxicos por medo ou preconceito recebia de pronto o rótulo de *careta*. Essa categoria extrapolaria a questão da escolha quanto usar ou não tóxicos, remetendo a uma “visão de mundo, uma atitude diante da vida. A pessoa careta é enquadrada, presa a horários, convencional, moralista”.

Apesar de não estar em relação mecânica com o processo, o uso de tóxicos aumenta ao mesmo tempo em que ocorre um gradativo distanciamento da política institucional. É possível localizar uma forte oposição entre o estilo de vida hedonista que pregava o consumo de algumas formas de tóxico e o estilo de vida do militante comprometido com a causa política. O primeiro busca o prazer no instante e o segundo está voltado para o futuro, para o triunfo de uma causa coletiva. (VELHO, 1998: 63).

Os jovens que Velho entrevista revelam um sentimento de *desilusão* e *desencanto* com a militância política. Isso se dá por conta do esmagamento dos movimentos de oposição, promovido pela Ditadura Militar e do suposto fracasso das esquerdas, incapazes de se livrarem de uma estrutura burocrática e envelhecida, de se renovarem. Nesse contexto, a política passa a ser um assunto que fica em segundo plano, gerando até mesmo desconforto, e assumir o rótulo de marxista engajado passa a ser visto, por este grupo, como “carente”¹⁵.

O abandono da preocupação com a política, a afirmação de uma postura hedonista e do uso de tóxicos seria uma espécie de “remapeamento da realidade”, resultado de um processo de mudança conquistado em um trabalho de si, uma superação individual. Como já foi dito, a psicanálise tem um papel fundamental nesse processo, possibilitando que os indivíduos re-avaliassem as suas certezas, reelaborando suas visões de mundo e estilos de vida. Desta forma, a busca do autoconhecimento, a descoberta de uma verdade interior, sobrepõe-se às preocupações políticas, vistas como uma alienação do indivíduo em relação a si próprio, um mero subterfúgio pautado em verdades arbitrárias, esquemáticas. O que ocorre é quase uma inversão de valores: o que antes era tido como alienação passa a ser o mais importante, e vice-versa. A recusa da política seria, de acordo com Velho, “sistemática e consciente”, assim como a crescente preocupação com o indivíduo e sua subjetividade.

Russo (1993) retoma a pesquisa de Velho para analisar as razões que influenciaram os jovens a recorrerem de forma tão ávida à psicanálise, principalmente a partir dos anos 70. As famílias dos membros dos grupos pesquisados possuíam um histórico de ascensão social durante o processo de industrialização e modernização da sociedade brasileira, especialmente após o “milagre econômico” propiciado pela ditadura. No interior dessas famílias, verificava-se a centralidade de valores como “sucesso material” e ascensão social. Os jovens que provinham dessas famílias emergentes de ethos burguês possuíam, ao mesmo tempo, uma sensação de que não ascenderiam socialmente como o pai, de quem dependiam

¹⁵ É importante lembrar que nesta época a militância política estava relegada à clandestinidade e aqueles que se engajavam contra a Ditadura eram forçados a viver escondidos, deixando de se comunicar com a sociedade, rumando para o interior, preparando-se para uma guerrilha contra a Ditadura.

financeiramente, e uma postura de negação dos valores acumuladores, arrivistas e materialistas cultivados na família. Diante disso, os filhos afirmavam em suas convicções valores “modernos” como a igualdade entre homem e mulher, o ateísmo e a educação não repressiva. (Russo, 1993:53).

Com isso, ao invés de ter como objetivo galgar a escala social, como seus pais, esses indivíduos irão buscar uma “auto-realização”, uma ascensão que não é de classe, e, sim, simbólica. Russo utiliza o conceito formulado por Bourdieu de “migração transversal” de estilo de vida para analisar essa busca por uma ascensão simbólica em relação ao ethos de origem.

A autora define os valores contestados por estarem identificados com o ethos pequeno-burguês como sendo: “parcimônia, frugalidade, adiamento do prazer em nome do dever, ética do esforço e do trabalho em nome das conquistas materiais”. (Idem: 34) Em contraposição a tais valores, esses jovens irão, através da “cultura psicológica”, buscar, em suas vidas, uma ética e uma estética que transgridam aquilo que é rejeitado no ethos de origem e nos valores burgueses.

O idioma e a ideologia “psi” –através de noções como “autenticidade”, “espontaneidade”, “autoconhecimento”, “liberação” – fornecem esse “berço psicológico” que transforma a “migração social” numa viagem ao centro de si mesmo. (Russo, 1993: 59)

O processo de “migração transversal” rejeita, pois, a ascensão via conquista material, indo em busca de uma conquista cultural e intelectual simbólica, um crescimento interior, marcado por um encontro “consigo”. E a adoção da “cultura psicológica” é o meio utilizado para busca e afirmação dos novos valores que estruturam esse novo estilo de vida.

No início da década de 80, o sociólogo Luciano Martins publicou um polêmico artigo intitulado “Geração AI – 5”, no qual analisava dois dos principais aspectos de um certo estilo de vida que vinha atraindo muitos jovens brasileiros: a saber, o recurso às drogas e à psicanálise, a qual Martins atribuía a expansão a um mero modismo. Teórico ideologicamente ligado a esquerda mais ortodoxa, o autor se dispunha a atacar esta nova geração que abraçava a idéia da mudança e de politização do cotidiano. Sob o prisma marxista, apresenta esta juventude como alienada e infantiizada.

De acordo com Martins, os anos de ditadura no Brasil teriam criado um sistema de referências capaz de moldar comportamentos, atitudes e valores, e os movimentos libertários brasileiros seriam apenas frutos de um processo imaturo e desarticulado de negação do poder autoritário e busca por um lugar de sujeito da própria história, que haveria sido retirado destes

indivíduos. A Geração AI-5 expressaria, em suas reivindicações, a alienação que fora engendrada pelos anos de regime ditatorial. Para Martins, a peculiaridade da Ditadura brasileira seria ter substituído uma ideologia explicitamente autoritária por uma “cultura autoritária”, que haveria permeado o meio social, tornando-se mais difusa e também mais difícil de ser identificada. O governo autoritário privaria os indivíduos não só de seus direitos, como também de terem acesso à lógica desta privação. Diante de tal processo, se restringira a possibilidade de uma crítica consistente ao regime e seus mecanismos autoritários.

Determinada pela alienação crítica imposta pelo governo autoritário, a contracultura brasileira não restauraria as noções de *sujeito e liberdade*. Ela apenas exacerbaria o plano subjetivo, o que seria, de acordo com Martins, um mero simulacro daquilo que lhe fora retirado, um movimento de distanciamento da realidade, que retro-alimentaria o processo de alienação da juventude. Os aspectos mais significativos para identificar o universo da geração AI-5 seriam o culto à droga, a desarticulação do discurso e o “modismo psicanalítico”.

O recurso das drogas era visto como um elemento constituinte do “mundo da juventude” e fundamental na negação do “mundo dos adultos”. Martins não acredita nos ganhos em termos de autoconhecimento que as drogas supostamente ofereceriam. Para ele os tóxicos seriam um mero hábito hedonista inserido em um ciclo de alienação. O culto da droga seria “uma evasão da realidade, um repúdio da consciência e uma recusa do tempo. Ou seja: uma negação do mundo, da noção de sujeito e da história”.(MARTINS, 1979:83).

O “modismo” psicanalítico é definido como um apelo desmedido à psicanálise, o que envolveria muitos casos de pacientes que não precisariam de tratamento, mas estavam indo atrás da idéia de transformação pessoal. Esse processo faria com que o indivíduo se voltasse para o próprio umbigo, esquecendo da realidade social e da realidade autoritária do país.

a psicanálise contribui para alimentar a ilusão de uma pseudo-autarquização do indivíduo face ao mundo pela exacerbação subjetivista de que o mundo é ele. Essa atitude engendra toda uma ideologia de “felicidade”, de “chanchada” (algo do gênero pense menos e sinta mais) que repousa na negação simultânea da consciência crítica e do real, o que acaba por transformar o indivíduo em um *bobo alegre*.”(MARTINS, 1979:99).

Em sua perspectiva marxista mais ortodoxa, era natural que Martins não percebesse com bons olhos a difusão das idéias libertárias que apostavam suas fichas na transformação do indivíduo e procuravam na psicanálise e no recurso das drogas instrumentos para atingir essa mudança. A desmobilização em relação à política institucional brasileira foi uma das conseqüências deste processo, articulada à própria repressão do Estado parece ter sido mais eficaz neste sentido. Como já vimos, o pensamento individualista libertário afirmava que sua

luta pelos direitos individuais e transformação individual – e daí deriva todo o ativismo a favor das minorias étnicas e sexuais, que Martins parece considerar desvinculado da contracultura brasileira – tinha um caráter político mais profundo do que a participação em um processo de revolução social e tomada do poder.

Em uma resposta ao artigo de Luciano Martins, Jurandir Freire da Costa (1984) identifica esse indivíduo pertencente à Geração AI-5 como alguém em “trânsito”, que se encontra em algum lugar entre o universo da tradição cultural burguesa e um mundo de novos valores “*individuo- centrados*”, que tendiam a tornarem-se hegemônicos. Essa nova perspectiva seria bem sintetizada em uma frase do escritor Reinaldo Moraes, um dos expoentes desta geração nas letras: “primeiro o meu corpo, depois o quarto, a cidade, o país e o mundo”.

Para Costa, o regime autoritário brasileiro não poderia ser considerado, como afirma Martins, a causa do surgimento de uma ideologia subjetivista no Brasil, visto que o mesmo fenômeno ocorreu – decerto com outras peculiaridades e nuances – em outros países que não vivenciaram uma ditadura. A conjuntura do regime autoritário poderia, sim, ter contribuído – como vimos na análise da produção cultural brasileira durante os anos da Ditadura – com certas características específicas à contracultura brasileira.

Costa identifica um processo de banalização e apropriação da ideologia subjetivista e supostamente libertária por parte do mercado. Por um lado haveria aqueles indivíduos que contestavam as hierarquias sociais, normas e a repressão moral atribuída tanto à sociedade burguesa, quanto à esquerda marxista. Estes seriam chamados por Costa de “pólo vanguardista e intelectual do movimento”, tendo suas bases no “estrato formado pelas elites culturais”. (COSTA, 1984:119). Em outro extremo se situariam aqueles – em quem Martins parece se inspirar ao compor o seu ensaio – que não vinculariam a ênfase dada ao corpo e à subjetividade com qualquer crítica de valores. A adesão aos novos valores individualistas e hedonistas teria como principal causa a propaganda em torno de um estilo de vida, devidamente incorporado pela cultura de massa.

Todo individuo, diz-se, deve defender sua saúde e bem-estar, cada dia mais ameaçados pelos desgastes da vida moderna. Feitas esta constatação, argumentos médicos, ecológicos e psicológicos justapõe-se num mosaico de razões que visam, em ultima instancia, a reforçar a velha representação do mundo como uma selva, onde cada um tem de lutar como pode para sobreviver. (COSTA, 1984:119)

Costa identifica naquele momento uma tendência de apropriação, por parte da sociedade do espetáculo, do ideário da contracultura, e mais precisamente de certos aspectos

que remeteriam às idéias de celebração do prazer e do bem-estar psicológico e corporal. Como podemos comprovar na atualidade, tal processo só se intensificou com o passar dos anos, tornando-se extremamente bem-sucedido em sua proposta de vincular o consumo à realização de desejos e afirmação da vontade e autenticidade do indivíduo. Entretanto, para esta pesquisa interessa mais que nos fixemos no grupo vanguardista formado pelos indivíduos que teriam incorporado de forma mais consciente os valores libertários, baseando-se em uma postura crítica em relação aos valores hegemônicos da sociedade brasileira na época.

Segundo Russo (2007), teorias como as de Martins não levam em conta o fato de que não há um consenso para o conceito de “política”, assim como de que a noção tradicional de “política” foi redefinida a partir dos anos 60. Sendo assim, não seria possível dizer que os esforços em torno da transformação individual, da liberação no campo do comportamento e do questionamento à velha moral sejam questões apolíticas. De fato, na perspectiva daqueles que se dedicavam a tais objetivos, não havia nada mais político do que isso.

A Contracultura, por um lado, redimensionou e substituiu aquilo que antes era considerado “político”, politizando os chamados assuntos “menores”, tais quais sexualidade, relações de gênero e em torno da hierarquia na família. A imagem do trabalhador lutando contra o capital é substituída pela das minorias (loucos, índios, negros, mulheres, crianças) oprimidas por homens adultos, brancos e heterossexuais. Esses temas, considerados “menores”, embasavam uma devastadora crítica à “moral burguesa”, mais focada nos hábitos, comportamentos cotidianos, formas de pensar e sentir do que na grande e abstrata batalha do capital contra o proletariado. (RUSSO, 1997: 72)

A nova forma de compreender a política fez também com que o indivíduo se voltasse para a sua interioridade, levando-o a repensar sua vida, suas posturas diante de si, dos outros e do mundo. Uma vez que o campo do comportamento e o cotidiano eram vistos como espaços políticos, era ali que o indivíduo deveria expressar e praticar seus ideais e, para tanto, era necessário trabalhar-se internamente. Pode-se dizer que na perspectiva dessa geração, suas ações nos campos nos quais atuavam eram eminentemente políticas. Desta forma, a crítica de Martins de que o movimento subjetivo e individualista da Geração AI-5 era uma forma de alienação não se sustenta por ancorar-se em uma visão unidimensional do que é a prática política.

2 PSICOLOGIA E POLÍTICA

Robert Castel, em seu livro “ A Gestão dos Riscos”, aborda as transformações pelas quais o campo *psi* francês passou nas décadas de 60 e 70. Creio que, apesar de estarem circunscritas ao cenário francês, as hipóteses de Castel são capazes de elucidar em muito um processo que se deu em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. De acordo com o autor, no fim dos anos 60, na França, a psicanálise lacaniana passou a articular em sua teoria uma nova relação entre politismo e psicologismo, através de uma crítica ao caráter adaptativo da psicologia americana e sua afinidade com o *american way of life*. Neste momento histórico, a psicanálise era vista pelos setores mais ortodoxos da esquerda francesa como um saber a serviço da ideologia dominante. Entretanto, os novos movimentos contestadores surgidos no país durante o fim dos anos 60, encamparam o saber psicanalítico, exaltando a crença na transformação individual como o verdadeiro caminho para alterar o social:

Esse mesmo partido comunista opunha-se vigorosamente, a partir de 1968, a um esquerdismo acusado de ser um desvio pequeno-burguês, cujo sinal mais evidente era a ênfase colocada sobre a liberação individual e o culto da realização pessoal em detrimento da luta de classes. Revolução proletária ou revolução pessoal, para a esquerda clássica era preciso escolher.(CASTEL, 1987: 26).

A concepção lacaniana da subjetividade como um espaço que também é político irá de encontro à noção de que o campo político se restringe ao território institucional do partidos e sindicatos, contrapondo-se à “velha política”. A nova política abrangeria, a um só tempo, as “lutas concretas e o sujeito concreto das lutas” (CASTEL, 1987:26). Isto significava que a luta forjava-se também no campo da subjetividade. E quando a idéia de que a revolução social estava na iminência de acontecer foi perdendo força na França, a ideologia psicanalítica e a crença na transformação do individuo apareceram não apenas como um projeto revolucionário alternativo, mas como um caminho que radicalizava as lutas. O método psicanalítico reivindica, então, o estatuto de prática transgressora e subversiva, que atuaria no embate entre indivíduos que buscam liberar-se e aquilo que os oprime.

Mas o maravilhoso, com a psicanálise, é que ela permitiu pensar esse deslocamento, ao contrário de um recuo ou de uma derrota, como uma radicalização, que decantava a posição politicamente justa no exato momento em que perdia seus suportes na realidade. O combate liberador se perpetuava num “outro palco”. (CASTEL, 1987: 27)

A psicanálise militante francesa do fim da década de 60 demarcou posição contrapondo-se à psiquiatria oficial, a qual qualificou como repressiva e normativa. Ainda de acordo com Castel, a psiquiatria acabou servindo como um “bode expiatório” que englobava aquilo que estava sendo contestado pela ideologia da liberação: sua estrutura prioritariamente hierárquica, que assegurava o “poder” do psiquiatra, sua função supostamente normativa e coercitiva, ligada aos interesses do Estado. A psicanálise vangloriava-se de possuir um sofisticado saber, que na época apresentava-se como uma teoria “fresca” e “de ponta”, e, como a área de atuação profissional era majoritariamente privada, isentava-se de comprometer-se estatais.

Ela (a psicanálise) pode até se declarar subversiva, já que se desdobra em um *no man`s land* social franqueado de imposições administrativas pedagógicas e médicas, e não persegue outro objetivo senão o de ajuda a pessoa a descobrir uma verdade sua e de sua relação com outrem”. (CASTEL, 1987:28).

Mesmo que essa neutralidade e caráter transgressor sejam hoje questionados, a nova esquerda francesa abraçou a psicanálise e encampou a luta anti-psiquiátrica e seu movimento de crítica à medicina mental.¹⁶ A popularização da reflexão sobre a prática psiquiátrica, seus métodos, objetivos e limites, fez com que surgissem movimentos, ao redor do mundo todo, que militavam fortemente pelo respeito à humanidade do doente mental, contra a segregação que sofriam e os tratamentos cruéis a que eram submetidos. A contestação à psiquiatria foi ainda mais longe, tomando a loucura por seus aspectos positivos, estratégia que foi muito criticada, mas teria acabado por fazer com que certos preconceitos fossem superados ou reduzidos.

A mesma luta por direitos iguais e reconhecimento da diferença se deu em outros campos e esteve eminentemente ligada ao incandescente contexto político da esquerda no fim da década de 60:

Mais geralmente, uma certa prevenção para com o doente inscreveu-se, com um certo número de outras com o prisioneiro, o indígena, o emigrado, em um grande empreendimento para fazer em pedaços a unilateralidade da razão ocidental e seu sentido burguês da virtude. A antipsiquiatria foi a mesmo tempo o sintoma e um dos repositórios de uma nova sensibilidade, segundo a qual as partilhas do positivo e do negativo, do bem e do mal, da respeitabilidade e da indignidade, da razão e da loucura, não são traçadas a *priori* e não são substancializadas como irreversíveis. (CASTEL, 1987: 30).

¹⁶ É interessante ressaltar que a nova esquerda surgida em outros países como os Estados Unidos e a Itália não encampou a psicanálise em sua pauta ideológica. O processo descrito por Castel, é sempre bom frisar, ocorre iminentemente na França.

Esse movimento de crítica à “velha política”, suas doutrinas de transformação social e sua estrutura institucionalizada, gerou movimentos que levavam as lutas a campos mais setoriais. O indivíduo deveria militar no interior de sua ares, pois nela ele teria uma implicação pessoal direta. Desta forma, levou-se o ideário dos anos 60 para uma série de áreas profissionais, nas quais se combateu as hierarquias e a exploração desta pelo Poder.

Logo em seguida, houve um segundo deslocamento na medida que o interior do próprio sujeito das lutas tornou-se um terreno de batalha contra as “coerções difusas” e “alienações cotidianas” (CASTEL, 1987:14). Entravam em cena, com isso, os movimentos das minorias. A subjetividade e o corpo entravam em cena na luta pela libertação, tornando-se logo o principal combate a ser travado.¹⁷

2.1 A cultura psicológica e a pós-psicanálise

Ainda tomando como base as idéias de Castel, é interessante se aprofundar no processo de difusão e apropriação da teoria psicanalítica na sociedade como um todo, consolidando o saber *psi* como um verdadeiro “fenômeno cultural de massa”, que teria “transformado profundamente a cultura moderna contribuindo para fazê-la desembocar sobre uma *westanchauung* psicológica” (CASTEL, 1987:140). A cultura psicológica na França teria se expandido primeiramente através de sua integração a outros cursos universitários e áreas do conhecimento, como, por exemplo, a Educação, que acabaram por incorporar e utilizar o saber psicanalítico como um instrumento em seus campos de atuação. Essa apropriação teria resultado em uma certa banalização do saber *psi* e em uma reação por parte das ortodoxias,

¹⁷ Castel (1987:14) faz uma crítica ao ideal que vê na suposta libertação da subjetividade a única verdadeira luta política: “A redefinir assim a política, esquecemos talvez de nos indagar se não extenuávamos progressivamente o seu conceito. Se tudo é política, talvez em última análise nada é política, exceto uma política da pessoa, versão à moda dos velhos tempos do apolitismo psicológico. Em todo caso, muitos experimentaram que a subjetividade “liberada” logo se encontrava sem confrontação: potencial psicológico que não tem outro objetivo a não ser sua própria cultura, narcisismo coletivo onde novas gerações de Amiel se acariciam perpetuamente no ombro. A imagem é inspirada em Sartre, que já há muito denunciava na velha introspecção a tentativa de cavar infinitamente em si mesmo para atravessar o espelho no qual a subjetividade se perde através de seus reflexos. Certo, agora, é sobretudo uma mais-valia de gozo ou de eficiência do que uma soma de conhecimentos que se procura extrair de suas próprias profundezas.”

que passaram a se fechar em certo círculos, que seriam os únicos autorizados a praticar a psicanálise e a falar em seu nome. O processo de divulgação e apropriação do discurso psicanalítico teria saído do controle dos psicanalistas e das instituições que zelavam por esse saber. Preocupadas, as sociedades psicanalíticas tentaram coibir essa vulgarização, tornando-se cada vez mais fechadas, encasteladas e seletivas, concebendo o processo de difusão da psicanálise como um processo de grande *distorção* também.

Segundo Castel, a medida em que a psicologia começou a se popularizar, se disseminou um “apetite psicológico”, uma forte curiosidade por uma nova área do conhecimento que mostrava-se tão interessante e reveladora. A rigorosa e complexa teoria psicanalítica transforma-se, então em “comum denominador de todo um meio cultural”.

A explosão libertária do fim dos anos 60 teria servido, também, para aumentar consideravelmente o interesse na psicanálise na França, não por suas atribuições clínicas tradicionais, mas por uma leitura política de seus potenciais. Como já vimos, o processo psicanalítico torna-se um caminho para a transformação pessoal, na procura por uma determinada “libertação”.

Mas não é apenas entre os jovens dos anos 60 e 70 que a psicologia em geral e a psicanálise fazem sucesso. Na verdade, a popularização do saber *psi* faz com que o discurso psicanalítico penetre em diversas áreas e no vocabulário e nas concepções das pessoas acerca de muitos aspectos de suas vidas.

De fato, a psicanálise na França, o que é? Um número relativamente limitado de práticas terapêuticas ou paraterapêuticas no quadro estrito da relação dual; mas também a referência privilegiada da maioria das orientações psicoterapêuticas, que, portanto, tomam grandes liberdades, com a tecnologia freudiana; é ainda um meio de afrontar certas dificuldades institucionais no hospital ou na escola, por exemplo, ou bem um complemento de formação que se integra em certas estratégias profissionais; é também um produto cultural que se consome, moda que se partilha, hábito de uma *intelligentsia* culta à qual sonhamos pertencer; tanto a ciência dos *experts*, tanto o idioma de quase todo mundo, para exprimir as dificuldades de relacionamento, os fracassos escolares ou os conflitos conjugais ... (CASTEL, 1987: 138)

2.2 Herdeiros e bastardos

A popularização do saber psicanalítico oporia dois grupos de profissionais, os *herdeiros* e os *bastardos*. A primeira tenta manter, na medida do possível, a fidelidade ao pensamento freudiano e à clínica tradicional, se abrindo, entretanto, para a divulgação da psicanálise através da mídia e de sua inserção em diversos outros meios. São os embaixadores

da teoria psicanalítica e ainda crêem que esta deve ser preservada com um certo grau de pureza.

O segundo grupo é formado por profissionais cujas técnicas descendem da psicanálise e fazem uso do seu saber, mas pretendem manter total autonomia em relação a esta, muitas vezes situando-se como oposição à psicanálise dentro do campo *psi*. Entretanto esse grupo, de acordo com Castel, transmitiria sem saber, ou sem querer, a herança da psicanálise, participando de sua difusão.

Aliás, mais do que dois círculos de difusão. Será preciso falar de duas séries de ondas sucessivas, a primeira, saída do divã, servindo de trampolim e a segunda de ligação. Elas confluem para propagar uma cultura psicológica que se universaliza, perdendo a memória de suas origens e o cuidado de seus fundamentos teóricos (CASTEL, 1987:141)

Essas teorias alternativas à psicanálise envolveriam uma série de práticas que teriam essa herança bastarda e mal resolvida com o saber psicanalítico. Em oposição a este enfatizariam o trabalho do corpo, contrapondo-se ao intelectualismo freudiano, cultuariam o famoso *aqui e agora* ao invés de embarcarem nas trajetórias biográficas pessoais e histórias da infância. Contra todas as normas teóricas dos processos de transferência, estabelecem um contato, muitas vezes, radical com os pacientes.

Entre essas terapias estariam, entre outras, a bioenergética, a Gestalt-terapia, a análise transacional, etc. A maioria delas é fundamentada principalmente em diversas leituras e aplicações das idéias de Reich¹⁸:

Poder-se-ia interpretar seu sucesso (da pós-psicanálise) como uma revanche póstuma de Reich sobre Freud, mas do Reich do período americano, o qual teria fortemente atenuado a dimensão marxista de sua obra, que seus herdeiros teriam substituído por uma sensibilidade para os valores da contracultura espalhados nos anos sessenta: crítica da autoridade, obrigações e hierarquias, cultos da espontaneidade, da autenticidade, de não-direcionismo e da convivência informal. (CASTEL, 1987:141)

Mas o ponto principal de toda essa transformação será, de acordo com Castel, o desenvolvimento da concepção de “terapia para os normais”, na qual a normalidade praticamente passa a ser considerada o sintoma de um indivíduo que foi tolhido pelas normas sociais, pelas exigências de disciplina e de desempenho. Deste modo, o processo terapêutico torna-se um tratamento para que o indivíduo reencontre uma autonomia para desenvolver livremente o seu

¹⁸ É importante notar que essas novas terapias descritas por Castel são desenvolvidas nos Estados Unidos, país no qual Reich viveu por muitos anos, gerando discípulos. Entre eles, Alexander Lowen foi especialmente importante no processo de difusão das terapias baseadas em leituras da obra de Reich.

ilimitado potencial humano e intensifique as suas capacidades relacionais. O homem é concebido como “um possuidor de uma espécie de capital (seu ‘potencial’), que gere para dele extrair uma mais-valia de gozo e de capacidades relacionais”. (CASTEL,1987:146). As diversas novas formas de terapias seriam, assim, um trabalho intenso em cima deste potencial, que em muitos se encontraria subdesenvolvido.

2.3 As transformações no campo *psi* brasileiro

Durante as décadas de 70 e 80 o campo *psi* brasileiro também passaria por grandes mudanças. Assim como ocorreu na França, no Brasil, a atuação de um movimento de psicanalistas lacanianos também teve fundamental importância nas transformações que se deram. Para compreendermos esse processo de mudanças, é preciso antes voltar um pouco no tempo, para as décadas de 40 e 50, época em que a psicanálise, até então uma ocupação diletante não oficializada, se estabelece como uma profissão de fato. Neste período surgem as primeiras sociedades psicanalíticas “oficiais”, compostas por psicanalistas com formação em medicina, os únicos que poderiam ser reconhecidos como tal¹⁹. Associadas à IPA, essas sociedades monopolizam os cursos de formação psicanalítica no Brasil, controlando o acesso daqueles que desejavam ingressar na profissão e definindo quem poderia ou não tornar-se psicanalista. Embora tenham surgido algumas poucas sociedades independentes desafiando o monopólio da IPA, as sociedades “oficiais” iriam permanecer hegemônicas até a década de 70, quando o *boom* *psi* fez crescer intensamente a demanda pela psicanálise, reconfigurando todo o setor. (RUSSO, 1993: 81).

A chegada de psicólogos e psicanalistas argentinos - fugidos da violenta ditadura vigente no país portenho - que já não praticavam uma psicanálise “ortodoxa” e propunham novas formas de terapia também contribuiu para o fim do monopólio sobre o título psicanalítico. Mais ligados à política do que seus colegas brasileiros, os argentinos possuíam um posicionamento crítico em relação à institucionalização e à neutralidade social das sociedades vinculadas à IPA. Esse movimento crítico fez com que grande número de psicólogos, que antes se esforçavam para obter o reconhecimento dos psicanalistas médicos, se associem na busca por novas maneiras de se legitimarem. Com isso, a partir do fim da década de 60, surgem no Rio de Janeiro diversas sociedades psicanalíticas não oficiais, fato que irá levar ao fim da hegemonia dos psicanalistas médicos e da IPA.

¹⁹ Este aspecto refere-se às sociedades com sede no Rio de Janeiro.

Mais importante do que a invasão argentina, porém, foi o crescimento das sociedades independentes formadas por terapeutas lacanianos, tradicionalmente avessos ao controle da profissão por parte da instituição. O desligamento das sociedades lacanianas em relação à IPA ocorre desde que esta rejeita, em 1963, a filiação da Sociedade Psicanalítica Francesa, fundada por Lacan. A teoria e os métodos clínicos elaborados por Lacan, entre eles o polêmico “tempo lógico”, não eram bem vistos pela ortodoxia da IPA. Deste modo, o lacanismo segue em frente de forma independente, contando com sociedades próprias que formam os seus próprios profissionais de acordo com os métodos lacanianos. Como já vimos com Castel, o lacanismo e seu “retorno a Freud” representaram um anseio por um rigor teórico, que vinha se enfraquecendo em uma época em que a psicanálise difundia-se fortemente na sociedade, através da mídia.

Esta ruptura provocada pela formação de diversas sociedades lacanianas irá reduzir o poder e a influência da IPA e, ao mesmo tempo, gerar, como já vimos, novas formas de controle sobre quem quer ser psicanalista. Se, por um lado, o lacanismo representou uma democratização do processo de tornar-se psicanalista, por outro, toda a sua sofisticação teórica e erudição fez com que os candidatos tivessem que estar adequados a um determinado padrão cultural exigido. Sendo assim, mais uma vez, muitos psicólogos se veriam excluídos nessa “peneira”.

O estilo laciano não visa ou procura a divulgação no sentido usual, porque, ao pressupor algum grau de iniciação prévia, implica necessariamente em exclusão. O que parece ocorrer é uma divulgação pela fascinação – fascínio exercido pela linguagem requintada, elaborada, às vezes de difícil compreensão. Sobre pessoas que se localizam (ou que querem se localizar) no que Bourdieu chamou de “pólo cultural” (em contraste com o “pólo econômico”) no que tange à divisão do espaço social. Isto é, pessoas que se querem “intelectuais” ou de “vanguarda” ou simplesmente “sofisticadas”. Neste sentido, o lacanismo ao se divulgar visa um público muito preciso. (RUSSO, 1993: 94).

Ao mesmo tempo em que o lacanismo irá atrair e englobar um determinado público de profissionais e interessados, um outro nicho oposto e complementar surgirá com força nos anos 70. Trata-se do movimento das “terapias corporais”, os quais faziam parte do complexo que Castel chamou de pós-psicálise. De acordo com Russo, assim como o lacanismo, às TC trazem à tona uma forte crítica à “psicanálise ortodoxa”, dominada por médicos e psiquiatras. Mas enquanto os lacanianos acreditavam que nem todos poderiam ser psicanalistas, que era preciso estar habituado a uma determinada linguagem específica e possuir uma alta

sofisticação cultural, os terapeutas corporais se opuseram à psicanálise, procurando criar uma nova vertente terapêutica. Se os lacanianos pretendiam restringir o acesso ao título de psicanalistas aqueles que possuísem rigor, vocação e dedicação suficientes para tal, estabelecendo uma certa meritocracia, os terapeutas corporais, a princípio, visavam abolir qualquer restrição, abrindo o campo para novas formas de tratamento, opondo-se às formas de hierarquia e controle sobre o título, que identificavam tanto nas sociedades da IPA, quanto nas lacanianas.

Contra o rigor da seleção profissional promovida pela IPA, os “alternativos” não contrapõem, de início, um outro tipo de rigor (como fazem os lacanianos), mas sim uma quase suspensão de qualquer sistema de seleção. A idéia de que o terapeuta pode autorizar-se por si mesmo é levada efetivamente ao pé da letra. Assiste-se à proliferação de novas formas de terapia, novas linhas, novas abordagens, terapeutas que criam sua própria terapia. À idéia de uma restrição do campo, os “alternativos” respondem com uma diversificação e uma dispersão ainda maior do mesmo. Seu antiintelectualismo leva-os a privilegiar a emoção, a sensação e a intuição. Se o lacanismo se caracteriza por sua ênfase no texto, na **palavra**, os “alternativos” vão buscar no **corpo** seu ponto de inflexão. (RUSSO, 1993:104)

O movimento das terapias corporais, que cresceu e se expandiu rapidamente durante os anos 80 no Brasil, esteve inserido em um circuito mais amplo, um verdadeiro “complexo alternativo” formado por diversas técnicas terapêuticas cujas origens e fronteiras se misturavam. Tal qual os *macromovimentos* políticos dos anos 60 e 70 descritos por Carozzi, essas práticas terapêuticas teriam, entre elas, um substrato ideológico comum. Deste modo, a oposição à racionalidade sob a qual o pensamento científico ocidental erigiu-se ocupa um lugar central neste paradigma *alternativo*. A perspectiva dualista, que separa corpo e mente, razão e emoção também é contestada, assim como o estilo de vida tecnocrático que se afirmou como padrão na sociedade ocidental e que estaria embasado em valores como consumismo, competitividade, trabalho, etc. (RUSSO, 1993:112).

O complexo alternativo que desponta por aqui a partir da segunda metade dos anos 70 reunia diversas terapias e práticas corporais – e importante antes de mais nada distinguir as duas categorias. As primeiras estariam centradas na noção de tratamento e teriam como objetivo a obtenção de um estágio de cura psicológica para o paciente. Já as práticas corporais estariam mais ligadas em idéias como desrepressão do corpo e harmonização do corpo com o ambiente.²⁰ Muitas das terapias alternativas “corporais”, apesar de seu nome não sugerir isto, poderiam ser consideradas também terapias psicológicas, configurando aquilo que, como

²⁰ Dentre as práticas corporais, Russo (1993) destaca algumas como Expressão corporal, Sistema consciente para a técnica do movimento, SOMOS, Dança consciente, Biodança, Eutonia, Corpo-Análise e Antiginástica.

vimos, Castel chamou de *pós-psicanálise*. Esta englobaria diversas técnicas situadas no entrecruzamento entre o complexo alternativo e a psicanálise.

Um dos exemplos dessa fluidez está no próprio fato de estarmos lidando com terapias psicológicas que denominam **corporais**. Esta denominação indica que as fronteiras tradicionais (tanto para a medicina quanto para a psicologia “oficiais”) entre corpo e mente deixa de nortear o trabalho terapêutico. Ao mesmo tempo, a primazia do corpo é inegável, e explicita a crítica ao “racionalismo” e ao “mentalismo” dos saberes ditos científicos, característica básica das práticas alternativas. (Russo, 1993: 116).

Como vimos com Reich ocupava o lugar de guru e principal referência teórica dos terapeutas corporais, fato que ressalta a ligação indissociável destas com a psicanálise. De acordo com Russo, as terapias corporais tendem a corporificar os problemas psicológicos, orientando o seu tratamento para a liberação de tensões fisiológicas, buscando, desta forma, acessar conflitos psicológicos subterrâneos. Idéias do teórico alemão, como a teoria do orgasmo e a técnica de análise do caráter foram incorporadas e adaptadas em uma série de tipos de tratamento. O estigma de marginal e subversivo imputado a Reich também fez com que muitos psicólogos brasileiros se identificassem com o autor, considerado uma figura maldita entre a ortodoxia psicanalítica e dissidente do partido comunista. Em um momento de contestação dos valores da sociedade burguesa e dos métodos da esquerda tradicional, Reich e, principalmente, suas idéias a cerca da liberação da sexualidade e da necessidade de uma educação não repressiva para as crianças, tornam-se muito populares. Pode-se afirmar que a retomada de Reich tenha tido como uma de suas causas os fortes ventos da contracultura que sopraram no mundo todo a partir da década de 60.

Evidentemente não se pode dizer que suas idéias tenham sido revolucionárias no sentido de terem **provocado** as mudanças que mais tarde vieram justificar. Mas elas estavam ali, possuindo inclusive a aura de teoria “maldita”, prontas a serem adotadas como bandeira pelos que de alguma forma se queriam também malditos. (RUSSO, 1993:123).

Dentro das terapias corporais, as idéias reichianas foram menos uma doutrina a ser rigorosamente seguida do que uma inspiração. Ainda assim, certas noções como a importância de se tratar males psíquicos através do corpo, a busca da liberação do corpo e conseqüentemente da pessoa, a contraposição entre natural e social foram incorporadas por terapeutas “neo-reichianos”, assim como as idéias que giram em torno da concepção de “energia”.

Alexander Lowen, criador, ao lado de John Pierrakos, da terapia Bioenergética, foi um discípulo de Reich que seguiu o próprio caminho intelectual. Sua Bionergética afasta-se do Reich da psicanálise, focando-se mais na busca de uma “autodescoberta” e de um “crescimento pessoal” do que na obtenção de uma cura, podendo ser enquadrada, desta forma, naquilo que Castel chamou “terapia para os normais”. (RUSSO, 1993: 126). Assim como Lowen, outros teóricos partem da influência de Reich para desenvolverem suas próprias idéias e práticas terapêuticas. Alguns deles, como David Boadella (biossíntese) e Gerda Boyesen (biodinâmica) tornaram-se populares entre os terapeutas corporais brasileiros.

É interessante notar, também, que havia espaços como simpósios e revistas – por exemplo, a Rádice – nos quais terapeutas corporais e psicanalistas “alternativos”, isto é, críticos ou dissidentes em relação a IPA, se relacionavam. Isto revela, mais uma vez, que permanecia uma certa proximidade entre estes grupos, ambos ocupando lugares “alternativos” e “marginais”. Os próprios terapeutas reichianos viam Reich como um continuador da obra de Freud, um herdeiro revolucionário da psicanálise, que havia partido da idéias freudianas para, depois, superá-las.

A marginalidade imputada à Reich, ao seu legado, e à continuidade que seus seguidores deram a este parecem ter inspirado decisivamente as próprias escolhas existenciais e profissionais daqueles psicólogos que aderiram às terapias alternativas. Situando-se nas margens da Academia e das instituições oficiais, essas pessoas teriam assumido uma postura marginal, a qual se pretendia libertária, em relação à vida profissional.

Em sua pesquisa a respeito de um grupo proeminente de terapeutas corporais radicados no Rio de Janeiro, Russo (1993:183) comenta a disposição dessas pessoas em levar uma vida *alternativa*:

Novamente escolha ocupacional e vida se mesclavam. Vários entrevistados vivem durante uma certa época, uma vida efetivamente marginal – de contestação do *status quo*, buscando formas alternativas de trabalho, de moradia, de relacionamento afetivo e/ou conjugal. Contestação que, em alguns casos, assumiu a forma de uma militância política na época da ditadura militar.

A associação entre o ideário que embasava o “complexo alternativo” e as terapias corporais com o substrato ideológico da contracultura e da chamada Geração 68 parece evidente. Se analisarmos com mais profundidade essas semelhanças veremos que a crítica ao racionalismo ocidental, a qual se referiram autores aqui citados, como Salém, Paz, Campbell, etc, ocupa um lugar central em ambos as perspectivas. Pode-se dizer ainda que entre os profissionais que se dedicavam a este tipo de atividades, havia fortes traços daquilo que Salem

chama de *individualismo psicologizante libertário*. O indivíduo contemplado como valor máximo dentro de um sistema de valores que se queria libertário, um indivíduo dotado de um potencial incalculável contraposto à uma sociedade opressora, que reprimia seus instintos e desejos: o homem natural é são, a sociedade é que o faz doente. Neste contexto, mais uma vez usando como base idéias de Reich, vão se fazer críticas a uma série de convenções sociais, padrões criados e condicionamento que assujeitaram o homem natural, impedindo o seu livre desenvolvimento. O casamento, a família nuclear tradicional, as normas de comportamento, tudo isso passa a ser visto como opressivo e inibidor. O indivíduo é, portanto, associado ao que é natural e a sociedade ao que é artificial (RUSSO, 1993:187). O ser humano nasceria livre, sendo logo em seguida cooptado pela cultura que o imporia uma série de normas opressivas. Seria um processo de domesticação e controle do natural.

A ideologia presente nas TC estaria ancorada em uma “concepção universalizante do homem”, na qual “todo ser humano encarna dentro de si, não a humanidade – como seria típico do universo individualista, mas a natureza” (RUSSO, 1993: 192). Desta forma, não só todos os indivíduos, independente de sua classe ou cultura, mas todos os seres vivos estariam nivelados em uma mesma totalidade natural. Através de certas práticas corporais, então, o indivíduo encontraria de novo o seu “corpo natural”, libertando-se de toda a repressão que a sociedade o imporia e reintegrando-se à sua natureza.

O corpo passa a ser valorizado como um espaço primordial para a transformação do indivíduo, o que, ainda de acordo com Russo, denotaria um certo desprestígio da importância da “palavra”, do discurso teórico, intelectual, e por conseguinte, da racionalidade ocidental. Isso se daria também no próprio processo de construção do conhecimento que embasaria os terapeutas corporais:

O fato de o corpo sobrepujar a palavra de novo nos remete à idéia de uma exterioridade social, de um “fazer-se” pelas margens das instâncias tradicionais de consagração escolar, isto é, da consagração **pela palavra**. É mesmo uma negação desta consagração – e afirmação de outro tipo de consagração, paralela, marginal, que não depende tanto de estudo, diplomas, teoria, mas sim de “vivências”, “exercícios”, em suma, de trabalho corporal.(RUSSO, 1993: 193)

Desta forma, como já vimos, era comum entre os profissionais que se dedicavam às TC certo desmerecimento das formações acadêmicas e institucionais e uma valorização do processo de “autoconstrução” profissional e existencial, que se daria em outras formas de experiências e vivências. Estas teriam a um só tempo um caráter autonômico, por estar propositadamente à margem das instituições, e comunitário, pois resultavam dos encontros e associações de indivíduos, momentos nos quais o conhecimento era simultaneamente

transmitido e posto em prática. Assim, podemos dizer que dois dos mais importantes valores afirmados pelos movimentos dos anos 60 e 70, autonomia individual e associação coletiva estavam presentes no ideário das TC²¹. Esse processo de “fazer-se a si mesmo” em um meio marginal em relação às instituições oficiais e ao establishment da psicanálise difere daquele adotado pelas “vanguardas aristocratizantes” que utilizavam a psicanálise como um meio de ascensão social através do desenvolvimento de um capital simbólico e cultural. Para aqueles que aderiram à caminho alternativo era importante afirmar-se livre diante da hipocrisia e do encastelamento que ocorreriam nos meio institucionais e oficiais da psicologia. Por outro lado, também era importante estar associado a outros que assumissem a mesma postura marginal, independente da corrente teórica seguida. Desta forma, a negação das vias tradicionais foi essencial na trajetória destes indivíduos que souberam fazer da marginalidade um forma de capital para ascensão em suas carreiras, e sozinhos e juntos desbravaram um vasto campo de terapias alternativas no Brasil .

²¹ David Brooks, colunista do jornal The New York Times, escreveu, na véspera da posse de Barack Obama, que o novo presidente americano poderia estar inaugurando uma nova era na qual a associação comunitária e a unidade seriam os valores fundamentais para uma nova América. O início da era Obama marcaria o fim da era da “ Grande Ruptura”, teorizada por Francis Fukuyama, na qual o valores individualistas teriam tornado-se hegemônicos e as velhas normas sociais teriam caído em descrédito sem que novas fossem postas em seu lugar. Acredito, como muitos já demonstraram, que os valores da contracultura, da nova esquerda e dos movimentos políticos dos anos 60 e 70 enfatizavam tanto o individualismo quanto o comunitarismo, sendo um complementar ao outro.

3 *RÁDICE* - REVISTA DE PSICOLOGIA

“Rádice, muito prazer”: estas palavras abriam o editorial do número de estréia da *Rádice –Revista de Psicologia*. Nas linhas seguintes, *Carlos Ralph*, idealizador, editor e figura mais importante ao longo da história da publicação, apresentava para os leitores sua “revista-menina” – como gostava de chamar - , uma antiga idéia dos tempos de faculdade que, anos depois, se concretizaria. O artigo definia a linha editorial a ser adotada pela *Rádice* como um “jornalismo da Psicologia” - apesar de o próprio editor admitir não ter uma idéia exata do significado de tal expressão. A proposta principal, dizia Ralph, era tentar “mostrar, discutir, saber o que está acontecendo na Psicologia”.

A estrutura da revista, dizia o editorial, seria inteiramente comunitária, formada por um grupo de psicólogos e estudantes com poucos recursos, mas muita energia para a missão. A independência em relação a instituições ou “medalhões” e a abertura à participação dos leitores eram ressaltadas como características fundamentais da publicação, que definiam o seu caráter autônomo e livre de compromissos com grupos hegemônicos de poder. A ligação com a imprensa alternativa também mereceu destaque no editorial, que enfatizava a associação entre *Rádice* e outros veículos como *Bondinho*, *Pasquim*, *Opinião*, *Versus* e outros. “Chegamos para fazer parte desse mundo subterrâneo, dessa espécie nanica que sobrevive sem vender a consciência”. Associando-se ao frondoso movimento da imprensa alternativa que vigorou no Brasil durante os anos 70, muito importante por agrupar vozes que se opunham ao regime militar, *Rádice* também se dissociava de outros tipos de publicações do campo acadêmico. Reivindicava para si, desta forma, um caráter militante, informal e não acadêmico. O tom e a linguagem coloquiais e descompromissados remetiam a uma forma de falar própria da juventude do período. Expressões como “pintar”, “transa”, “barato”, típicas dos anos 70 eram muito citadas.

A *Rádice* circulou por quatro anos e sete meses, entre setembro de 1976 e abril 1981, tornando-se uma referência para muitos psicólogos, estudantes de psicologia e pessoas interessadas pela área. Durante este período, foram lançados 15 números, além de uma edição da *Rádice: Teoria Crítica*, mais voltada para a publicação de artigos acadêmicos e discussões teóricas, além de um número especial comemorando os quatro anos de aniversário, que trazia uma compilação das quatro primeiras edições. Em 1981, a revista encerrou suas atividades e,

em seu lugar, nasceu o jornal *Luta e Prazer*.²² Em razão, principalmente, de fatores econômicos, a periodicidade dos números variou muito ao longo desses 5 anos. Por seu caráter independente, artesanal e, acredito, posicionamento político e ideológico, *Rádice* não conseguia atrair anúncios de agências de publicidade. Os seus únicos anunciantes fixos eram a livraria e editora Muro, – um pequeno recanto da esquerda carioca – e a drogaria do tio de Carlos Ralph. De acordo com os cálculos de Ralph, o número de assinantes teria chegado a dois mil, mesmo assim, isso não era suficiente para pagar as contas do processo de publicação (SANTOS, 2008). Isso ocorreu, em parte, porque a *Rádice* era uma revista cara (e com o tempo tornou-se ainda mais) com projeto gráfico arrojado e sucursais em diversos lugares do Brasil, como Pelotas, Belo Horizonte, Fortaleza, Belo Horizonte, Juiz de Fora, Uberaba, Salvador, São Paulo, na capital, em Santo Amaro, Piracicaba e Dois Córregos, além do grupo da Paraíba. Chegaram a existir 50 sucursais, em diversas regiões do país²³.

Os primeiros números foram financiados, em parte, pela venda de “ações” da revista para familiares e amigos da equipe (SANTOS, 2008: 32). Parece ter sido uma forma lúdica de pedir dinheiro emprestado. O dinheiro obtido com a venda de um número servia para pagar aos “investidores”, e, em seguida, novos empréstimos eram captados. As festas e os simpósios também eram estratégias de arrecadação. A primeira redação da *Rádice* funcionava em uma pequena sala no Centro do Estudante Universitário, alojamento mantido pela UFRJ. A sala fora cedida pelos próprios moradores que, à revelia da universidade, eram quem administrava o prédio. Entre outros projetos, o CEU ajudou da mesma maneira o grupo de balé Corpo e os de teatro Tá na Rua e Asdrúbal Trouxe o Trombone. Também funcionavam no prédio o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) e uma entidade chamada Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP). A convivência de todos esses grupos nos dá uma boa idéia da confluência de idéias e tendências que se dava na época. Esta mistura de ativismo político com teatro engajado, humor influenciado pela estética do desbunde e outros encontros certamente influenciou a concepção da revista e sua militância bem-humorada.

No início a venda era feita a partir de diretórios acadêmicos. Um representante da revista procurava o grêmio, perguntando se havia o interesse em comercializar a publicação.

²² Por uma questão de tempo e de delimitação do objeto de estudo, concentrei-me apenas na análise da revista *Rádice*, deixando tanto a *Teoria Crítica*, quanto o *Luta e Prazer* para uma outra oportunidade, visto que seria difícil reunir todo esse material e dar conta da pesquisa no período de tempo do mestrado.

²³ Para obter diversas informações a respeito da história da *Rádice* e os bastidores de seu processo editorial recorri à tese de Alessandra SANTOS, intitulada *Rádice: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil*, pelo departamento de Psicologia da UERJ. Alessandra realizou diversas entrevistas e pesquisas, levantando muitas informações interessantes sobre a feitura da revista e seus personagens.

A partir do número 5, a *Rádice* cresce e passa a ter mais colaboradores, o papel e o design são incrementados e a revista é distribuída para ser vendida também em bancas de jornal.

O editorial da edição de número 10 falava dos problemas enfrentados no processo de publicação e como estes vinham sendo superados, ressaltando a perspectiva de resistência e o idealismo daqueles envolvidos no projeto:

Mas estas e muitas outras condições adversas que continuamos a enfrentar servem demais para explicar o exatamente oposto. O sufoco dos boicotes instituídos fez com que desenvolvêssemos uma intrincada organização alternativa que nos manteve vivos e independentes das benesses oficiais. Muitíssimo trabalho e uma perspectiva mais que teimosa, calcada na certeza de estarmos fazendo/falando coisas importantes sem a mínima obrigação de estar agradando quem quer que seja, acalmou a barra, seguiu as intempéries financeiras. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 10, 1980,p.3)

O projeto inicial era que a revista saísse bimestralmente, e, quem sabe, se tudo conspirasse a favor, depois de algum tempo, mensalmente. Porém, os problemas financeiros e de organização acabaram impedindo que a periodicidade fosse seguida estritamente. Deste modo, a publicação passou a sair, como definiu Ralph, de “quando dava em quando dava”. No número 14, já com a revista muito combatida pelas intempéries econômicas, Ralph reconhecia as limitações estruturais, mas orgulhava-se do caráter artesanal do processo editorial empreendido:

abandonaremos temporariamente o objetivo de fazer uma revista mensal; impossível com nossa atual estrutura interna. Continuaremos no semi-profissionalismo com muita altivez (...)Então é isso, resistindo, revoltando. Juntos. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 14, página 2)

Manter a chama da *Rádice* acesa, portanto, não era uma tarefa das mais fáceis. Compuseram a equipe psicólogos, estudantes, jornalistas e outros colaboradores – muitos entraram e saíram ao longo do tempo. Em uma nota publicada no número 5, as dificuldades enfrentadas pela equipe de redação era exposta aos leitores:

Somos seis pessoas a segurar a barra da revista. Administramos, escrevemos, produzimos, distribuimos e mais o que for necessário fazer. Ainda não deu pra ninguém receber nada, mas em compensação estamos sempre emprestando algum para a revista. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 5, p.10)

A figura de Carlos Ralph (ou apenas Cê Ralph, como passaria a assinar) era quase onipresente na publicação, ele redigia os editoriais que saíram em quase todos os números,

além de diversas matérias, artigos e colunas. Ralph havia se formado em psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, e na época inicial da revista cursava um mestrado em Comunicação Social na Fundação Getúlio Vargas, do qual se desligou publicamente através de uma nota publicada na *Rádice*, e dava aulas na Universidade Gama Filho, abandonando o emprego em seguida para se dedicar exclusivamente à função de editor. No fim dos anos 60 e início dos 70, ele militava contra a Ditadura Militar no grupo Ação Popular, tendo sido preso e, após obter a liberdade, se exilado em Buenos Aires²⁴. A figura de Ralph se confunde com a da revista o tempo todo. Aos poucos, tanto um quanto o outro foram se interessando cada vez mais pelo campo das Terapias Corporais e pelos teóricos que se propunham a pensar o comportamento, a instituição familiar, a sexualidade e os efeitos das normas sociais nos indivíduos, principalmente Reich. Foi ainda o próprio Ralph quem batizou a publicação, inspirado na palavra *radix*, que, em latim, significa raiz. (JACÓ & SANTOS, 2005:3).

Além do editorial, as partes fixas do esqueleto da revista eram a sessão Geralmente, um espaço destinado às cartas dos leitores e uma sessão que trazia os últimos acontecimentos do campo *psi* em diversos estados do Brasil. A coluna Geralmente era uma grande miscelânea de notas, pequenas notícias, avisos, sugestões para os leitores, denúncias e outros gêneros. O sumário a definia como uma sessão de “cartas, toques, informações, congressos, opinião, humor, rumores, imprensa, conversa. Onde cabe tudo, de todo mundo.” Nela poder-se-ia encontrar desde uma nota em tom de denúncia a respeito dos abusos cometidos em certos hospitais e clínicas psiquiátricas, até uma notícia sobre o novo disco do “amigo e vizinho” Raimundo Fagner, passando pelo resumo de uma palestra de Margaret Mead em Salvador. Diversos assuntos como direito do consumidor, ecologia, comida vegetariana, educação, resumos de palestras e eventos e muitas notas a respeito de questões institucionais internas ao campo *psi* apareciam na sessão. Com o tempo, a Geralmente foi crescendo e ocupando cada vez mais espaço. Havia ainda uma sessão reservado para resenhas de livros sobre psicologia e outros temas considerados de interesse dos leitores. Nos últimos números começam a aparecer colunas fixas de Alex Polari de Alverga, José Jackson Coelho Sampaio, Edílson Martins e Kurt Bacamarte. O primeiro era um importante quadro da resistência à ditadura e ficara preso por muitos anos, tendo contribuído pela primeira vez com a revista – em um contundente texto que falava sobre a genealogia da prática da tortura e seu uso no Brasil– enquanto ainda estava na cadeia²⁵. Coelho é um psiquiatra que escrevia, na maioria das vezes, relatando casos clínicos que tratou ou testemunhou, usando-os sempre para colocar

²⁴ Atualmente Carlos Ralph é terapeuta especializado em bioenergética e reside em Florianópolis.

²⁵ ²⁵ Atualmente, Alex Polari é um dos líderes da seita Santo-Daime no Brasil.

em questão os saberes psiquiátricos oficiais. Martins, antropólogo escrevia sobre suas vivências entre os índios da Amazônia, narrando fatos que presenciou e lendas indígenas. Já Kurt Bacamarte era o pseudônimo do psicanalista mineiro Francisco Paes Barreto, suas crônicas eram sempre muito bem humoradas e debatiam questões relacionadas à psicanálise e à psiquiatria.

Os leitores também eram vozes importantes na revista, sendo convocados a participar do processo de feitura e tendo os seus textos publicados. Essa proximidade revela o forte aspecto comunitário que se desenvolveu ao longo dos números, uma relação de amizade entre a equipe da redação e os leitores, como se todos estivessem do mesmo lado, unindo forças em uma mesma luta. Esse grupo de pessoas que se identificava com a revista fez parte do boom do campo *psi* brasileiro, da psicanálise e, principalmente, do momento posterior, das terapias corporais. Todos, leitores, redatores e colaboradores faziam parte, digamos assim, de uma mesma tribo e pareciam manifestar um grande sentimento de companheirismo entre si.

Em 1980 e 1981, a revista realizou dois simpósios cujo objetivo era divulgar a publicação, obter verbas e debater questões relevantes no campo *psi* e no “complexo alternativo”. O maior deles, intitulado Alternativas no Espaço Psi, reuniu no Parque Lage, no Rio de Janeiro, cerca de novecentas pessoas “discutindo e agindo as opções da psicologia, psicanálise e psiquiatria, com a emoção e alegria presentes. Corpo/ mente trabalhando e sendo trabalhados” (Rádice 13). O público do encontro era definido como “pessoas de cabeças abertas”, possivelmente muitos eram leitores da revista. A programação do simpósio nos oferece uma boa mostra das diferentes práticas, correntes e técnicas que compunham o “complexo alternativo”. O simpósio envolveu práticas e vivências corporais de psicodrama, bioenergética, biodança e outros. Filmes, peças, teatro de bonecos, do-in, shows, massagens, capoeira e até uma cartomante. De acordo com Ralph, o simpósio foi orientado pela

Convicção de que a transmissão de informações e vivências – que deve ser a intenção primeira de qualquer encontro dessa natureza - podem e devem ser passadas de maneira livre e informal; que os conteúdos por mais sisudos que possam parecer, podem e devem ser transmitidos e discutidos em um clima que também não exclua a alegria. Afinal, sem ternura, prazer, *jamás*. (Rádice nº 13, p. 51)

Ao longo de seus 15 números, a Rádice abordou temas muito diversos, mas que, porém, apesar da aparente desconexão, guardavam uma relação ideológica entre si: pode-se dizer que todos estavam incluídos no mesmo *macromovimento*, ancorados pelas mesmas idéias de autonomia e desrepressão. A revista tratou de assuntos como sexualidade e repressão, casamento, instituição familiar, hegemonia do poder médico, educação, ecologia, organicismo na psicologia, institucionalização do campo *psi* brasileiro, denúncia de arbitrariedades cometidas pelo governo brasileiro e por outras ditaduras, reforma psiquiátrica,

dentre muitos outros. Entre as muitas vozes que soaram na *Rádice*, através de entrevistas e publicação de artigos, estavam Jurandir Freire Costa, Nise da Silveira, Gilberto Velho, Luiz Alfredo Garcia-Roza, Helio Pellegrino, Felix Guattari, Ronald Laing, Carl Rogers, Franco Basaglia e, sobretudo, Wilhelm Reich.

Em sua tese sobre a *Rádice*, SANTOS (2008) destaca o clima de efervescência que tomava conta dos *campi* universitários na segunda metade da década de 70 como um dos fatores que marcaram a trajetória da revista e possibilitaram a sua ascensão. Em 1976, o país ingressava na reta final da ditadura militar que começara em 1964. A repressão imposta pelos dispositivos de censura havia diminuído após o grande recrudescimento que teve início no fim dos anos 60, com o AI-5. Rumo à gradual reabertura planejada pelos militares, o Brasil se transformava rapidamente e uma série de novas forças políticas e sociais apareciam:

O período em que a revista *Rádice* foi produzida compreende o momento no qual os movimentos sociais e populares materializavam a denúncia dos atos violentos da repressão, reivindicando o fim da ditadura militar; a volta dos exilados (obtida com a Lei de Anistia); a cobrança de respeito aos direitos humanos feita ao governo brasileiro pelos organismos internacionais; as transformações no campo da saúde que serviriam de base para a organização de movimentos singulares como o sanitarista e a luta antimanicomial, nos anos 80; as mudanças nas expressões culturais e nas formas de compreensão e organização da luta política, confirmando novos modos de resistência. (SANTOS, 2008: 14).

Essa reivindicação em favor do respeito aos Direitos Humanos irá marcar fortemente à *Rádice*, que em muitas edições denunciou a prática da tortura, chegando a lançar um exemplar que trazia um extenso dossiê a respeito do tema. A imprensa alternativa, como um todo, foi de grande importância nas denúncias dos abusos violentos perpetrados pelo Estado, ou mesmo pela polícia contra presos comuns. Desta maneira, a *Rádice* retrata o desabrochar dessa nova forma de militância política que fiscalizava as arbitrariedades cometidas pelo poder estatal contra os cidadãos. É lógico que a luta em torno de uma causa como essa só pôde crescer porque a repressão havia se atenuado e entrava em sua fase de abertura.

A verdade é que a maior liberdade de imprensa trouxe à tona somente o que todos já sabiam/ viviam em cada esquina, ou com um parente conhecido ou amigo (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 6, p.3)

Uma das características mais importantes da revista era a sua abertura para os mais diversos temas, extrapolando em muito os assuntos tradicionais do campo *psi*. Aquilo que era teórico e essencialmente acadêmico perdia espaço para assuntos da ordem do cotidiano, do

comportamento e para lutas pontuais. Isso seria ressaltado no penúltimo número da revista, o 14, em uma espécie de inventário dos temas abordados ao longo da trajetória da *Rádice*:

(...) acreditamos que a Psicologia não é um espaço fechado, delimitado pelos temas acadêmicos. Por isso falamos de Macumba, Messianismo, Tortura, Sexo, da mesma forma que discutimos Ciência, Psicanálise, Currículo e Hospitais Psiquiátricos. Em comum a nossa característica crítica, a linguagem aberta, desprovida de formalismo. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 14, p.3)

Por ser uma revista de Psicologia, a *Rádice*, dedicou-se intensamente à militância dentro do campo *psi*, debatendo questões importantes como a definição do currículo universitário da profissão e uma série de discussões a respeito de questões sindicais e de ordem institucional. Os “alternativos” brigavam por seu espaço e por seus direitos profissionais. A luta se dava contra grupos hegemônicos, associações oficiais ligadas à IPA e ao governo. A perspectiva do ativismo exercido pela *Rádice* no campo *psi* foi, muitas vezes, a de franco enfrentamento contra esses grupos. Tal enfrentamento se daria tanto no campo teórico, com críticas às autoridades constituídas e seus mecanismos de dominação e perpetuação no poder, quanto em questões mais pontuais, nas quais esses mecanismos se manifestariam de forma concreta. Desta maneira, denunciavam-se sem temor, por exemplo, as medidas consideradas arbitrárias e certas manobras políticas no interior dos conselhos de psicologia e das diretorias de cursos universitários. A perspectiva que opunha um grupo novo, com o qual *Rádice* e seu público se identificavam, contra uma velha “panela” que tentaria manter um domínio sobre o setor explicitado com todas as letras em uma nota publicada na *Rádice* nº3:

Por incrível que pareça, a revista recebeu, desde o início, um apoio muito maior dos jornalistas que dos psicólogos: até este número, que já apresenta artigos de leitores, ela vinha sendo feita exclusivamente na base do esforço de poucas pessoas, apesar de nossa proposta, desde o início, ser bastante clara: abrir uma tribuna, dentro do tão tranquilo (para dizer o mínimo) panorama da psicologia nacional, para a voz dos que não tem apoio nos já famosos “grupinhos”. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 3, p.3).

O embate que se dá concretamente no cenário *psi* durante a década de 70 é a luta entre um novo grupo, que se coloca como “marginal” e traz perspectivas reformistas para o campo, e um antigo grupo que quer conservar não só o seu próprio status como grupo hegemônico, mas evitar que os novos desvirtuem a ordem estabelecida dentro da classe profissional. Composto, em grande parte, por psicólogos recém-formados, o grupo da *Rádice* traz uma forte herança, em seus valores, tanto da contracultura, quanto da luta contra a ditadura militar.

Com o passar dos anos, muitas das pessoas que compuseram a *Rádice* vão aderindo às terapias corporais que começam a ganhar espaço no Brasil no fim da década de 70 e se distanciando cada vez mais das vertentes tradicionais da psicanálise, endossando um movimento que Castel chamou de *pós-psicanálise*, cujo posto de grande inspirador foi transferido de Freud e Lacan para Reich.

Portanto, ocorre uma polarização intencional, fruto de um conflito presente em diversos planos da sociedade entre membros de grupos “hegemônicos” e “alternativos” ou “majoritários” e “minoritários”. Percebe-se que desde o início da trajetória da *Rádice* era muito importante que fosse demarcada uma posição clara que determinasse “com quem estamos e porque e contra quem lutamos”. Ao longo das edições, essa perspectiva de ativismo é mantida, mas vai ganhando novos tons e encampando novos temas. No editorial do número 13, Ralph, não sem certo orgulho, denunciava:

Rádice sendo proibida em alguns lugares, incomodando medalhas, títulos e figurões. É o que podemos fazer, além de muitas outras coisas. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 13, p.2)

Antes de surgir explicitamente o interesse por Reich e pelas terapias corporais, pode-se flagrar na idéias subjacentes ao texto da *Rádice* essa disposição à marginalidade, ainda que não se saiba que caminho teórico e prático tomar. Essa discordância dos valores hegemônicos, considerados ultrapassados e reacionários, e busca do novo vai ganhando corpo e, nos últimos números da revista, se definindo na radicalização das posições, cada vez mais próximas de Reich, ainda que outros teóricos como Foucault, Guattari e Laing também ganhassem espaço como inspiração.

A intenção de expor, resumidamente, o movimento que perpassa o “começo, meio e fim” da trajetória da *Rádice* é de que, através da compreensão do rumo teórico e ideológico que a revista viria a tomar, se perceba que desde a primeira matéria essa postura de contestação já está assumida, ainda que não se soubesse naquele momento exatamente onde ela desembocaria. Há uma busca por novos caminhos dentro da psicologia, um distanciamento em relação às sociedades psicanalíticas oficiais ligadas a IPA e aos grupos lacanianos. Como vimos no capítulo dois, os terapeutas corporais – ocupação que muitos dos colaboradores da *Rádice* acabariam assumindo – construíram de forma muito bem sucedida o seu próprio espaço às margens do campo psicanalítico oficial. Pode-se dizer que a história da *Rádice* narra um pouco do fim do processo de gestação e o desabrochar da *pós-psicanálise*.

No fim de 1980, devido a problemas financeiros que passaram a impossibilitar a produção e distribuição da revista, que tornava-se cada vez mais cara, Ralph e Cia decidem transformar *Rádice* em um jornal. O novo formato ofereceria a possibilidade de condensar o grande volume de material que era produzido por todas as sucursais em menos páginas, aumentando o espaço e reduzindo os custos. O novo jornal chamava-se *Luta & Prazer* e durou até 1984. Sua linha editorial detinha-se menos no universo *psi* e mais nas discussões sobre comportamento e a respeito do panorama cultural brasileiro. No editorial do número 15 da *Rádice*, Carlos Ralph escreveu:

Adeus, minha querida amante revista menina *Rádice*. Eu sempre vou te amar. Transformemo-nos juntos no moleque jornal *Luta & Prazer*; a viagem vai continuar. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº 15, p.2)

4 ANÁLISE DA REVISTA *RÁDICE*

Ao longo de seus 15 números, *Rádice* tratou de assuntos muito diversos, que cobriram desde a psiquiatria à ecologia, passando por temas relativos à sexualidade, casamento e militância contra a ditadura militar. Para realizar uma análise daquilo que é enunciado na revista, adotei como método realizar uma análise das publicações, lançando mão de um método mais livre, no intuito de relacioná-los às questões teóricas que apresentei no primeiro e segundo capítulos desta pesquisa. O método analítico escolhido tem como objetivo verificar que tipo de questões são formuladas na *Rádice* e, em seguida, tentar identificar o substrato ideológico que informava os posicionamentos assumidos pela revista. Com isso, tentarei comprovar a minha hipótese de que o conteúdo expresso na *Rádice* se liga ao ideário da liberação que floresceu nas décadas de 60 e 70, incorporando-o para pensar o contexto político e o campo *psi* brasileiro.

Para realizar tal tarefa, o primeiro passo foi ler todos os números da revista, em seguida, dividir as matérias em grupos, de acordo com os temas abordados. Desta forma, identifiquei, em primeiro lugar, dois eixos temáticos centrais: “Militância e politização do cotidiano” e “Psiquiatria e psicologia como campos de luta política”. Da mesma maneira que fiz nos capítulos 1 e 2 desta pesquisa, achei por bem dividir a análise em duas partes. Na primeira, irei pensar as diferentes concepções de prática política expressas na *Rádice* e a maneira como a trajetória da revista se relaciona com a eclosão de novas formas de militância, ativismo e contestação nos anos 60 e 70. Na segunda parte, me dedicarei a mostrar a atuação da revista dentro do universo *psi*, discutindo a prática e o funcionamento das instituições psiquiátricas e outras questões importantes da campo da saúde mental. Creio que esta divisão temática irá ajudar a elucidar a forma (ou as formas) como a *Rádice* compreendia a política e como a revista militava dentro do campo *psi* ou de outras áreas, ainda que ambas as lutas fossem informadas pela idéia da politização do cotidiano e da subjetividade.

Todo e qualquer agrupamento que se faça tem, em si, muito de arbitrário, mas, mesmo assim, creio que essa divisão traz grandes benefícios para a análise da publicação. Muitas vezes, os assuntos se cruzam e uma mesma notícia pode corresponder a dois ou mais grupos, o que apenas reforça a idéia, já apresentada aqui, de que muitas destas questões debatidas nos anos 70 tinham um substrato ideológico comum, pois pertenciam, na verdade, a um único grande movimento, um *macromovimento* que encamparia diferentes causas, em torno de uma mesma base de idéias, como demonstrou Carozzi (1999:149).

No macromovimento pós-sessentista, o ponto em comum é a reivindicação da autonomia, o anti-autoritarismo e a concomitante rejeição às hierarquias de autoridade e às normas institucionais.

Dentro desses dois grandes grupos, encontrei alguns subgrupos temáticos que se relacionam entre si. Fazem parte do primeiro grupo, “A política em transformação”, matérias e artigos que exploram os seguintes temas:

1 – Luta contra a repressão política: ativismo político em torno de grandes questões nacionais e internacionais, denúncia de arbitrariedades cometidas por ditaduras no Brasil e em outros países, reflexões e críticas sobre o panorama político brasileiro e, por último, considerações teóricas sobre questões ideológicas dentro do panorama da Grande Política.

2 – Corpo e Comportamento: matérias sobre comportamento, em geral, discutindo temas que eram, até então, tabus, como sexo, amor, casamento e instituição familiar. Tentarei privilegiar tudo aquilo que se refira a uma nova compreensão da prática política e dos métodos de transformação social, visto que o plano do cotidiano passou a ser problematizado de forma política.

3 – Novas bandeiras políticas: textos que expõem e retratam naquele momento a eclosão e o crescimento de novas formas de militância política em torno de temas outros que as questões político-ideológicas tradicionais. Entre esses temas estão o ambientalismo, a luta pelo direito dos homossexuais e outras minorias, o ativismo pela defesa dos direitos do cidadão e outras causas.

No segundo grupo, “A psicologia e a psiquiatria como política”, encontramos os seguintes eixos temáticos:

1- Debates em torno da prática psiquiátrica: questionamentos e denúncias a respeito das práticas exercidas em hospitais psiquiátricos, discussões teóricas sobre as terapias psiquiátricas, críticas à pretensão à hegemonia do saber médico psiquiátrico.

2 – Militância no campo *psi* brasileiro: debates em torno da legitimidade das instituições que compõe o campo *psi*, questões trabalhistas e sindicais envolvendo a profissão, matérias que remetem à busca de espaço empreendida por um grupo de psicólogos de um campo *alternativo* com o qual a *Rádice* se identificava.

Irei expor e analisar trechos da *Rádice* relacionados aos cinco eixos temáticos que identifiquei. Estes, porém, não receberão o mesmo espaço. Escolhi priorizar e tratar destacadamente os temas que considere mais relevantes, de acordo com o objetivo desta pesquisa, que é analisar o processo de politização do cotidiano, a aparição de uma nova forma de pensar e fazer política. Com base nisso, enfatizarei os trechos que se relacionavam ao tópico “Corpo e comportamento”, dando um forte enfoque também ao tópico anterior, “Luta contra a repressão política”, no intuito de captar uma transição que, a meu ver, irá ocorrer, resultando na gradual diminuição do interesse da revista pela política institucional, na medida em que o sexo e o comportamento passam a ser temas mais frequentes nas páginas da *Rádice*. Não me prolongarei na exposição e análise dos trechos relacionados ao tema “Novas bandeiras políticas”, por estas matérias ocuparem um espaço comparativamente menor na revista. Creio que, mesmo assim, é importante ressaltar o interesse da revista por uma série de novas questões que passam a integrar o campo da política, como Ecologia e Direito do Consumidor.

Dentro do grupo temático “A psiquiatria e a psicologia como política” irei enfatizar mais as matérias e artigos que expressam o questionamento à psiquiatria oficial, por considerar este um aspecto crucial para que compreendamos a extensão do movimento antiautoritário dentro do campo *psi* e como se deu a militância antipsiquiátrica. Não me aprofundarei tanto no tema “Militância no campo *psi* brasileiro”, pois penso que muitas das questões expostas na revista dizem respeito a aspectos institucionais datados, que não me propus a pesquisar no âmbito desta dissertação. Concentrar-me-ei apenas naqueles trechos que considere representativos do embate entre um certo setor marginal do campo *psi*, do qual *Rádice* fazia parte, e grupos hegemônicos cujo saber e poder passam a ser contestados. Pretendo, com isso, trazer à tona certos discursos em voga na época, que criticavam a falta de engajamento político e o conservadorismo do *establishment* psicanalítico brasileiro e, de uma forma mais ampla, da própria teoria psicanalítica. Destacarei ainda matérias que relatam a luta destes novos grupos pela conquista de um espaço maior dentro dos dispositivos que regulamentavam a profissão, um ativismo institucional, por assim dizer.

4.1 A política em transformação: da luta armada à política do cotidiano

Como vimos anteriormente, entre os anos de 1976 e 1981, período em que a *Rádice* circulou, estava em processo a abertura política do país, com o lento e agonizante fim da Ditadura Militar. Com a redução da repressão política e da censura à imprensa, assuntos antes proibidos, como, por exemplo, a ocorrência de torturas e assassinatos promovidos por órgãos de repressão do governo, puderam ser abordados, embora isso ainda fosse algo que exigisse coragem e disposição para enfrentar futuras retaliações por parte do governo e de grupos de direita. *Rádice* não chegou a sofrer atentados, como outros órgãos da imprensa alternativa, muito embora bancas de jornal que a vendiam ao lado de outros veículos alternativos tenham sido alvo de atentados a bomba e outros tipos de violência. Sua circulação era relativamente pequena diante de outros jornais, e seu direcionamento era mais específico para o campo *psi*, o que não representava uma séria ameaça para o regime. Entretanto, a publicação sofreu outras formas de censura e retaliação, sendo proibida em algumas universidades, fato que foi denunciado em algumas edições.

Além do fato de ser assumidamente de esquerda – embora não se vinculasse oficialmente a qualquer partido ou grupo político –, a *Rádice* assumia frequentemente uma postura iconoclasta e provocadora, indo de encontro a certas instituições e propagando idéias “libertárias” que incomodavam alguns. Essa postura contestadora fazia com que a revista não fosse bem vista em certos meios, daí a sua proibição.

Como expus no primeiro capítulo desta pesquisa, as décadas de 60 e 70 viram emergir e ganhar forma novas formas de se pensar e fazer política. Tanto os movimentos em favor dos direitos das minorias, como o *gay power*, o *women`s lib* e o *black power*, quanto os diversos grupos ligados à contracultura, entre eles, o *flower power* ligado ao movimento hippie, traziam, cada um à sua maneira, novas formas de atuação. Os movimentos minoritários definiram e encamparam uma nova forma de ativismo, desenvolvendo uma série de estratégias de luta, promovendo manifestações, tentando divulgar suas causas na mídia e buscando apoio popular. A luta pela igualdade de direitos e pelo respeito à diversidade gerou grandes conquistas e transformações indiscutíveis no mundo.

Paralelamente ao ativismo, havia o projeto de liberação do indivíduo em relação a qualquer forma de opressão, inspirado, entre outras idéias, na afirmação de uma “grande recusa” à sociedade tecnocrática burguesa²⁶ e aos seus valores fundamentais ancorados na

²⁶ “Trata-se, na verdade, de uma sociedade tecnocrática voltada para a busca ideal de um Máximo de modernização, racionalização e planejamento, com privilegio dos aspectos técnico-rationais sobre os sociais e

ciência e no progresso. Para alguns, surge no período uma forma inovadora e revolucionária de fazer política. Valendo-se das análises de Simmel, Velho (2007:205) enxerga o surgimento de um processo de:

(...)valorização do cotidiano como objeto de reflexão. Porque isso é um outro aspecto da contracultura. As grandes questões históricas são fundamentais, as políticas públicas em nível mais alto, no nível dos Estados Nacionais, são fundamentais, mas o dia-dia, o cotidiano é importante.

Aludindo ao aumento da repressão que tomou o Brasil no início dos anos 70 e relegou a luta contra a ditadura à clandestinidade, Messeder Pereira (1981: 90) comenta como a prática política teria sido forçada a mudar de *locus*:

Neste contexto (o do aumento da repressão) é que ocorre um redimensionamento da experiência do cotidiano, da experiência mais particular, mais privada. Assim, o próprio cotidiano, mesmo para setores significativos da intelectualidade de esquerda mais habituada a grandes questões políticas, assume uma conotação política; assume o papel do *locus* do comportamento, da crítica social. A questão política volta-se, em grande medida, para questões “pequenas” surgidas da experiência cotidiana dos agentes sociais.

4.1.1 Luta contra a repressão política

Temas relacionados à conjuntura política nacional ou internacional aparecem durante quase toda a trajetória da *Rádice*, e só perdem espaço nos últimos exemplares, momento em que temas relacionados à sexualidade e ao comportamento ganham uma ênfase maior, fato sintomático da transformação que tento elucidar nesta pesquisa. É interessante notar que a revista sempre intercalou números com conteúdos muito diferentes.

No que tange à contestação à ditadura militar, verificamos uma atitude de trazer alguns temas polêmicos à tona, denunciando arbitrariedades e violências do regime. Em alguns casos, tenta-se fazer uma conexão destes temas com algum aspecto do campo *psi*, seja este teórico ou concreto. Por exemplo, o assunto *tortura* é abordado na *Rádice* 6 através de denúncias dos fatos inaceitáveis que estavam ocorrendo nas cadeias e delegacias brasileiras e, paralelamente, é publicado um artigo que aprofunda o tema, falando da relação entre certas práticas psiquiátricas e a tortura.

humanos, reforçando uma tendência crescente para a burocratização da vida social. Tudo isto, por sua vez, apoiado e referendado pelo dogma da ciência, ou melhor, pela crença absoluta na objetividade do conhecimento científico e na palavra do especialista, o intérprete autorizado do discurso da tecnologia, da produtividade e do progresso” (MESSEDER PEREIRA, 1986: 25).

O editorial assinado por Ralph expõe as razões de a revista ter se debruçado sobre o assunto:

Uma revista de psicologia tem muito a ver com isso quando se propõe a refletir (nos dois sentidos) as condições de vida – e portanto saúde mental – de uma comunidade e suas implicações tanto a nível individual quanto coletivo. (...) com essa matéria acreditamos estar somando nossos esforços aos de todos aqueles que lutam pela erradicação da prática de tortura. (Carlos Ralph Lemos Viana, Editor Geral da *Rádice*. Em *Rádice*, nº6, p.3)

Como se pode notar, manifesta-se um interesse por debater e, ao mesmo tempo, participar engajadamente em um movimento transformador da realidade política e social brasileira. Os dois significados do verbo “refletir” evocados por Ralph – reflexão teórica e produção de um reflexo fiel à realidade sobre um determinado assunto, tal qual um espelho – demonstram o caráter jornalístico e militante da revista. Naquele momento, 1978, a mobilização contra a tortura e em favor dos direitos humanos ganhava força, na medida em que as atrocidades cometidas contra aqueles que se encontravam detidos nas prisões e delegacias brasileiras tornavam-se um fato público, denunciado pela imprensa e reconhecido amplamente na sociedade. No fim da década de 70, a imprensa podia atuar com uma maior liberdade, pois os grilhões da censura estavam mais frouxos. Acuado pelo esgotamento do “milagre econômico”, que desencadeou uma forte inflação, e pela vitória maciça do MDB nas eleições parlamentares, o general Ernesto Geisel foi obrigado a iniciar um processo de abertura democrática. Neste contexto, a denúncia dos crimes contra os direitos humanos cometidos pela ditadura, feita pela imprensa e por organizações humanitárias, abalou a imagem do regime no Brasil e no exterior:

A imagem do Brasil como um país pacífico, onde reinava a alegria do Carnaval, estava comprometida. Os movimentos internacionais e nacionais de defesa dos direitos humanos passaram a pressionar o regime autoritário e exigiam, além da liberdade dos que estavam presos, esclarecimentos sobre o paradeiro de inúmeros militantes que haviam “desaparecido”. (SANTOS, 2008:39)

Rádice, entretanto, parecia querer levar a reflexão sobre a prática da tortura para além da denúncia da repressão empreendida pelo Estado brasileiro. Como se pode constatar no trecho abaixo, o assunto tortura funcionou também como um mote para se discutir práticas autoritárias que estariam por trás de diversas formas de relações sociais presentes no cotidiano:

A tortura atinge não só os presos políticos, mas tornou-se um comportamento difundido, generalizado, popularizado, dentro de delegacias comuns, nas ruas, nos hospitais e mesmo nas relações familiares, especialmente dos pais com relação aos filhos. A punição como meio de enquadramento em comportamentos impera. (*Rádice*, nº6, p. 12)

A tortura é tida como uma forma de coerção que constrange os indivíduos, obrigando-os a agir de acordo com o modo que lhes é imposto, é um enquadramento através do uso da força. Mais do que um instrumento nas mãos do poder policial do Estado, a tortura é tida como um mecanismo de controle social que vai de encontro à liberdade e à autonomia dos indivíduos. Retomando mais uma vez a proposição de Tânia Salem, podemos inserir este debate em torno da tortura, promovido pela *Rádice*, em uma discussão mais ampla sobre o autoritarismo e as hierarquias presentes nas relações sociais:

A primeira característica crucial do ideário da época é o questionamento radical a todas as formas de poder e a todas as autoridades constituídas, tendo em vista suas inclinações normalizadoras. Com efeito, contesta-se o poder do Estado sobre os cidadãos, o dos homens sobre as mulheres, o dos médicos sobre os pacientes, o dos pais sobre os filhos, o das escolas sobre as crianças etc. (SALEM, 1993:59)

Nesta mesma edição, um artigo assinado por Alex Polari de Alverga alude ao teórico que parece ter sido o maior inspirador desta crítica aos dispositivos de Poder e ao uso que o Estado faria destes, Michel Foucault²⁷. Os mecanismos de controle social e imposição da ordem, e o discurso ideológico que os sustenta, são dissecados, revelando os fins coercitivos e normativos que estariam por trás de uma sólida reputação respaldada por saberes e técnicas:

A legislação penal tomou formas mais sofisticadas, ganhou respeito e uma probidade nova na forma de um saber especializado, construído especialmente para normalizar o poder e a repressão social. Criou suas técnicas, suas instituições, seu discurso ideológico e teórico, angariando sólida reputação científica, travestida, como sempre, do fetiche da universalidade. Todo um sistema de regulamentação social foi inaugurado. O saber psiquiátrico recém-nascido investiu no problema da criminalidade como um campo propício para sua consolidação enquanto ciência. A antiga tarefa de julgar passou do campo das infrações em si para o dos indivíduos que as cometem, seus móveis, determinações, etc., transformando (ainda segundo Foucault) as condições da criminalidade como susceptíveis de um conhecimento científico e da elaboração de um novo e justificável tipo de Poder para puni-la. Ao seguimento estrito da norma, o julgamento da infração, seguiu-se o saber para condicionar e punir o indivíduo. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice*, nº 6, p.32)

²⁷ Polari era um ex-opositor do regime militar, participante da luta armada, que se encontrava preso há muitos anos, tendo escrito o texto de dentro da prisão.

Compõem o dossiê sobre a prática da tortura, ainda, dois depoimentos de mulheres que relatam terem sido torturadas, a primeira dentro de um hospital psiquiátrico e a segunda em um presídio. O paralelo entre os dois casos, o da louca e o da presa política, é gritante: ambos sofreram nas mãos do aparelho repressor do Estado, seja através de um procedimento “lícito” respaldado pela ciência, ou em um ato de brutalidade ilegal, porém fato corriqueiro nos porões dos presídios brasileiros. Sobre o caso da paciente psiquiátrica, o texto introdutório da matéria compara a situação a qual ela foi submetida a um verdadeiro procedimento de tortura:

Ana Moreira procurou Rádice para dar um depoimento sobre sua experiência como interna numa clínica psiquiátrica. Nela fica claro que os métodos empregados no “tratamento” dos internos assumem formas muito semelhantes ao suplicio, com funções punitivas expressas. Não serão os remédios e os choques psiquiátricos uma forma disfarçada de tortura? (*Rádice*, nº 6, p. 16)

Sendo a crítica aos tratamentos oferecidos pelos hospitais psiquiátricos brasileiros, e aos pressupostos da psiquiatria oficial, em geral, dois dos tópicos que mais são discutidos ao longo da história da *Rádice*, não surpreende que o tema seja trazido à tona sempre que haja um vínculo com este. Na linguagem jornalística, essa oportunidade de citar, por associação de idéias, um outro assunto chama-se “gancho”. Desta forma, sempre que há um possível gancho, a revista remete os leitores à discussão sobre a psiquiatria, mesmo que o eixo principal do tema seja outro.

A seguir, temos a carta da presa política para a sua família. Na correspondência, a autora narra o assassinato de um detento comum por parte dos agentes da lei, crime ocorrido no presídio de Água Santa, no Rio de Janeiro, onde ela se encontrava presa. O artigo denuncia a institucionalização da tortura na penitenciária.

Passei um dia e uma noite sendo torturada direto e de repente me vi nua, com dez, quinze caras me dando porrada, eu levando choque e indo pro pau-de-arara.

Ali (em Água Santa) acontece tudo: torturados de todos os tipos, assassinatos. Não existem direitos, só castigos.

Mais um morto (...). Amanhã será outro. E mais outro. Me sinto impotente. Esta é a vida numa prisão brasileira. Morte.
(*Rádice*, nº 6, p.18)

Temas da política internacional, relacionados à esfera macro-política, também foram explorados na *Rádice*. A edição de número 10, do ano de 1979, por exemplo, traz uma longa reportagem escrita pela jornalista e cineasta Lucia Murat e pelo jornalista Paulo Adário sobre

os conflitos que ocorriam na Nicarágua. Os repórteres estiveram no país e retrataram a calamitosa situação de guerra civil que lá encontraram. A capa da revista mostra um soldado atirando, sua face traz uma expressão que fica entre o ímpeto e o pavor. A figura do soldado ocupa quase a página inteira. Abaixo está o título: “Nicarágua – Relatos de Guerra”. O capacete do soldado esconde a palavra “psicologia”, de “revista de psicologia”. De fato, nada na capa, nem mesmo a chamada menor – “Como enlouquecem nosso operários” – levaria um leitor leigo a concluir que se tratava de uma revista de psicologia.

Na reportagem, os autores assumem claramente o lado dos guerrilheiros Sandinistas contra a “loucura de Somoza”.²⁸ Os repórteres estiveram com membros das tropas opositoras, relatando fatos muito chocantes e descrições do conflito. A matéria alude ainda à participação de psiquiatras do exército nas torturas, descritas em detalhe por um guerrilheiro que fora preso. Os psiquiatras, segundo os repórteres, participavam dos interrogatórios “com o duplo poder de militares e cientistas”. A participação dos psiquiatras e médicos nos mecanismos da repressão não poderia passar em branco; afinal, como apontou Castel, a psiquiatria irá encarnar, durante os anos 60 e 70, o grande representante do autoritarismo e da repressão no campo *psi*.

Nota-se no tom da reportagem e em sua afinidade com os Sandinistas e sua luta contra Somoza uma forte identificação com a insurreição popular da Nicarágua. Apesar do fim da fase mais dura da ditadura militar brasileira, e da situação pela qual a Nicarágua passou ter sido infinitamente mais violenta que a do Brasil, há um elogio da luta armada, da guerrilha socialista promovida pela Frente Sandinista. Nota-se, sobretudo, uma identificação com aqueles que lutavam contra um regime autoritário. É bom lembrar que os próprios Ralph e Lucia Murat haviam militado em grupos revolucionários. Embora, naquele momento, a politização do cotidiano trouxesse em seu bojo uma série de novas questões para a esfera política, a militância da esquerda contra as ditaduras de direita na América Latina não havia se tornado um assunto de menor importância nas páginas da *Rádice*, vide o grande espaço dado à matéria. Mesmo com o surgimento de novas bandeiras e novas práticas políticas, a Grande Política e os temas da conjuntura nacional e internacional não são deixados de lado.

²⁸ Anastasio (Tachito) Somoza Debayle governou o país entre 1967-1972 e 1974-1979, sendo o último membro da família que esteve à frente da Nicarágua durante mais de 40 anos. A Frente Sandinista de Libertação Nacional foi criada em 1962 por Carlos Fonseca Amador. O nome é uma homenagem à Augusto Sandino, guerrilheiro executado em 1934. Em janeiro de 1978, o líder opositor Pedro Joaquín Chamorro, diretor do mais importante jornal do país, *La Prensa*, foi assassinado. O presidente foi acusado de cumplicidade e o conflito tomou proporções de guerra civil.

Encontramos na *Rádice* algumas colunas que traziam relatos em primeira pessoa nos quais os autores descreviam suas trajetórias na política, enfatizando mudanças de perspectiva ideológica ao longo de suas vidas. Creio que este é um material muito rico para investigar a maneira como uma parte da esquerda brasileira se modifica durante os anos 70. Assim sendo, me dedicarei a analisar alguns destes relatos. É sobre este assunto que trata boa parte das crônicas de Alex Polari de Alverga. Seu artigo na edição de número 13, do ano de 1979, por exemplo, intitulado “A Ilha da Esperança”, faz uma reflexão sobre o que havia significado a Revolução Cubana para os jovens militantes de esquerda de sua geração (“adolescentes empenhados atabalhoadamente no mito do internacionalismo proletário”) e as mudanças de perspectiva do autor sobre o governo de Fidel Castro. Chama atenção um trecho em que o autor recorda estar escutando junto com os amigos, num velho rádio de ondas curtas, a Rádio de Havana:

Nossos ouvidos estavam sintonizados naquilo que julgávamos ser o exemplo da única verdade revolucionária possível, a verdade da luta armada. Nós, que nunca tínhamos tido a oportunidade de participar de um processo político legal, de votar em alguém, éramos livres na impunidade das ondas hertzianas que nos chegavam do Caribe, entre sanções e palavras de ordem. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice*, nº 13, p. 19).

As palavras de ordem marxistas captadas pelo velho rádio significavam uma promessa de liberdade para aqueles jovens cujo caminho era a revolução armada. Naquele momento, recorda Polari, a intensificação das guerrilhas na América Latina o havia levado a crer, assim como a muitos outros jovens, fazer parte de uma “gigantesca insurreição continental”. Após um longo período de deslumbramento, aqueles jovens teriam começado a desconfiar do governo de Fidel Castro, regime que antes fora uma prova irrefutável da superioridade do socialismo. O crescente atrelamento e dependência de Cuba em relação a Moscou e a abstenção crítica de Fidel em relação ao massacre promovido pelos soviéticos na Tchecoslováquia, em 1967, causaram grande decepção.

Estava dado o tiro de misericórdia na nossa visão de socialismo libertário e independente: Cuba se calara e até então ela era que representava tudo isso pra nós. (...) Permaneceu apenas um envolvimento emocional de namorados rompidos ou prestes ao rompimento. E o respeito às conquistas dessa revolução que, no entanto, prometeu muito mais. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice*, nº 13, p. 19)

A desilusão com Cuba e com os outros regimes socialistas ao redor do mundo, denunciados como governos opressivos, intolerantes e violentos, retrata o impasse que se dá entre o movimento antiautoritário de esquerda dos anos 60 e 70 e os regimes comunistas

(GOFFMAN & JOY, 2004). Esta incompatibilidade teria sua origem principal nas revelações feitas por Krushev, em 1956, a respeito das atrocidades cometidas por Stalin, e ganhou muita força após o massacre da Primavera de Praga. Continuar apoiando governos que haviam se mostrado tão ou mais repressores em relação à autonomia e à liberdade individual do que os Estados capitalistas acabou por tornar-se algo contraditório demais para aqueles que sustentavam valores libertários. Estabelece-se, desta forma, uma ruptura, na qual, se o socialismo não chega a ser descartado, ele sofre a exigência de uma reformulação que pense questões que estavam sendo colocadas naquele momento, como assinala Polari:

O socialismo não pode ser apenas um fator de melhoria nas condições de existência dos cidadãos, por mais que isso possa ser inclusive o prioritário num primeiro momento. Não adianta nada disso, se os indivíduos continuam a salivar pavlovianamente ante as determinações de um Estado que insiste em se perpetuar Estado, ou seja, enquanto fetiche de um Poder. Da mesma forma que um “doente” não pode ser tratado como um feixe de relações e reações fisiológicas, um Estado não poderá jamais se “humanizar”, permanecendo enquanto Estado. O socialismo terá que superar esse impasse ou deixará de ser libertário” (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice*, nº 13, p. 19)

Neste ponto é importante retornar por um instante às idéias de Heloisa Buarque de Hollanda sobre o processo de desgaste do projeto de revolução marxista no Brasil e do progressivo desenvolvimento de outras perspectivas e formas de se enxergar o caminho para modificar os indivíduos e a sociedade.

Uma certa desconfiança se instala de maneira definitiva e progressiva em relação aos discursos fechados e simbólicos das Certezas, Verdades e Palavras de Ordem. (BUARQUE de HOLLANDA, 2004 : 49)

De acordo com Heloisa, o projeto de revolução socialista, a exemplo do que já havia ocorrido em outros países, vai perdendo espaço no Brasil. Em seu lugar aparece um novo ideal vislumbrado pelos jovens: a “mudança”. Creio que a desilusão narrada por Polari é um dos momentos fundamentais neste processo. Como já vimos, a liberação torna-se uma bandeira para a juventude, um objetivo existencial. Paralelamente, tudo o que passa a ser considerado uma expressão do autoritarismo e da repressão às liberdades individuais é combatido.

Relatando, de forma parecida com Polari, acontecimentos marcantes de sua vida, Carlos Ralph, em uma crônica escrita para o exemplar de número 14, de 1980, faz um balanço do percurso ideológico realizado por ele entre a metade da década de 60 e a metade da década de 70. Intitulado “10 anos depois – combater o bom combate”, o texto

descreve a trajetória de Ralph, desde a sua chegada ao Rio de Janeiro para estudar psicologia até a volta ao Brasil, depois de exilar-se em Buenos Aires.

Há dez anos atrás eu estava nesta foto, na Argentina, pagando parte da minha pena, imposta por ter ousado – como muitos – lutar diretamente contra os senhores da injustiça social. Sempre nova, me vêm à lembrança as contínuas batalhas e esperanças deste período – 65 a 75 –em que ocorreram, em formas mais drásticas, minhas transformações pessoais.” (Carlos Ralph. Em *Rádice* nº 14, p. 2)

Nascido em Nova Iguaçu, então uma pacata cidade na periferia do Rio de Janeiro, Ralph descreve como a ida para a capital do Estado no intuito de cursar a faculdade de Psicologia foi a primeira das transformações pelas quais passou. Na universidade, dedicou-se ao movimento estudantil e à militância contra a ditadura. Paralelamente ao ativismo político, em sua vivência universitária, desfrutara de um grande interesse na descoberta de uma outra relação possível com a sexualidade e com o desejo.

Descobri, com muita satisfação, um arremedo de liberdade sexual, que conquistamos em grupo, e dele não me fartei. A desconfiança e o constante pavor causados pela repressão sempre em nossas pegadas mal apagadas da militância estudantil, não eram capazes de nos privar do prazer que conseguíamos em nosso gueto de liberdade e respiração. (Carlos Ralph. Em *Rádice* nº 14, p. 2)

A seguir, Ralph narra a experiência de exílio em Buenos Aires e as incompatibilidades que surgiram entre sua perspectiva mais liberal a respeito da sexualidade e dos relacionamentos e o suposto conservadorismo dos companheiros portenhos.

Alguns amigos militantes das organizações de esquerda viviam com suas “chicas” de maneira tão conservadora que passei a ser encarado como um hippie anarquista em certas coisas. (Carlos Ralph. Em *Rádice* nº 14, p. 2)

As diferenças de ponto de vista entre uma esquerda mais interessada pela “liberação” e pela descoberta do corpo, na qual Ralph relata ter sido formado, e a esquerda mais tradicional, por ele acusada de moralista, parecem se tornar cada vez mais acirradas. Paulatinamente, o namoro com as idéias libertárias irá distanciar Ralph dos militantes de correntes revolucionárias que não estavam considerando, pensando e pondo em prática estas novas idéias. Ao mesmo tempo, ele torna-se também cada vez menos aceito nestes grupos, sendo visto como hippie ou anarquista, como se as duas perspectivas fossem inconciliáveis. Analisando o grupo de jovens de classe média alta integrantes do círculo da “roda intelectual-artística-boêmia do Rio de Janeiro”, pesquisados no início dos anos 70, Velho demonstra como as diferenças de valores colocariam em pólos muitos

distantes, senão opostos, indivíduos que aderiam aos valores libertários e marxistas mais ortodoxos:

O ‘moralismo esquerdista’ aparecia como intolerância e carece. Na medida em que se firmavam como fundamentais na escala de valores desse grupo a desrepressão, a procura de autenticidade, ‘aprender a ser livre’, etc., a subordinação a orientações ou pontos de vista de natureza mais autoritária ou dogmática era rejeitada enfaticamente. É nessa linha que aparece uma noção fundamental – *não existe a possibilidade de uma revolução ou transformação social sem que haja uma revolução ou transformação individuais*. (VELHO, 1998: 105).

Retornando para a faculdade, Ralph não se alinha com o grupo ao qual se refere como “esquerdalha” do movimento estudantil, atitude pela qual teria sido perseguido. Sua postura, como afirma, passaria a ser a de “absoluta independência em relação a qualquer proposta”. A autonomia intelectual e a liberdade e autenticidade de pontos de vista parecem ser valores que Ralph se orgulha de ter conquistado em seu percurso de transformação. Neste momento, ele decide mergulhar de cabeça no projeto da “liberação”, desligando-se de suas relações com os movimentos nos quais militava e descobrindo na imprensa alternativa um canal para expressar suas idéias de forma mais autônoma e livre:

Busquei alimento nas fontes disponíveis, também em amores recheados de sonhos libertários, mesclados com o resto do sonho dos anos 60. Viver comunidades, armar sons, queimar unzinho, e manter sempre em dia a leitura de Opinião, Bondinho, etc., indignar-se continuamente. (Carlos Ralph. Em *Rádice* nº 14, p. 2)

A afirmação da indignação contínua serve para ressaltar que o estilo de vida libertário assumido não encamparia uma postura de alienação, mas, pelo contrário, de contestação a uma série de aspectos cotidianos e do campo do comportamento, que não costumavam ser problematizados anteriormente.²⁹ É interessante notar, tanto através do texto de Ralph, quanto do relato de Polari, a importância que é dada às biografias individuais. Como apontou Velho (1998), a trajetória existencial e as transformações pelas quais os indivíduos passam, na medida em que reformulam a fundo seus valores e concepções diante da vida, serão intensamente valorizados neste período. Uma parte do projeto de liberação será pautada exatamente em cima de um processo de mudança no qual o indivíduo irá reelaborar antigas

²⁹ Martins (1979: 77) define da seguinte maneira o conceito de alienação segundo Marx, aquele que embasava as críticas da esquerda ortodoxa à esquerda libertária: “O termo ‘alienação’, fenômeno inicialmente localizado por Marx, refere-se objetivamente aos diferentes tipos de separação, quebra ou ruptura entre os seres humanos e seus objetos, sejam estes seus próprios atributos, o mundo natural, outras pessoas ou as criações do indivíduo em sociedade; e refere-se, subjetivamente, aos estados correspondentes de estranhamento social, de impotência existencial e da desorganização de comportamentos pela submissão e dependência do sujeito a algo percebido como superior ao seu controle e a sua volição.”

convicções, para enfim tomar uma posição de afirmação no próprio cotidiano dos novos valores assumidos. Assim, ir de encontro a antigas idéias que representam uma visão superada, o passado, passa a ser quase inevitável.

Citando os movimentos de liberação dos anos 60 e 70, Messeder Pereira (1981:91) demonstra como é deslocado, ou ampliado, para o cotidiano o espaço de arena de luta política:

Os movimentos de rebelião da juventude questionavam vigorosamente não só apenas as formas mais institucionalizadas de luta política, bem como as questões levantadas por essas formas. (...) a crítica social destes movimentos dirigia-se também no sentido do particular, do cotidiano. Daí a forte ênfase nas questões relativas ao comportamento, etc. Buscava-se criticar o exercício do poder nos seus aspectos aparentemente mais insignificantes.

Como demonstrei no capítulo 1 - citando os argumentos de Luciano Martins, um crítico marxista do ideário da liberação - , muitos acusaram a juventude libertária de manifestar em seus propósitos e em sua prática cotidiana um hedonismo descompromissado, inconsequente e pueril³⁰. Messeder Pereira (1981:38) explicita como à tradicional noção marxista de revolução vão se somando outras idéias que passam a pensar a sexualidade e a subjetividade, pretendendo-se ainda mais revolucionárias³¹:

Se de um lado nem a psique nem a classe social podiam ser dispensadas, de outro, os projetos de transformação social revolucionária explicitavam, cada vez mais claramente, a ênfase na busca não apenas da liberdade mas, fundamentalmente, do prazer.

O depoimento de Ralph cita aspectos do ideário da contracultura e da liberação, como as drogas e a vivência em comunidades, e os associa à atuação política da imprensa alternativa e a uma postura indignada diante das injustiças sociais. Quer dizer, a entrega ao ideário da liberação e a afirmação de um ativismo atuante compõem a perspectiva política sustentada por Ralph e apresentada como se fosse o resultado de um processo de amadurecimento de idéias e práticas que teria se dado ao longo do aprendizado acumulado em sua trajetória.

Tudo indica que o termo “bom combate”, ao qual o editor se refere logo no subtítulo do texto, se refere à luta pela liberação sexual, visto que o exemplar de número 14, no qual a

³⁰ “A impotência crítica conjugada à falta de prática política se transforma em um impulso primário de contestação, que não logra efetuar a passagem do estágio de reação instintiva ao de movimento social, é alienado de seu conteúdo político.” (MARTINS, 1979:73)

³¹ O próprio Marcuse criticou depois uma postura que enxergava em parte da contracultura: “Existe todo um amplo setor da chamada contracultura que não tem nada de positivo, que simplesmente constitui uma evasão da política, que busca uma libertação privada. Esta libertação privada é egoísta, similantemente egoísta ao direito de propriedade.” (Entrevista para a Biblioteca Salvat)

coluna foi publicada, tratava quase que exclusivamente deste tema. O artigo deixa isto claro quando comenta, em um trecho com tintas reichianas:

A importância da batalha sexual no pequeno segmento social que vivi, a chamada geração 68, continua a ser difícil de definir. Sei que conseguimos viver um pouco do que idealizamos e, para muitos, esta vivência, esta luta incessante travada com corpos amigos e desejos cercados, ardentes, foi e continua a ser um bom combate, uma constante que abre nossas cabeças e fortalece o corpo para os demais embates necessários para uma existência digna. (Carlos Ralph. Em *Rádice* nº 14, p. 2)

A libertação do corpo e a erotização das relações são apresentadas como conquistas fundamentais para a construção de um indivíduo mais livre e saudável, apto a travar os combates necessários. É nesse sentido que Salem (1991:67) afirma que o individualismo libertário elege a sexualidade como sua “pedra de toque”, o terreno de batalha mais importante, onde agiriam poderosos mecanismos de repressão que limitariam o indivíduo.

4.1.2 Corpo e comportamento

A primeira edição especial sobre o tema *Sexo* foi a de número 8, do ano de 1978. A capa da revista mostrava uma fotografia estilizada em azul e branco de um casal fazendo sexo, com o título principal “Sexo”, em grandes letras amarelas, destacando-se e chamando muita atenção. As duas outras chamadas de capa apareciam em letras azuis muito menores. No texto de apresentação do dossiê sobre sexualidade, Carlos Ralph anuncia: “O assunto sexo, antes de se esgotar, começa apenas a se esboçar na *Rádice*.” Isto se comprovaria nos exemplares seguintes.

A revista trazia uma série de entrevistas com personagens que possuíam diferentes visões e vivências de suas sexualidades. Eram pessoas que pertenciam também a diferentes classes sociais, cujas vidas sexuais podiam ser consideradas dentro dos padrões sociais hegemônicos ou divergentes. Nota-se, mais uma vez, um forte interesse pelas biografias pessoais e trajetórias dos personagens, que retratam diversas maneiras de lidar com a sexualidade. Os textos relatavam, por exemplo, uma entrevista com uma doméstica muito pobre, mãe de seis filhos, que afirmava: “Nunca soube o que era carinho de um homem”, “não nego quando ele quer, eu faço o gosto, vou lá, dois minutos e pronto”, “ele diz que se gozar

fora, o homem fica fraco”. Seus casamentos, o primeiro com um homem doente e o segundo com um idoso, não tiveram qualquer relação com amor ou paixão. Da primeira vez, “casou porque tinha que casar” e da segunda, por razões financeiras. A matéria pretendia fazer um retrato dos problemas típicos que se abateriam sobre a sexualidade das pessoas que viviam abaixo da linha da pobreza, revelando como seria difícil buscar o prazer em uma realidade tão opressiva e precária. Na vida doméstica, opressão social e uma quase anulação da sexualidade co-existiam.

Há ainda uma interessante entrevista com Jorge, o “macho moderno”, um homem que se dizia “bom de cama e sem preconceitos”, mas seria, segundo o texto de apresentação, apenas “um verniz novo para um modelo antigo”. Uma observação neste texto introdutório faz uma importante ressalva: no meio tempo entre a entrevista e sua publicação, a esposa de Jorge, a quem este dizia satisfazer plenamente e com que dizia ter um relacionamento “perfeito”, separou-se dele.

Jorge apresenta-se como alguém totalmente conformado a um padrão social “normal” (“a maioria dos meus amigos tem mais ou menos a mesma vida sexual que eu”), afirmando ser “sexualmente feliz”. O adultério faz parte de sua rotina, pois a relação proibida o deixa excitado. Perguntado o que sentiria se fosse traído, Jorge assume: “Nesse ponto eu sou machista: ia ficar muito puto”. A causa de seu machismo, diz, são “os padrões de comportamento da sociedade que já vêm com suposição feminina mais passiva”. Ele afirma ainda ser um bom amante, diz não ter preconceitos e conhecer o Kama Sutra, e não ter problemas de impotência.

A forma como é conduzida a entrevista revela um questionamento dos valores de Jorge, identificado como um “machão” que, defensivamente, alude à suposta normalidade de sua vida sexual para definir-se “saudável” e sustentar sua visão. O título, o texto introdutório e as perguntas feitas permitem entrever a definição de uma posição da revista em relação ao discurso do entrevistado. As respostas, com uma base argumentativa visivelmente fraca, e as réplicas incisivas do entrevistador revelam que aquilo que Jorge diz simbolizaria para *Rádice* uma identidade sexual informada por valores e normas aos quais a revista se contrapõe. Fica clara aqui a inspiração no ideário antinormativo e um questionamento aos papéis sociais estipulados para homens e mulheres. Estes prezariam a heterossexualidade, a monogamia (especialmente para a mulher), a adoção de uma série de comportamentos tidos como

desejáveis e aceitáveis e, em contrapartida, a condenação de hábitos que iriam de encontro a tudo isso.³²

A mesma edição publica ainda uma entrevista com Iracema, 34 anos, mãe de 4 filhos, que havia trocado o marido por uma parceira, deixando sua pequena cidade mineira tradicional de “cabelos em pé”. A matéria debate a importância da liberdade de escolha de orientação sexual. Iracema é retratada como uma pessoa corajosa que afirmou sua opção sexual, indo de encontro a uma comunidade tradicional do interior.³³ O ato de abandonar a pequena cidade e dar as costas para o julgamento negativo que se fazia a respeito de sua decisão é exaltado na matéria. Nota-se a semelhança da biografia de Iracema e de Carlos Ralph, ambos orgulham-se de ter buscado a liberdade em uma cidade grande, distante dos “preconceitos da moral interiorana”. O que chamaria atenção na trajetória desta personagem seria justamente a grande mudança que promove em sua vida, ao fazer valer sua singularidade e seu desejo frente a um meio social altamente moralista. Esta seria a lição tirada da biografia de Iracema.

A seguir, há ainda uma entrevista com o terapeuta reichiano Romel Alves Costa, o relato de uma mulher que fez terapia reichiana e um texto intitulado “Reich na luta”, que traz uma pequena biografia do pensador alemão. O texto ressalta como as “terapias do caráter e do orgasmo romperam os limites da ortodoxia freudiana” e dá grande destaque gráfico à frase “Freud acusa: Reich é comunista”, destacada do relato do episódio em que Freud teria pedido para o editor de uma revista, na qual o ex-discípulo escrevera um artigo sobre masoquismo, para informar aos leitores que o autor era um comunista. Ou seja, Reich é apresentado como rebelde, iconoclasta, perseguido, e Freud, como um delator. Através das diversas rupturas e mudanças de orientação narradas na biografia, a trajetória de Reich ganha tons heróicos, demonstrando a identificação da *Rádice* com este pensador.

A última matéria do dossiê apresenta o relato de Tereza, 36 anos, casada, mãe de um filho de 10 meses, que viveu a “a rabeira de toda a liberação do movimento *hippie*”. Tereza

³² Decerto, ao encampar o pensamento reichiano, *Rádice* correu o risco de se opor a certas normas para endossar outras que versavam sobre o que é possuir uma “sexualidade saudável”. A discussão teórica das concepções reichianas é de grande importância, mas optei por não me aprofundar neste tema aqui. Para saber mais a respeito da normatividade em Reich, ver Russo, Jane. *O corpo contra a palavra*.

³³ É interessante citar, novamente, Salem (1991:69): “A valorização da ‘espontaneidade’, do ‘natural’, dos ‘instintos vitais’, da ‘antinormatividade’ de da ‘desrepressão’ sugere a representação de um plano de vida social imune a normas e constrangimentos, no qual só imperam o sujeito e seus ‘desejos’. No lugar da premissa usualmente reconhecida de que toda a sociedade implica, por definição, restrições e limitações, o ideário da época insiste em que não existem normas que possam legitimamente se impor ao jogo do desejo. A afirmação radical da individualidade contra a aspiração das normas à universalidade desemboca, assim, numa ética que exacerba valorativamente as diferenças individuais. Notícia-se, em outras palavras, a prevalência assumida pelo indivíduo, pelo ‘pessoal’, pela ‘subjetividade’, pelos cultos das ‘satisfações privadas’ e pela exploração de um ‘eu’ recôndito nesse contexto ideológico”.

pertencia a uma geração pré-liberação sexual, mas foi fortemente influenciada pelas novas idéias que surgiram:

A dificuldade sexual sempre existiu, sexo sempre foi tabu, e quando pintou um movimento ruidoso, colorido, afirmando que sexo era uma coisa boa e tal, as coisas que estavam organizadas dentro de você foram todas bagunçadas. (*Rádice* nº 8, p.30)

Para vencer tabus e se liberar dos constrangimentos que tolhiam o desabrochar de sua sexualidade, ela decidira se submeter a uma terapia reichiana. Tereza dizia ter marcas profundas de repressão sofrida ao longo da vida e que nem o tratamento teria sido capaz de fazê-la ficar “zero outra vez”. Descrente da “cura” para o seu caso, Tereza afirmou que a terapia poderia ao menos orientá-la a educar o seu filho de forma mais saudável e que o reprimisse menos sexualmente. O título do relato é “O Sonho Acabou – Na rabeira do cometa hippie veio a liberação sexual. Mas é muito difícil colocar tudo em terra arrasada novamente”. Ao contrário de Iracema, que assumiu seu homossexualismo, sua autenticidade, dando as costas para uma norma social apontada como repressora, Tereza parece descrente em relação à capacidade de realizar uma transformação libertária plena. As barreiras enfrentadas seriam muito intensas, assim, ela opta por educar o filho de forma “não repressora”, para que este tivesse uma relação com a sexualidade mais “saudável”.

Neste primeiro dossiê sobre sexo, Reich desponta como um teórico de grande influência na *Rádice*. Nas edições posteriores, sempre que se falava em sexo, suas idéias voltariam a aparecer³⁴. O interesse pelo tema da liberação sexual atinge o ápice no número 14, cujo título era “O combate sexual da juventude”. A capa da revista trazia um desenho de um casal se beijando, deitado em cima de nuvens, em uma pose bastante sensual, e, abaixo, a foto de uma manifestação (provavelmente, tratava-se de algum ato contra ditadura). Entre a multidão de jovens manifestantes destacava-se um grande cartaz com a palavra “liberdade”. O contraste entre as duas partes da capa chama a atenção do observador: uma cena tórrida de amor acima e um retrato da militância política abaixo. O sexo paira acima da multidão, que clama por liberdade. A meu ver, a análise da capa deixa claro que a concepção que orienta a revista considera sexo e política como dois elementos indissociáveis e enxerga a liberação sexual como um combate pela liberdade empreendido pela juventude. Com isso em mente,

³⁴ Em depoimento a Alessandra SANTOS (2008: 82), Carlos Ralph, revelou que foi apresentado às idéias de Reich durante os anos 1960, no “caldeirão das transformações pós-68”: “Psicólogo, comunista e que pregava a revolução sexual era tudo que um jovem revolucionário estudante de Psicologia precisava para incendiar o mundo e acessar as moças...”

podemos entender porque *Luta & Prazer* será o nome escolhido para o jornal considerado o “herdeiro” direto da *Rádice*. Em um texto de apresentação, Ralph justifica a razão do retorno ao tema sexo, assumindo a postura de engajamento:

O que a *Rádice* tem com isso? Temos tudo. Fazemos jornalismo e psicologia, entrelaçadamente, e não abdicamos de nossas parcialidades. Sacamos um dado da realidade – está havendo uma mudança na forma com que as pessoas estão transando a sexualidade, principalmente a juventude. (*Rádice* nº 14, p.14)

Creio que a maneira e o lugar do qual a revista elaborava o seu discurso a respeito da sexualidade sofrem uma mudança nesta edição. O discurso torna-se mais militante, afirmando o hedonismo e a luta contra a repressão sexual como uma forma de libertação do indivíduo. Mais uma vez, as matérias traziam personagens que falavam sobre suas vidas sexuais, algumas delas narrando novamente transformações ocorridas em suas biografias e relatando este processo de mudança. A primeira entrevistada, porém, a jovem Elisa, de 19 anos, estudante de Psicologia, não fala de seu passado. A ênfase do discurso se dá toda no presente:

Meu sexo é meu corpo todo, do meu pé à cabeça, e não tenho hora nem lugar para sentir desejo. (...) A batalha para ficar livre é o tempo todo e em todos os lugares, na passeata ou na cama, no colégio e no relacionamento com as pessoas. (*Rádice* nº 14, p.12)

Sem dúvida, este é um depoimento-chave para a compreensão do vínculo indissociável entre a sexualidade e a politização do cotidiano no ideário do período. A postura de Elisa diante do mundo, sua pretensa implicação com a liberdade em todos os momentos, parece ser considerada, de acordo com a concepção da revista, o próprio “combate sexual da juventude”. É interessante notar que a biografia de Elisa não é explorada e, sim, a sua origem: filha de um casal liberal de classe média. Filha da geração 68, Elisa, criada por um casal liberal, “cabeça aberta”, é apresentada, a meu ver, como o símbolo de uma juventude que seria dotada de uma nova relação com a sexualidade e o corpo. Seria, ainda na mesma perspectiva, uma mulher consciente de seu desejo e disposta a lutar por ele e entregar-se a ele. Ao contrário da personagem Tereza, da edição de número 8, que fazia terapia reichiana, mas não acreditava que os traumas por ela atribuídos à repressão sexual que sofrera pudessem ser superados. Elisa, ao contrário, parece extravasar liberdade e gosto pela vida. Seu discurso é todo voltado para a exterioridade, para a sua relação com o mundo e com o próprio corpo. Em contraste com a interioridade de Teresa, que lamentava não conseguir entregar-se ao desejo da forma “livre” que idealizava, a personagem Elisa afirmaria-se através de seus gestos e ações. Teresa

teria um impasse no interior de sua subjetividade, carregaria um passado que a impediria de possuir uma sexualidade “saudável”. Não é coincidência, ainda, o fato de Elisa parecer encarnar o estado de espírito que Reich chamaria de *felicidade*. Isto é, “a capacidade de viver plenamente a sexualidade natural”. (MATOS. In MANTEGA (org) 1979:60). Felicidade esta a qual Teresa julgava não poder ter acesso. Descrita como um corpo voluptuoso e sempre desejante, Elisa estaria voltada para fora, sua subjetividade supostamente livre de repressões – havia sido criada por pais liberais. Por isso, na descrição que dela é feita, o passado biográfico é substituído pela ação no presente contínuo:

Elisa mantém sua luta no cotidiano, procurando a felicidade agora, correndo os riscos necessários, abrindo seu corpo, driblando os medos, enfrentando as barras, forjando uma nova moral em cada beijo público, em sua auto-permissão ao prazer. (*Rádice* nº 14, p.12)

A grande frequência do uso do gerúndio (procurando, correndo, abrindo, driblando, enfrentando, forjando), ligada a meu ver, à afirmação de um moto perpétuo, uma ação contínua, pulsação de vida e desejo que estão sempre em atividade. O combate estaria se desenrolando em “cada beijo público”, em cada suposta afronta à velha moral. O tempo da luta seria o “aqui e agora” e os espaços onde esta se daria seriam o “corpo” e as “relações sociais”. Unindo estes planos, poderíamos falar até em um espaço-tempo “cotidiano”:

O sinal é dos tempos: “um, dois, dez Vietnans...” pode significar também a extensão da luta de libertação a todos os terrenos, inclusive recantos de nossos corpos. (*Rádice* nº 14, p.12)

Recorrendo mais uma vez às reflexões de Octavio Paz, poderemos nos aprofundar no significado desta entrega ao “aqui e agora”.

O tempo do corpo não é nem o futuro nem o passado. O tempo do corpo, o tempo do amor, é o tempo do presente, do agora. Portanto, a revolução, ou melhor, a rebelião da juventude é de natureza corporal e erótica exatamente porque exalta o presente, o aqui e agora. (PAZ apud MESSEDER PEREIRA,1981:112)

Creio que Elisa representa para *Rádice* o modelo de uma nova geração que teria crescido alimentando-se das conquistas alcançadas pela chamada geração 68, da qual faziam parte muitos dos membros e colaboradores da revista. Quer dizer, esta jovem encarnaria - com toda a sedução e a volúpia da imagem que encontramos em sua descrição -, a concretização de

uma individualidade pela qual se havia militado desde os anos 60. A personagem Elisa não teria um passado, pois o seu passado estaria na luta da geração de seus pais, ela seria um produto desta. Deste modo, de acordo com *Rádice*, Elisa fazia parte de uma

Grande parcela de uma nova juventude, que encara a sexualidade com a importância dos grandes temas políticos e existências; que estende ao próprio corpo a busca por liberdade e justiça. (*Rádice* nº 14, p.13)

Uma outra reportagem muito representativa noticia a vitória de uma chapa composta por alunos admiradores de Reich nas eleições do diretório acadêmico do curso de Psicologia da PUC – Rio. O texto comemora a vitória da chapa Libido, destacando o fato de a “energia sexual estar na direção”. Em seguida, afirma que a Libido “transformou o diretório em um local freqüentável e charmoso, vai às salas com um discurso inusitado, mas radical, e promove festas alegres e comentadas” e acrescentou “novas frases às antigas palavras de ordem do movimento estudantil”.

Recuperando a crítica que Carlos Ralph fazia em sua coluna ao suposto sectarismo do movimento estudantil de sua época, podemos perceber que a vitória de uma “chapa reichiana” simbolizaria aqui uma renovação política e a inserção de uma nova perspectiva no circuito político mais institucional. O conflito no interior do movimento, que é parecido com aquele que Ralph vivenciou em sua trajetória de militante, fica claro nos depoimento dos membros da Libido:

Por causa dessas discussões sobre família fomos muito criticados por um pessoal que acha que fazer política é gritar o tempo todo “abaixo a ditadura”. Também sofremos críticas ferrenhas por causa de nosso nome, diziam que não éramos pessoas sérias. (...) é interessante notar que muita gente acha que nossa plataforma é vazia politicamente somente porque partimos do indivíduo, das barreiras pessoais de cada um. (*Rádice* nº 14, p.15)

Já vimos que um dos discursos mais populares nos anos 60 e 70 versava sobre o engajamento no enfrentamento e desmantelamento das instituições sociais, consideradas responsáveis pelo constrangimento às liberdades individuais. É importante percebermos que a *Rádice* não parece enxergar o combate libertário como estando necessariamente em oposição à participação política no interior das esferas institucionais. Creio que a implicação de uma chapa que se dizia libertária na administração de um grêmio estudantil não significava, no juízo da *Rádice*, uma indesejada institucionalização do combate, mas, sim, um passo na direção da tão falada “erotização do poder”.

Um outro material de análise interessante publicado na mesma edição é uma outra crônica de Alex Polari, na qual o autor aborda, mais uma vez com base em sua trajetória existencial e política, o percurso que teria levado a sexualidade a torna-se um assunto da “ordem da política”. Lançando mão de uma análise histórica do século XX, Polari comenta fenômenos que considerava serem avanços ou retrocessos na direção da liberação dos costumes. Aponta, por exemplo, a determinação da esquerda de ignorar, a partir do período pós-guerra, qualquer avanço que não correspondesse à mudança da realidade social, fator ao qual atribui um retardamento de anos no reconhecimento da questão sexual como indispensável para a revolução. Valendo-se de memórias da década de 50, quando era criança, e de suas experiências na década de 60, Polari compara as duas gerações. Primeiramente, fala dos jovens da década de 50:

Quanto à sexualidade, o pessoal dos 50, apesar do estardalhaço, não inovou grandes coisas: iniciação sexual com as empregadas, aventuras com putas para depois namorarem as virgens. As meninas do grupo que ‘davam’ continuavam no fundo a serem consideradas ‘galinhas’. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice* nº 14, p.21)

A seguir, escreve sobre sua geração:

O percurso de descoberta do corpo e do prazer se deu num momento em que havia a possibilidade de também se descobrir o mundo, a prática política, etc. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice* nº 14, p.21)

A descoberta do mundo, de novas idéias e da prática política estariam ligadas à descoberta do corpo. A militância política e a descoberta do desejo ocorrem simultaneamente. Como já foi demonstrado aqui, para a nova esquerda que desabrochava no Brasil na década de 70, a revolução almejada deixa de ser apenas social para tornar-se pessoal, atingindo o corpo e a subjetividade do indivíduo. A seguir, Polari resume o processo de incorporação dos questionamentos a respeito da sexualidade no programa da esquerda, ressaltando que alguns setores discordavam desta mudança de perspectiva:

Se anteriormente o combate pela sexualidade ainda era uma postura tipicamente marginal, onde para afirmar o novo discurso tinha-se quase que adotar práticas sociais e comportamentos fronteiros à criminalidade, para que esse novo discurso pudesse ser ouvido; o movimento político dos anos 60 (saindo da perplexidade sartreana dos anos 50) globalizou as lutas que vinham sendo travadas, conferiu uma certa respeitabilidade genérica ao corpo, ao prazer, ao desejo, pois esses passaram, a partir daí, a fazerem parte da venerável “Ordem da Política”, no que pese ainda a cegueira dos que tentam negar esse acesso conquistado no próprio corpo e nas ruas. (Alex Polari de Alverga. Em *Rádice* nº 14, p.21)

A edição traz ainda uma compilação de trechos retirados do livro “O Combate Sexual da Juventude” (mesmo título do dossiê), de Wilhelm Reich. Publicado em 1932, o livro trazia esclarecimentos para os jovens a respeito de questões que iam de métodos anticoncepcionais, “tensão sexual e satisfação”, maturidade sexual, onanismo e o ato sexual em si. Reich afirmava, em seu texto, que a vida sexual da maior parte da juventude era “miserável” e que a sexologia vigente só contribuía para isso. Assim, em seu livro, ele se dedica a “convencer os jovens de que obedecem, obscura e confusamente, aos pregadores de moral e que, fazendo assim, causam a sua própria ruína”. Quase 50 anos depois, encontramos semelhanças entre este discurso e aquele que a *Rádice* pregava.

Rádice publicou no exemplar de número 12, um outro dossiê especial com o tema “casamento”. Nesta edição, faziam-se contundentes críticas à instituição do matrimônio e aos valores da família nuclear burguesa. Com a foto rasgada de um casal na capa e o título “Está todo mundo separando”, não é muito difícil apreender a posição da *Rádice* sobre o assunto. Editada em um formato semelhante ao dossiê sobre sexo, a série traz matérias, entrevistas com pessoas comuns contando suas histórias, dizendo porque são felizes ou infelizes em seus relacionamentos. Há ainda artigos dos colunistas tradicionais da revista e, ao final, um grande artigo retirado de um livro de W. Reich intitulado “Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura”.

Mais uma vez, o texto de Reich irá informar muitas das idéias que estão sendo formuladas ao longo da revista. A começar pelo próprio subtítulo do artigo: “O casamento atual, compulsivo, é resultado de um compromisso entre interesses econômicos e sexuais”. É bom lembrar, outra vez, que essas idéias datavam de décadas antes, mas os “militantes da liberação” as consideravam , mais do que atuais, revolucionárias. Reich relacionava o casamento ao diagnóstico que fazia da sexualidade ordinária como reprimida e mal realizada, idéia que parece ecoar com força na *Rádice*:

Para o inconsciente dos indivíduos atemorizados com a sexualidade, a certidão de casamento é apenas uma licença para as relações sexuais”. (REICH, W. Em *Rádice* nº 12, p. 31 . Artigo extraído do livro “Casamento indissolúvel ou relação sexual duradoura”)

Carlos Ralph, no texto introdutório ao dossiê, escreve:

[O casamento] vai indo, como sempre.

Unindo as pessoas sob um contrato jurídico, com uma base ideológica fortíssima, difundida à exaustão por todos os meios de comunicação. Falar nele é também falar na família, não tem jeito.
(*Rádice* nº 12, p.6)

A idéia que prevalece a respeito do matrimônio nas páginas da *Rádice* é a de que este é sobretudo um contrato que mistura tradições religiosas, interesses econômicos, idealizações de felicidade forjadas em cima de valores morais, relações de disparidade entre os sexos e repressão da sexualidade. O casamento seria a base da família nuclear burguesa, tida pelos que acreditavam na liberação como uma instituição tomada por moralismos e pudores, cuja consolidação, no século XIX, estabeleceu uma série de normas de interdição em relação ao sexo, como afirma Michel Foucault, um dos grandes críticos desta visão, a qual chamou de “hipótese repressiva”:

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções. (FOUCAULT, 1979: 9-10).

Vale ressaltar que Foucault traça este panorama da análise histórica que os partidários da “hipótese repressiva” apresentavam para em seguida refutá-lo, colocando em dúvida o fato de a repressão sexual ser realmente uma evidência histórica e questionando se a interdição e a censura seriam mesmo os principais mecanismos de controle utilizados pelo poder. Sem dúvida, o discurso que *Rádice* elabora sobre o sexo está sustentado na “hipótese repressiva”.

O suposto crescimento da incidência de rompimentos de casamentos era o mote da publicação do dossiê. O casamento aparentemente perdia popularidade entre os jovens. Ralph comenta que era possível perceber claramente uma diminuição dos relacionamentos duradouros entre os jovens e um aumento das relações descompromissadas, supostamente fruto das transformações ocorridas nas décadas anteriores (sobretudo 60 e 70), de todo o processo de liberação dos costumes.

O casamento monogâmico tradicional, visto como um destino imposto, uma norma social, seria um dos pilares desta sociedade repressiva a ser transformada. Desta forma,

Rádice noticia uma grande mudança, a aparente fragilização da instituição matrimonial, identificando nela uma possibilidade para novas formas de relacionamento:

As regras externas impostas por esta instituição, como a fidelidade, a monogamia, propriedade mútua, etc., não estarão afinal ruindo frente aos desejos sinceros de se seguir os próprios sentimentos a qualquer preço? (*Rádice* nº 12, p.6).

Sendo assim, a maior parte dos textos vai de encontro à idéia do matrimônio como aspecto fundamental para uma vida considerada respeitável e feliz. O jogo de poder cotidiano, a contaminação do relacionamento sentimental por relações econômicas, a monogamia compulsória que reprime o desejo em nome de uma moral e a simbiose que ocorre entre o casal, na qual os dois acabariam perdendo sua individualidade, são alguns dos aspectos atribuídos à instituição do casamento mais criticados.

Os papéis assumidos “tão naturalmente” de marido e mulher, com todo o jogo de dominação e posse que existe, transformou o que deveria ser uma relação amorosa num jogo de poder, em que estão estratificadas a bigorna e o martelo, o dominador e o dominado do modelo de Sade. A individualidade perdida, como regra básica – “Serão dois em um só” – embota a possível riqueza de qualquer relação, forjando uma simbiose acachapante. (*Rádice* nº 12, p. 7)

Entretanto, faz-se uma ressalva de que o que está sendo posto em questão não é o relacionamento, ou acasalamento, entre duas pessoas e, sim, a instituição matrimônio, com todos os seus dogmas.

Bons casamentos existem, não há dúvida, e não só entre pessoas do mesmo sexo e numa forma aberta. Pode-se encontrar prazer na submissão ou na dominação, se o que se busca for isso e se ambos estiverem de acordo nos seus papéis complementares. (*Rádice* nº 12, p.7)

A revista traz ainda uma entrevista com Fernando Gabeira, que havia acabado de retornar de um exílio de oito anos na Europa. Gabeira, um ex-militante envolvido com a luta armada que se tornara um importante personagem da esquerda libertária, nas páginas de *Rádice*, vivenciou esta mudança de perspectiva dentro da esquerda: do comunismo revolucionário à afirmação de uma ideologia libertária e anti-repressiva, como fica muito bem expresso em seus livros autobiográficos³⁵.

³⁵ Um deles, em especial, *O crepúsculo do macho*, fala a respeito desta transição e, como o título deixa claro, do questionamento aos padrões sociais de sexualidade e normas de comportamento. Em um outro livro, *Nós que amávamos tanto a revolução*, ao lado do ex-líder estudantil do Maio de 68, Daniel Cohn Bendit, Gabeira analisa as vitórias do movimento feminista nas décadas de 60 e 70 e a necessidade da desconstrução do papel do macho latino: “É difícil teorizar sobre um sentimento que se expressa de formas tão diferentes, mas parece-me fora de dúvida que aceitar uma nova visão das mulheres, no universo latino, significa aceitar um novo tipo de relação

Em um questionamento que lembra a coluna autobiográfica escrita por Carlos Ralph no exemplar de número 14, Gabeira fala, em sua entrevista na *Rádice*, sobre como lhe incomodou a maneira como alguns de seus companheiros dos tempos de luta armada enxergaram um relacionamento aberto que manteve na época:

“Como o marxismo não entrou muito no campo das relações homem x mulher, eles cobriam este espaço com todos os preconceitos pequeno-burgueses que traziam da Tijuca, esses lugares onde viviam. Uma moral de professora da Tijuca transplantada para a prática política”. (*Rádice* nº 12, p 8.)

Segundo Gabeira, na época da luta armada, a monogamia era vista pelos militantes como uma garantia de segurança que evitava a exposição daqueles que realizavam atividades consideradas subversivas pelo governo. Porém, o que estaria por trás desta norma, de acordo com Gabeira, seriam os valores morais conservadores pequeno-burgueses, que continuariam a informar o comportamento sexual da esquerda. O entrevistado também disparou contra certas correntes da psicologia que afirmavam que apenas a monogamia podia ser considerada um relacionamento sentimental maduro:

“Agora, ninguém perguntou se existe uma contradição em você aprofundar uma relação com uma pessoa e ter outras relações profundas com outras, desde que pinte.” (*Rádice* nº 12, p.9)

É importante ressaltar ainda, no mesmo dossiê, a publicação de uma opinião diversa, que vai de encontro ao pensamento predominante na revista sobre o assunto. Em uma sessão de entrevistas rápidas, feitas ao telefone, o ator Hugo Carvana se dizia um “defensor ardoroso do casamento”:

“Sou casado com a mesma mulher há doze anos. (...) Acho que a família é a célula principal, que tudo parte da família. Vivemos numa época onde se cultiva o individualismo. Eu, ao contrário, acho que a vida em família é uma vida tribal, comunitária.” (*Rádice* nº 12, p. 23)

No discurso de Carvana, o individualismo aparece com uma conotação pejorativa, enquanto a vida comunitária da família é exaltada. Em sua hipótese a respeito do desenvolvimento de uma modalidade libertária de individualismo, a qual teria eclodido nas décadas de 60 e 70, Salem (1991) resgata as idéias em que Dumont contrapõe o individualismo da sociedade moderna ao holismo das sociedades tradicionais. A modernidade teria instituído a liberdade individual como um de seus pilares, enquanto as relações

sexual, pois o velho tipo não se sustenta mais um segundo, quando o questionamento do papel clássico dos homens entra em jogo.” (1985:33)

comunitárias de ordem hierárquica – as relações no interior da família nuclear burguesa, por exemplo - , e a própria sociedade, com suas normas e jogos de poder, inibiriam o desenvolvimento do potencial do indivíduo.

Para Carvana, entretanto, é mais importante ressaltar o aspecto comunitário da vivência familiar do que o repressivo. É uma opinião original, pois vai de encontro às críticas às principais instituições da sociedade burguesa predominantes nas ideologias libertárias da época. Cooper, por exemplo, um dos pensadores mais populares no período, considerava que a estrutura familiar tradicional limitava o desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos:

Nós podemos visualizar claramente a morte da família – este sistema cuja obrigação social é a de filtrar a maior parte das nossas experiências e então retirar dos nossos atos qualquer espontaneidade genuína e generosa. (COOPER, D. apud SALEM, 1991:66)

Carvana diz ainda discordar da *Rádice* quanto ao fato de estar “todo mundo separando”. A perda de popularidade do casamento, afirma, estaria apenas circunscrita a um determinado meio social e cultural:

Quanto a esta de que está todo mundo separando, eu não acredito muito não; pode ser numa área, no setor cultural, artístico, uma minoria diante da massa brasileira, não é? A gente crê que as separações neste setor são resultado também da ansiedade do próprio artista, do próprio intelectual, que tem uma necessidade de tentar descobrir um mundo novo, voar mais longe. (*Rádice* nº 12, p.23)

Creio que Carvana acerta ao circunscrever esse tipo de ideário anti-matrimônio propagado pela *Rádice* a uma determinada vanguarda intelectual. Esta envolveria os partidários da “hipótese repressiva”. É bem verdade que o comportamento deste grupo acabaria exercendo, a médio e longo prazo, uma grande influência na sociedade como um todo. Como já demonstrei, uma das idéias que estão por trás tanto da crítica às instituições, quanto do projeto de liberação sexual é a da crença de que a normas e os valores morais tradicionais constroem e reprimem os indivíduos. Deste modo, creio que ao discutir com afinco temas como sexualidade e casamento, *Rádice* encampa em sua crítica este ideário antinormativo e libertário.

4.1.3 As novas bandeiras políticas

As lutas pelos direitos das minorias foram uma das principais formas de ativismo dos anos 60 e 70. Muitos grupos se mobilizaram para militar em torno de diversas causas que estavam fora da pauta da esquerda nas décadas anteriores. A questão racial, principalmente nos Estados Unidos, com grandes movimentos como os Panteras Negras, e de gênero, com as conquistas do movimento feminista, foram os carros-chefes deste novo ativismo. Autor do livro *1968 in America*, Charles Kaiser afirma que o ativismo em torno dos direitos das minorias alimentava-se da mesma base ideológica que influenciou a contracultura americana:

Os anos 60 foram os anos da diversidade racial, sexual e religiosa. As passeatas estudantis contra a Guerra do Vietnã e a favor da liberação sexual eram também as primeiras manifestações de um estilo de vida alternativo ao modelo dos anos 50. O movimento negro pelos direitos civis abriu caminho para uma ampliação desses direitos na direção de outras minorias. Mas a ampliação da luta foi possível apenas porque houve uma valorização do individual e da diferença. (O Globo, 31 de maio de 2008)

Outras bandeiras ganhariam espaço nos anos 70, como, por exemplo, as lutas ambientalistas, com o crescimento de organizações não governamentais internacionais, das manifestações contra o uso da energia nuclear e a consolidação de partidos políticos ligados à causa, os Verdes. Nas décadas posteriores, como se sabe, a ecologia tornou-se uma das pautas políticas mais importantes. Outros movimentos importantes no período iniciavam uma ferrenha luta pelos direitos dos homossexuais, indivíduos que ainda sofriam uma fortíssima discriminação. O pacifismo e os protestos contra a Guerra do Vietnã e outros conflitos atraíram milhões de adeptos em grandes manifestações. Além disso, uma outra forma de ativismo que cresceu nos anos 60 e, principalmente, 70, militava contra a atuação abusiva das grandes corporações multinacionais ao redor do mundo, defendendo os direitos do cidadão e dos consumidores, tendo como principal ideólogo o político independente norte-americano Ralph Nader.

Muitas destas bandeiras aparecem na *Rádice*, sobretudo na sessão Geral/Mente, que trazia notas com pequenas notícias e avisos para os leitores³⁶. O que se encontra com mais frequência são alertas para os consumidores sobre remédios e outros produtos industriais. Há uma grande preocupação na fiscalização dos grandes laboratórios farmacêuticos. Por exemplo, na edição de número 4, há uma nota intitulada “Consumidor/ Remédios: Cuidado

³⁶ Por uma questão objetiva, me limitarei a expor algumas destas matérias, associando-as ao tipo de ativismo a que correspondem, e tentando identificar a maneira como este se encontra expresso na *Rádice*. Não me estenderei no que diz respeito aos detalhes de cada um destes assuntos, pois o foco da minha pesquisa está mais voltado para os tópicos anteriores, relacionados à militância política, à politização do cotidiano, sexualidade, subjetividade e atuação política no campo da saúde mental. Exponho o tema das novas bandeiras políticas, pois acho que este não poderia passar em branco.

com eles”. O primeiro parágrafo já retrata a desconfiança da *Rádice* em torno da indústria farmacêutica:

Se existisse alguma correlação positiva entre remédios e saúde, poderíamos nos considerar bem servidos dos dois. (*Rádice* n °4, p. 6).

A nota denuncia a venda, no Brasil, de remédios que já haviam sido proibidos em outros países, por possuírem efeitos colaterais maléficis. O texto, assinado por Ralph, dá a entender que os laboratórios agiam de má-fé em sua sanha de lucros. Apesar do número de remédios no Brasil ser, na época, quase 5 vezes maior do que o dos Estados Unidos, cerca de 12 milhões de crianças brasileiras eram desnutridas. Os doentes de baixa renda, a maioria dos brasileiros, não interessariam aos laboratórios, pois não gerariam lucros:

Está claro que o remédio, para essas indústrias, há muito perdeu seu sentido original de auxiliar na preservação da saúde para se tornar mais um item rendoso de consumo (...) Cuidado com eles. (*Rádice* n °4, p. 6).

Os laboratórios multinacionais representariam uma forma de capitalismo cruel e desumano, imposto ao Brasil pelos países ricos. Uma vez consolidada a supremacia do capitalismo e da economia de mercado, as grandes multinacionais tornaram-se uma força quase hegemônica no cenário internacional. Dedicando-se a divulgar as ações espúrias destas empresas, alertando os consumidores, *Rádice* assume o papel de fiscalizar o poder, uma vez que o Estado e as leis parecem incapazes de coibir certos abusos. Fazendo valer a máxima de Millor Fernandes: “Jornalismo é oposição, o resto é armazém de secos e molhados”, *Rádice* adere ao lado de um consumidor que se encontrava a mercê dos desmandos das grandes corporações.

Outra nota que fala a respeito do descaso das empresas em relação à saúde do consumidor cita o caso da sacarina, produto que nos Estados Unidos só podia ser comercializado com um rótulo alertando aos consumidores sobre o risco de se desenvolver um câncer. Já no Brasil, o rótulo dizia apenas “melhor que açúcar”. A nota, mais uma vez escrita por Ralph, termina com uma frase sarcástica: “Questão de clima, compreendem”. Mais uma vez, a disparidade na forma como as multinacionais tratam os consumidores brasileiros e norte-americanas é abordada.

É interessante notar que o que estava sendo questionado não eram as bases do sistema econômico vigente, ou o capitalismo em si, mas a atuação antiética de certas empresas. O consumo não parece ser visto como um problema, apenas a sua desregulamentação, que

lesaria os consumidores, especialmente os mais pobres. O vilão deixa de ser o próprio capitalismo, entidade abstrata, para ganhar tintas e nomes concretos, como Bayer, General Motors, Coca-Cola, Medley, etc.

A *Rádice* registra ainda a escalada do ambientalismo dentro da pauta política global, enquanto uma forte crítica em relação às noções, antes hegemônicas, de progresso e desenvolvimento. A militância em torno da ecologia possui grande parte de suas raízes no ativismo dos anos 60 e 70, encampando críticas à tecnocracia e à ciência. Como afirma Daniel Cohn Bendit, o principal líder do Maio de 68 em Paris, que depois tornou-se deputado pelo Partido Verde alemão:

A ecologia significa um questionamento da visão tradicional da política. Os marxistas e mesmo os anarquistas tradicionais tinham uma relação com a natureza que era uma relação típica de explorador. Tudo era possível, através do progresso. (...) a crítica ecologista expressa no movimento antinuclear, na denúncia do crescimento industrial desordenado, na recusa da rígida dicotomia entre corpo e espírito, essa crítica contribuiu para redimensionar a política. A ecologia ensinou muito a todos nós, abrindo uma nova relação com a natureza e com nós mesmos. (in GABEIRA, 1985: 49)

No exemplar de número 12, o artigo “Uma Nova Consciência”, de Elias Fajardo da Fonseca, aborda o desenvolvimento de uma consciência acerca da importância da preservação do meio ambiente e de outras lutas empreendidas pelos ambientalistas. Citando diversas questões ecológicas em pauta, como a energia nuclear, a demarcação das terras indígenas e o aumento da poluição no planeta, Fajardo afirma a importância do ativismo ambiental:

Hoje assistimos ao nascimento em todos os níveis de uma (ainda incipiente) consciência ecológica. (...) A militância ecológica é, segundo pelo menos este cronista, a mais urgente e conseqüente no momento. (*Rádice* n°13, p.10).

Na edição de número 13, de 1979, Carlos Ralph assina uma nota na coluna Geral/Mente intitulada “Pensamento Ecológico”, noticiando o lançamento de um pequeno jornal independente paulista voltado para a ecologia. Na nota, a falta de consciência ecológica dos brasileiros é criticada, embora o crescimento de grupos que militam na causa seja comemorado. A ecologia parece ser uma bandeira de vanguarda ainda, que *Rádice* apóia:

Da maior importância, a luta ecológica; da maior importância, o ativismo em defesa da vida, da natureza. A luta pela preservação da natureza independe de qualquer posição partidária. É necessário defender o mundo e a nós todos. A loucura que estão fazendo com o planeta Terra, a devastação geral em troca de lucros e regalias, além de ser um crime contra a humanidade, é uma atitude suicida. (*Rádice* n°13, p. 4).

Vemos uma crítica a um modelo de desenvolvimento que, mesmo antes das revelações sobre o aquecimento global, mostrava-se insustentável. O ativismo independente, sem ligações partidárias, elogiado por Ralph, é uma tônica de todos esses novos movimentos sociais, que pretendiam atuar em campos onde o Estado era considerado falho e inoperante, como mostra Carozzi (1999: 150).

No âmbito das organizações de movimentos sociais, o macromovimento autônomo manifesta-se em transformações que dão origem a reformas nas organizações existentes e a novas organizações de concepção menos hierárquica. Desta maneira, o movimento ecológico, o novo feminismo, novo pacifismo e os movimentos de poder do cidadão reivindicam uma organização em rede rejeitando as organizações hierárquicas, enquanto contestam a função dos Estados como agentes responsáveis da mudança.

Ao longo da revista, a questão homossexual não é mencionada muitas vezes. Talvez este fato seja devido à orientação teórica que a revista vai assumindo, muito informada pelo pensamento de Reich, para quem o homossexualismo não era considerado uma “prática sexual saudável”. É provável que, por isso, a sexualidade homossexual, embora não tenha sido tratada com preconceito pela revista em momento algum, tenha sido pouco debatida. No já citado exemplar de número 14, que aborda questões relativas à sexualidade, há uma entrevista com integrantes do grupo SOMOS-RJ, organização independente que reivindica os direitos dos homossexuais. A matéria elogia o ativismo em torno da causa, exaltando “a saída consciente dos guetos para o sol da batalha em campo aberto”. Ralph, um dos autores da entrevista, relata que em sua época de movimento estudantil, a questão dos homossexuais jamais fora debatida.³⁷ Tal fato é mais uma mostra da grande transformação que as lutas sociais sofrem no Brasil, durante a década de 70, com o periódico esvaecimento da luta contra a ditadura – e, paulatinamente, da própria ditadura –, a perda de popularidade do discurso marxista ortodoxo e a aparição de um novo tipo de militante de esquerda, que irá se preocupar com as novas bandeiras da luta política, como os direitos das minorias raciais, as questões de

³⁷ Mesmo no Maio de 68, na França, a causa gay não esteve entre as bandeiras do movimento. Em entrevista para a jornalista Deborah Berlinck, do jornal O Globo, na edição do caderno Prosa & Verso especial comemorando 40 anos dos acontecimentos de 1968, o pesquisador da questão gay Didier Eribon afirmou: “Em maio de 68 não havia um movimento homossexual. Havia um pequeno embrião do que eu prefiro dizer movimento gay e lésbico. Maio de 68 foi, antes de tudo, uma revolta social, popular, de greves operárias. Não havia muito lugar para o feminismo, e ainda menos para a questão gay e lésbica.” Por outro lado, Eribon enxerga o movimento como um episódio crucial para a causa: “Maio de 68 abriu a possibilidade, nos anos seguintes, da emergência de poderosos movimentos feministas. O movimento gay e lésbico nasceu dentro do feminismo. A partir dele, ou com ele, e foi bastante marginal diante do poder do movimento feminista.”

gênero e o ambientalismo. De acordo com Salem (1991:71), a reivindicação de direitos está ligada mais uma vez à crítica libertária à imposição de normas na sociedade burguesa, mecanismo que seria responsável pela discriminação dos indivíduos e grupos que não se enquadravam nas normas sociais hegemônicas:

É precisamente o direito absoluto à heterogeneidade e às diferenças individuais que confere inteligibilidade à exaltação da antinormatividade e à recusa às ambições universalizantes das normas.

4.2 A psicologia e a psiquiatria como política

Rádice dedicou um grande espaço em suas páginas ao debate em torno da prática psiquiátrica e de diversas outras questões inerentes ao campo *psi*, relevantes durante o período em que foi editada. Alguns destes debates, como aquele em torno da antipsiquiatria, podem ser considerados, hoje em dia, datados. Outros, como as reflexões críticas sobre o cientificismo e o fisicalismo na psiquiatria, permanecem atuais.

Idéias de pensadores que problematizaram o autoritarismo na psiquiatria, como Cooper, Guattari, Foucault, Szasz e Basaglia, aparecem com frequência na revista, em artigos, reportagens e entrevistas. Pode-se dizer que a luta para humanizar e repensar os pressupostos do tratamento psiquiátrico foi uma das bandeiras que *Rádice* assumiu com mais afinco. Em todos os exemplares, há alguma referência ao assunto. Foram feitas longas reportagens sobre a situação de indignação vivenciada pelos pacientes dos manicômios brasileiros e sobre as novas formas de organização e de tratamento implantadas no hospital de Arezzo, na Itália, baseadas nas idéias de Franco Basaglia. A *Rádice* realizou ainda uma longa entrevista com a Dra. Nise da Silveira, um ícone da psiquiatria brasileira, que narrou como as experiências com a arte podem ajudar nos tratamentos.

Dentro do debate no campo da psicologia brasileira, a revista se colocou contra o que chamou de “panelas” do campo *psi*, grupos hermeticamente fechados que desejariam controlar o acesso ao título de especialização e ditar as normas que regiam a profissão. A polêmica em torno do novo currículo universitário e outras questões institucionais também mobilizaram Ralph e Cia. Situando-se em um campo alternativo, tanto em relação às sociedades psicanalíticas “oficiais” ligadas à IPA, quanto ao fechado círculo lacaniano, *Rádice* apresentou ao seu público novas formas de terapias corporais que eram difundidas naquele momento, ouviu profissionais de diferentes linhas, muitos dos quais fariam parte do “complexo alternativo”, que se destacou no fenômeno denominado por Castel de “pós-psicanálise”, a “revanche póstuma de Reich sobre Freud” (CASTEL, 1987: 141).

Começarei minha exposição sobre o assunto investigando a maneira como a revista abordou os questionamentos à prática psiquiátrica e militou pela humanização do tratamento dos pacientes psiquiátricos nas instituições brasileiras.

4.2.1 Debates em torno da prática psiquiátrica

Constranger o indivíduo internando-o é terapia ou é punição? (...) Todos os indivíduos devem responder a esta questão: é permitido privar uma pessoa de sua liberdade para tratar de seus problemas mentais?
(Thomas Szasz, citado na *Rádice* Nº 4, p.2)

Já falamos a respeito do ativismo dos anos 60 e 70, dos novos movimentos sociais que surgiram e da forma como a *Rádice* encampou este ideário, apoiando uma série de causas que tinham em comum a luta contra o autoritarismo e a normatividade, e em favor da autonomia e da liberdade. Talvez o campo em que *Rádice* mais militou tenha sido o da psiquiatria, ora fazendo de suas páginas um instrumento de denúncia, ora evocando alternativas de tratamento que vinham sendo concebidas mundo afora.

Tida como uma das mais fortes expressões dos valores autoritários e repressivos que regeriam a sociedade burguesa tecnocrática, a psiquiatria, como prática médica ancorada na hegemonia do pensamento científico, foi um dos saberes mais contestados no período. Como afirmou Castel, durante a década de 60, a psiquiatria serviu como uma espécie de “bode expiatório” dentro do campo *psi*, materializando em suas práticas tudo aquilo contra o que o ideário da liberação lutava. Teóricos muito populares no momento, como Esterson, Laing, Cooper e Szasz problematizaram, cada um à sua maneira, o uso do poder na prática psiquiátrica e a relação entre a opressão no interior das instituições sociais, especialmente na família nuclear burguesa, e a produção de distúrbios psiquiátricos. A antipsiquiatria enxergou na experiência da loucura um fato positivo em certos aspectos, uma forma de liberdade notável e indomável frente aos mecanismos das normas sociais, uma linha de fuga deste controle. Apesar de criticada, esta visão teve o mérito de se contrapor aos estereótipos que definiam a figura do louco, como nota Castel (1987:30):

Apologias, mesmo discutíveis, da loucura, contribuíram para quebrar esse claustro feito tanto de preconceitos quanto de muros. Experiências, mesmo aventurosas, que negavam qualquer diferença entre terapeutas e pacientes, deixaram pelo menos ver que a alternância do doente não era radical.

Esta concepção aparece na *Rádice* no exemplar de número 3, com a publicação de uma carta escrita pelo dramaturgo francês Antonin Artaud para “diretores de asilos de loucos”. Admirado e estudado por filósofos como Jaques Derrida, Felix Guattari e Gilles

Deleuze, Artaud, que foi internado em um manicômio no ano de 1937, escreveu o ensaio *Van Gogh, o suicidado da sociedade*, texto que influenciou a luta contra a opressão na psiquiatria.

Senhores, as leis, os costumes, concedem-lhes o direito de medir o espírito. Esta jurisdição, soberana e terrível, vocês a exercem com seu raciocínio. (*Rádice* n °3, p. 14).

É deste modo que Artaud inicia a sua carta, na qual ele diseca de forma brilhante o funcionamento dos mecanismos repressivos da sociedade e a base ideológica cientificista e normativa que os sustenta. A seguir, Artaud reivindica o valor do delírio diante da razão, instituída como norma social, e da loucura como a expressão de uma individualidade livre:

E não podemos admitir que se impeça o livre desenvolvimento de um delírio, tão legítimo e lógico como qualquer outra série de idéias e atos humanos. A repressão das reações anti-sociais, em princípio, é tão quimérica quanto inaceitável. Todos os atos individuais são anti-sociais. Os loucos são vítimas individuais por excelência da ditadura do social. E, em nome dessa individualidade, que é patrimônio do homem, reclamamos a liberdade desses condenados da sensibilidade, já que não está dentro das faculdades da lei condenar ao desterro a todos aqueles que pensam e trabalham (...) afirmamos a legitimidade absoluta de sua concepção e a validade de todos os atos que delas derivam. (*Rádice* n °4, p. 6).

Bezerra Jr. (2007: 130) revela como, com base em estudos genealógicos, a noção tradicional a respeito da experiência da loucura é questionada no período, afastando-se cada vez mais de uma explicação médica, ganhando contornos políticos. A relação entre a medicina e o poder, a primeira usando a palavra pretensamente inquestionável da ciência para legitimar as medidas empreendidas pelo segundo, é denunciada. Do mesmo modo, as instituições psiquiátricas são denunciadas como arautos deste sistema repressivo:

A loucura foi redescrita como uma condição subjetiva radical inscrita na rede de relações sociais, experiência trágica cuja complexidade e significação ultrapassavam em muito os estreitos limites da patologia mental e do diagnóstico psiquiátrico. A análise da conjunção de poderes e interesses presentes no processo de constituição histórica da noção de doença mental e no surgimento da psiquiatria especialidade médica, junto com os estudos sobre o funcionamento do universo manicomial (Michel Foucault, Robert Castel, Erwin Goffman), reforçam a percepção do sistema psiquiátrico como uma rede de controle social.³⁸

³⁸ É bom lembrar aqui uma idéia de Castel, previamente exposta no capítulo 2 desta pesquisa: “ Mais geralmente, uma certa prevenção para com o doente inscreveu-se, com um certo número de outras com o prisioneiro, o indígena, o emigrado, em um grande empreendimento para fazer em pedaços a unilateralidade da razão ocidental e seu sentido burguês da virtude. A antipsiquiatria foi ao mesmo tempo o sintoma e um dos repositórios de uma nova sensibilidade, segundo a qual as partilhas do

Em um pólo teórico muito próximo, Franco Basaglia parece ser outro dos personagens preferidos da equipe *Rádice*. Ele é citado diversas vezes, passando por uma entrevista, uma visita ao seu projeto na Itália, uma emocionada nota de falecimento e outras referências. Basaglia parece ser admirado pelo que pensa, diz e, sobretudo, pelo que faz: mais do que um teórico, ele é exaltado como um homem da ação, um visionário pragmático, capaz de concretizar as suas idéias. Na visita feita a Arezzo, as iniciativas, inspiradas nas reformas promovidas por Basaglia em Gorizia, são muitíssimo elogiadas e apresentadas como um modelo de sucesso na reelaboração de tratamento psiquiátrico não autoritário:

Caem os muros dos hospícios; é proibido internar “loucos”. Médicos, enfermeiros e pacientes resolvem seus problemas em Assembléia: acontece de tudo sob os Telhados Vermelhos, onde um movimento psiquiátrico de esquerda, liderado pelos comunistas, revoluciona a teoria e prática de saúde mental. (*Rádice* n.º 9, p. 6)

Chama atenção a ênfase dada ao fato de os idealizadores do movimento serem comunistas. A própria manchete da capa da revista trazia a seguinte chamada: “A Loucura dos Comunistas”. Creio que, mais uma vez, revela-se a ambiguidade da *Rádice* em relação ao comunismo, aqui visto positivamente. Parece que o sistema de assembléias à moda comunista, baseado nas idéias de autonomia e igualdade, destituído, no limite do possível, de hierarquias, é tido como um modelo interessante de instituição psiquiátrica.

Franco Basaglia foi o mais importante dos membros de um movimento que ficou conhecido como Psiquiatria Democrática italiana, tendo dirigido o Hospital Psiquiátrico Provincial de Gorizia, onde implementou uma série de mudanças que foram consideradas paradigmáticas por muitos que se dedicavam a pensar as instituições psiquiátricas. A organização de Gorizia fundava-se na afirmação de relações horizontais entre médicos, funcionários, pacientes e os familiares destes, criando, assim, uma espécie de coletivo terapêutico. Muitas cidades governadas pelos socialistas adotaram as idéias de Basaglia. Mas a maior conquista da Psiquiatria Democrática foi a Lei 180, aprovada pelo parlamento italiano em 1978, que negava a periculosidade dos pacientes, a suprema autoridade dos médicos e estipulava o fim dos manicômios e a reestruturação dos serviços públicos relacionados à saúde mental, com base em muitas das idéias do movimento.

positivo e do negativo, do bem e do mal, da respeitabilidade e da indignidade, da razão e da loucura, não são traçadas a priori e não são substancializadas como irreversíveis.” (CASTEL, 1981: 30)

De acordo com Bezerra Jr. (2007:129), o ideário dos anos 60 e 70 “reverberou” em diversos campos sociais. Com a psiquiatria não teria sido diferente:

O impulso à contestação de normas e padrões institucionalizados, a denúncia dos estereótipos sociais associados a minorias, a busca por novos espaços de expressão, o elogio a novas formas de experimentação subjetiva, a luta pelo direito à cidadania por parte de setores excluídos da população, tudo isso, que compunha por assim dizer a atmosfera da contracultura, encontrou no cenário psiquiátrico da época um campo muito rico de problemas e uma caixa de ressonância cultural muito poderosa.

Confrontada com uma declaração de Pirella, diretor do Hospital Psiquiátrico de Arezzo, na qual referia-se à experiência implantada por Franco Basaglia em Gorizia, a hipótese de Bezerra Jr. parece estar realmente correta:

Gorizia era para nós psiquiatras a vontade de transformar a situação que se vivia, o 68 dos estudantes nas universidades, ou o 69/70 dos operários nas fábricas. (*Rádice*, n° 9, p. 6)

Por “situação que se vivia” podemos entender uma prática psiquiátrica considerada autoritária, desumana e voltada para o controle social dos desviantes da norma. O assujeitamento do paciente ao médico, onipotente dentro da instituição, é visto como algo extremamente negativo e prejudicial ao próprio tratamento. Um outro aspecto determinante do debate em torno da psiquiatria no período é a reivindicação de significados políticos para aqueles que sofriam de distúrbios psiquiátricos. A psiquiatria tradicional é denunciada como um dispositivo social, que visa controlar indivíduos que possam ameaçar de alguma forma o funcionamento da ordem estabelecida. Sendo assim, uma nova psiquiatria desejada não buscaria reinserir indivíduos desviantes na sociedade que os exclui. Encontramos esta noção expressa na fala de um dos psiquiatras que atendiam em Arezzo, ouvido na reportagem:

Terapia significa não esperar que o jovem psicótico volte a trabalhar e que seja perfeitamente inserido numa sociedade, que ele recusa dentro de si, que ele sente competitiva e mais, que ele sente que não vai conseguir se adaptar, terapia significa, por exemplo, ter relações humanas que signifiquem alguma coisa. (*Rádice*, n° 9, p. 14)

Em um texto publicado na *Rádice* número 10, assinado por Carlos Ralph, sobre a passagem de Basaglia pelo Rio de Janeiro, onde esteve participando de um congresso, fica clara uma perspectiva que confere à opressão sócioeconômica uma grande parcela de responsabilidade no desenvolvimento de distúrbios psiquiátricos. Baseado nesta concepção,

no seguinte trecho, Ralph realiza uma espécie de balanço sobre as conquistas de Basaglia e da Psiquiatria Democrática:

Mais importante que libertar “os loucos” foi a problematização criada na população que teve de assumir essa convivência; foi a conscientização de que os “loucos” são os pobres, os operários, os camponeses, as donas de casa que entram em crise por não conseguirem suportar a não-resposta ou a resposta repressiva que a sociedade dá às suas necessidades. (*Rádice*, n° 10, p. 4)

Em um artigo publicado na edição de número 11, o filósofo francês Felix Guattari evoca as lutas em torno dos direitos das minorias, dos movimentos operários e das novas bandeiras políticas para indicar um caminho para a luta por uma psiquiatria alternativa. Muito embora, ele afirma, o fenômeno da loucura não possa ser atribuído unicamente a causas socioeconômicas, sendo algo de ordem muito mais complexa, sobredeterminada.

A perspectiva de uma *alternativa popular à psiquiatria*, sem reduzir a loucura a um simples fenômeno de alienação social, sem reduzir a contestação da opressão psiquiátrica somente ao rol de uma luta social contra a exploração capitalista, considera que as experiências militantes possam se apoiar simultaneamente nas organizações políticas e sindicais do movimento operário, e nas diferentes formas de lutas, de caráter novo, que concernem hoje a condição feminina, a condição penitenciária, a condição da infância, dos trabalhadores imigrados, etc. Trata-se menos, em suma, de politizar a loucura, do que abrir a política a uma tomada de consciência sobre uma série de problemas que foram por demasiado tempo ignorados pelas organizações tradicionais.
(GUATTARI. Em *Rádice* n° 11, p. 25)

Rádice demonstra integrar este grande movimento que, apesar de possuir muitas vertentes, realizou, conjuntamente, uma sólida crítica ao modo como a loucura era pensada e tratada. Um dos mais importantes expoentes deste momento foi o psiquiatra inglês Ronald Laing. Ele foi entrevistado para a *Rádice* 7, quando esteve no Brasil. Na chamada da entrevista, Laing, um polemista nato, faz questão de se desvincular de todo o ideário dos anos 60 e 70: “Eu não sou antipsiquiatra, nunca fui revolucionário, nem nunca estive ligado à contracultura”. Apesar desta ressalva, seu discurso afina-se com as concepções da época. Falando a respeito do centro de tratamento que estabeleceu na Inglaterra, onde os internos conviviam como se fizessem parte de uma grande comunidade, ao invés de um hospital psiquiátrico, Laing destaca a opressão social que incidiria sobre seus pacientes:

Quem procura as comunidades, digamos, os clientes? – Geralmente são jovens que estão tentando fugir do sistema e dos pais também, mas principalmente do sistema que os diagnosticou esquizofrênicos. Eles encontram na comunidade uma espécie de refúgio contra a sociedade que os rotula. (*Rádice* n° 7, p. 8)

Embora demonstrando predileção por algumas idéias – como, a meu ver, professa em relação à Psiquiatria Democrática italiana –, *Rádice* evoca pensadores como Basaglia, Artaud, Guattari, Laing e Szasz na pretensão de se afirmar como um espaço de debate em torno da construção de uma psiquiatria alternativa³⁹. A revista estava realmente comprometida com a causa. À parte as discussões teóricas, foram realizadas matérias em hospitais brasileiros e a respeito de casos que denunciavam o autoritarismo, a violência e a ineficácia do modelo psiquiátrico que prevalecia naquele período.

A *Rádice* de número 7 traz um grande dossiê sobre a situação dos hospitais psiquiátricos nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. As reportagens são baseadas em uma investigação levada a cabo por uma Comissão Parlamentar de Inquérito do Estado do Rio de Janeiro e matérias sobre visitas às instituições psiquiátricas publicadas por outros veículos. O texto de introdução do dossiê apresenta uma citação de uma reportagem da Folha de São Paulo sobre o Hospital do Juqueri, datada do ano de 1963, escrita por Ewaldo Dantas Ferreira:

O hospital psiquiátrico de madrugada é assim: milhares e milhares de corpos humanos – homens, mulheres e crianças – nus, imundos, decompostos, entrelaçados numa confusão horrenda de membros, espalhados pelos corredores, escadarias, pelo chão de cimento dos salões-dormitórios (...). O quadro, em seu horror, supera toda a imaginação. Não se pode compará-lo a uma imensa pocilga, porque a realidade ficaria atenuada. (...) O ar, irrespirável. O ambiente, uma antevisão do pior dos infernos. (*Rádice* n.º 7, p.23)

A forte descrição, que se vale de recursos literários para retratar o horror da cena e a desumanidade da situação em que se encontravam os pacientes, possui um grave tom de denúncia. Denúncia daquilo que é absurdo e inaceitável. A evocação do sofrimento dos internos, seu abandono, a precariedade das instalações, tudo isso compõe a imagem inicial do texto: cenas chocantes que justificam a urgência da mobilização contra esse tipo de tratamento psiquiátrico. O tom do dossiê não é teórico, e, sim, jornalístico, muito mais factual, contendo muitos desses trechos descritivos retirados do documento elaborado pelos parlamentares que visitaram as instituições. A situação de alguns desses hospitais visitados seria tão calamitosa que deixaria, momentaneamente, o debate teórico sobre a questão psiquiátrica em segundo plano:

³⁹ O texto de apresentação para a entrevista de Basaglia na *Rádice* de número 5 faz uma diferenciação entre o perfilado e os outros expoentes do debate em torno da psiquiatria no período: “O que o faz diferente de seus colegas ingleses e franceses, também interessados na renovação da psiquiatria, é sua profunda preocupação com o social e a tentativa de vincular diretamente os males mentais aos males da sociedade, propondo mesmo que a transformação da sociedade é que poderia resolver os problemas da doença mental.”

Rádice não pretendeu, ao preparar esta reportagem, entrar em polêmicas teóricas, mas sim denunciar o estado em que vivem os doentes mentais. Discussões a esse nível são, no momento, secundárias diante da inacreditável realidade. (*Rádice* n° 7, p.23)

Alguns trechos do documento citados na matéria remetem a temas chave do questionamento das práticas dominantes da psiquiatria oficial. Como, por exemplo, nas associações feitas entre a psiquiatria e o uso repressor da força policial. Tal discurso, que associa a psiquiatria aos mecanismos de controle social, cuja função é impor normas, disciplinar e, se necessário, interditar, aprisionar, fazer desaparecer os indivíduos que representem uma ameaça à ordem estabelecida, encontra-se presente em toda a história da revista, sendo poucas as vozes dissonantes que relativizam, ou mesmo, manifestam alguma discordância.

O trecho abaixo se refere ao Hospital Psiquiátrico de Vista Alegre, onde os supostos doentes mentais crônicos eram internados pela polícia, sem haver nem mesmo a necessidade do laudo de um psiquiatra, devidamente treinado e oficializado por lei no papel de decidir quem precisa ou não de tratamento psiquiátrico.

Para começar, quem é que faz a internação? Um psiquiatra? Não! A radiopatrulha. Doentes mentais recolhidos nas ruas, jogados nos hospitais gerais, sem cuidados e recursos familiares são removidos pela polícia e segregados nessas instituições. (*Rádice* n° 7, p.30)

Os autores da reportagem se abstêm de maiores comentários, pois o relato dos parlamentares, permeado de emoção e assombro, é capaz de falar por si só. É como se uma situação em que a própria polícia é quem interna fosse ao mesmo tempo uma distorção e uma revelação de como funciona de fato o aparelho repressor do Estado. Como se através desta “falha no sistema” se pudesse contemplar, escancarado, um fato que o sistema pretendia manter oculto: as funções de policial e psiquiatra teriam mais semelhanças do que suas definições aparentam. Em Vista Alegre, a situação teria ficado tão calamitosa – e, deste modo, reveladora – que o Estado não precisaria mais recorrer à figura do psiquiatra. Havia apenas o hospício, funcionando como um depósito de gente indesejável, e a polícia, como força repressiva legítima. Daí a necessidade mais urgente de denunciar esta realidade do que de discutir no campo teórico as atribuições da psiquiatria. Ter um hospício desumano, abandonado e sem psiquiatras é ainda mais grave do que ter na psiquiatria um instrumento repressivo.

Mas nem tudo era digno de desespero na psiquiatria brasileira. Em contraposição aos hospitais de Vista Alegre e Juqueri, o Hospital Psiquiátrico de Carmo, também visitado pela Comissão Parlamentar, é apresentado como um exemplo de tratamento humano, digno e eficaz. A decisão do diretor da instituição de derrubar os muros e retirar cadeados e portas de ferro é louvada como um gesto de coragem na luta contra as práticas opressivas na psiquiatria. Gesto este que indicava que a luta antipsiquiátrica começava a dar frutos. As medidas adotadas para humanizar e aprimorar o tratamento dos pacientes do Hospital do Carmo – tais quais o uso de terapia ocupacional, a abolição das grades e dispositivos de confinamento e a consideração da intervenção farmacológica em segundo plano – são destacadas como sendo iniciativas importantes na direção uma nova psiquiatria.

O Hospital de Carmo superou aquele fatídico estado de muitos hospitais psiquiátricos para doentes crônicos: não é um “depósito de loucos que fabrica doentes incuráveis”. É um núcleo extraordinário de uma experiência de recuperação de doentes mentais em regime aberto, que se pode chamar de exemplar. (*Rádice* n.º 7, p.34)

A militância no campo psiquiátrico será, portanto, uma constante ao longo da trajetória da *Rádice*. A perspectiva da revista acerca das principais questões que eram problematizadas neste campo durante a segunda metade da década de 70 será, como demonstrei, fortemente informada pelos teóricos que se dedicaram a pensar uma psiquiatria alternativa. Atuando em duas frentes, *Rádice* se coloca como um espaço de debate e ao mesmo tempo de fiscalização e denúncia, situando-se entre o campo acadêmico e o jornalístico. Seus esforços, somados a inúmeros outros, foram importantes na luta pela humanização dos tratamentos psiquiátricos no Brasil.

4.2.2 Militância no campo *psi* brasileiro

Como descrevi no capítulo 2, com base nas pesquisas de Castel e Russo, nos anos 60 e 70, a instituição psicanalítica perde o estatuto de difusor oficial do saber psicanalítico. No Brasil, este se dissemina pela sociedade a ponto de dar origem a uma cultura psicológica. Ocorre, então, uma disputa dentro do campo *psi*, com, por um lado, grupos lacanianos promovendo “uma volta a Freud” e reivindicando o monopólio do saber e, por outro lado, grupos de psicólogos que se vêem impossibilitados, ou mesmo não desejam, cumprir os

requisitos para se integrarem à “elite” lacaniana. Muitos destes irão se afastar da psicanálise, ou aderir a vertentes que a misturam com outras teorias.

Distante dos grupos lacanianos, que se tornaram uma força importante no cenário nacional da psicanálise, *Rádice* era composta em sua maioria por psicólogos recém-formados que, de acordo com o que é expresso na revista, pareciam estar interessados naquele momento por teóricos como Reich, Rogers, Laing, Guattari e Foucault. Há muito poucas referências a Freud ou Lacan, e nenhuma discussão específica de suas idéias. Os psicanalistas que aparecem na revista são ou dissidentes da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, como é o caso de Eduardo Mascarenhas, expulso após denunciar a participação de um membro, Amílcar Lobo, em práticas de tortura durante o regime militar, ou teóricos como Luiz Alfredo Garcia Rosa, que escreve um artigo sobre psicanálise e ciência, e Jurandir Freire Costa, entrevistado sobre o seu livro *A História da Psiquiatria no Brasil*.

Há diversos momentos em que Carlos Ralph se envolve em polêmicas e debates com instituições oficiais do campo *psi*. Nota-se uma forte motivação para enfrentar um *status quo* com o qual a equipe da *Rádice* não se identificava, pois discordava de ideológica e institucionalmente.

A primeira matéria da *Rádice* 1 já dizia a que veio, trazendo a reprodução de uma carta publicada pela revista *Temps Modernes*, dirigida por Jean-Paul Sartre. A correspondência fora enviada por um ex-paciente anônimo que gravou uma sessão na qual confrontava o analista a respeito dos resultados e fracassos do tratamento que realizou. Na discussão, o paciente questiona a autoridade do psicanalista e o saber que embasa a prática clínica que fora utilizada no tratamento, que durou 14 anos (com muitas interrupções).

Creio que a decisão de publicar a reprodução desta conversa, supostamente real, como matéria que abre a edição inicial da revista é uma forma que a revista *Rádice* encontrou de “mostrar a que veio”. Ainda que o questionamento ao saber psicanalítico não tenha sido o tema mais abordado pela revista ao longo dos anos – a ênfase seria muito maior nas questões relativas à sexualidade e aos debates em torno de uma psiquiatria alternativa – esta primeira matéria parece ser uma forma de provocação, uma maneira de dizer “estamos chegando para incomodar”. Na discussão gravada, o paciente questiona firmemente os métodos aplicados e a teoria que informou o seu tratamento, com o qual ficou insatisfeito. O psicanalista, entretanto, não admite debater sua prática com um leigo, e se comporta de forma arrogante, negando-se a

dar as explicações que são dele exigidas⁴⁰. É interessante notar que as críticas são feitas através de uma apropriação do próprio discurso psicanalítico, voltado contra aquele que é seu “proprietário”. Desta forma, o ex-analisando diz ao psicanalista, quando está sendo acusado por este de estar agindo violentamente⁴¹:

Não me fale de violência física, porque foi o senhor que começou com a violência física quando me obrigou a ficar de costas nesse divã, foi o senhor quem me entortou e quem me virou a cabeça pelo avesso.(...)

O senhor me obrigou a ficar de costas. Não é assim que se pode curar as pessoas. É impossível; porque, na verdade, viver com os outros é saber enfrentá-los cara a cara. (...) É por isso que o senhor põe as pessoas ali, porque o senhor não pode enfrentar as pessoas, e não pode curá-las, só pode transferir seus problemas de pai e repisar estes problemas. O senhor arrasta as suas vítimas assim de uma sessão para outra, com o problema do pai, hum! (...) (*Rádice* n° 1, pp. 5–6).

O analista age como se o método psicanalítico não fosse um saber abstrato, hipotético, filosófico, portanto, sempre passível de questionamento, mas uma verdade inquestionável. Creio que a citação desta conversa é uma crítica à arrogância das posturas ortodoxas neste campo. A meu ver, é de encontro a estas ortodoxias que a *Rádice*, da mesma forma que o paciente revoltado, parece estar indo. A figura deste psicanalista orgulhoso, onipotente com seu saber e afeito a evocar diagnósticos baseados em normatividades para desqualificar aquele que o contesta parece retornar vez por outra às páginas da revista. A crítica parece estar endereçada a toda uma classe de profissionais que estaria alicerçada em um saber cristalizado, supostamente superior, do qual se julgaria detentora. Há um certo deboche, por parte do paciente, a alguns postulados da psicanálise.

A forma discursiva empregada pelo ex-analisando para argüir, cobrar explicações, afirmando sua posição é, também, próxima daquela que aparece muitas vezes na *Rádice*. É

⁴⁰ Analisando a gravação em um artigo publicado na *Rádice* 2, Sartre ressalta a impossibilidade de analista e analisando estabelecerem uma relação de igual para igual. Se a distância é transposta, o tratamento não é mais eficaz, logo, esse tipo de clínica pressupõe uma disparidade entre analisado e analista. Quando toma a palavra e impõe o seu discurso, o analisando está deixando de ser objeto, para tornar-se sujeito, no sentido de agente das próprias ações. “Rebela-se contra o método, o divã, o mutismo aplicado dos grandes ‘ouvintes’ profissionais? Sim e não: durante anos pôs todo o seu calor em expressar-se, em expor-se, sem ignorar que suas palavras, aparentemente livres e ousadas, remetiam a um texto escuro e oculto que era mais necessário construir que descobrir e que estava contido na palavra dita no sentido em que, como diz Eluard: ‘há outro mundo e está neste’. Porém, neste comovente fragmento: ‘fazer frente...voltar as costas’, nos transmite sua profunda experiência: unicamente com a sua presença, o invisível e silencioso testemunho de seu discurso – entenda-se: do que diz e do que se faz dizer pela indispensável mediação de um sujeito – transforma na própria boca do paciente a palavra em *objeto* pela simples razão de que não podia haver, entre essas costas voltadas a esse homem sentado, invisível, inapreensível, nenhuma reciprocidade.”

⁴¹ O pretexto para a discussão entre os dois é que o ex-cliente pretenda gravar a situação, mas o psicanalista recusava-se a falar com um gravador ligado. Sentado de costas para a porta, o ex-cliente não deixa o psicanalista sair da sala antes que a conversa termine.

uma fala direta, afirmativa, irônica, provocadora, mas que se recusa a vestir a carapuça de violenta ou imatura, buscando denunciar que a violência encontra-se justamente no discurso do oponente e nos dispositivos com que este opera para desqualificar a contestação ao seu *status quo*.

No editorial de número 5, encontramos uma reiteração do objetivo de se lutar ao lado de outros grupos minoritários contra mecanismos autoritários dentro do campo *psi*:

Estamos noticiando, questionando e discutindo até mesmo no plano teórico; abrimos portas e estamos servindo de tribuna para os injustiçados e/ou vítimas da psicologia dos opressores. (*Rádice* n° 5, p.3)

Em maio de 1977, época em que vigorava a reabertura política no país, com uma diminuição gradativa da censura e da repressão exercidas pela ditadura, Carlos Ralph atacou a omissão de seus colegas naquele importante momento e denunciou o esgotamento de um modelo que tinha no psicólogo uma espécie de “analista social”, cujo saber privilegiado seria usado para interpretar e realizar uma leitura mais “profunda” dos fenômenos que estão acontecendo. Na perspectiva de Ralph, o profissional *psi* ativista parecia ser mais importante no momento do que o teórico, que interpretaria a realidade distanciando-se dela:

As bocas estão mais abertas, as emoções à pele. Sente-se a necessidade de participação explodir onde muitos só esperavam encontrar silêncio atarrachado (sic). Ouvem-se vozes, mas na psicologia nacional, nem ao menos sussurros. Os psicólogos tupiniquins simplesmente desapareceram das páginas da imprensa (...) Durante muito tempo sua presença, interpretação, em análises sobre qualquer fenômeno social foi recebida como uma contribuição profunda, sensata, informada. A psicologia ditava regras, também. Mas as mágicas, se vistas muitas vezes, cansam, apesar de interessantes. As explicações “psicológicas”, quase sempre reduzindo as reais dimensões do problema a rebuscadas conjunturas individualizantes, serviram para mistificar, para esconder fatos que gritavam em sua simplicidade. Muitas vezes um charuto significa um charuto e pt. Vemos então que os psicólogos brasileiros – especialmente o social – estão de tal forma perdidos e dissociados de nossa realidade, de tal forma comprometidos com modelos “limpos” estrangeiros, que, simplesmente, não têm nada a declarar neste momento. Servem ao poder com eficiência e discrição e só. (*Rádice* n° 3, p.3)

É sempre bom lembrar que, durante os anos 70, teóricos como Guattari e Deleuze – e, muito antes disso, a partir dos anos 20, Reich, e, ainda, décadas depois deste, Marcuse – criticaram o que consideravam o caráter despolitizado e socialmente alienado da psicanálise. O ideário da época afirmava que todos os aspectos do cotidiano possuíam um fundo político. Não apenas os atos, mas a própria subjetividade, eram um assunto político. Sendo assim, a

subjetividade se torna um espaço de luta e de transformação dos indivíduos para que estes possam se libertar de opressões sociais e desenvolver livremente o seu potencial.

Uma situação concreta na qual *Rádice* manifestou indignação nas suas páginas foi na proposição de um pacote de medidas, elaborado pelo Departamento de Assuntos Universitários do MEC, de um novo currículo para os cursos universitários de Psicologia. Um artigo de Carlos Ralph, publicado na *Rádice* 9, descreve o processo de elaboração do pacote e exalta a união inédita de psicólogos de diversas vertentes no intuito de juntar forças para se oporem à proposta. Psicólogos do Brasil todo teriam discutido e rechaçado a “psicologização dos problemas sociais e o uso da psicologia como entidade repressiva”, aspectos que receberam grande importância no pacote. O artigo elogia o ativismo e a militância assumidos pela classe em relação a um assunto tão importante e urgente. Ralph denuncia “espertezas” na elaboração do projeto pelo Prof. Samuel Pfromm Neto, como o prazo de 20 dias apenas dado às universidades para se manifestarem. É citado um trecho do pacote, considerado revelador, quanto às intenções autoritárias do projeto:

“Reconhece-se, nos dias que correm, que a ação preventiva, de orientação psicológica, diagnóstico precoce, aconselhamento e terapia psicológica, exercida em larga escala, é um dos poucos recursos realmente efetivos de que as comunidades podem lançar mão, a fim de evitar que se agrave ainda mais um estado de coisas realmente inquietante, notadamente em domínios como crime e delinqüência, tóxicos, deteriorização das relações familiares, abuso de crianças, alcoolismo, desvios sexuais, desvios ideológicos e terrorismo, etc.” (*Rádice* n° 9, p.18)

O trecho denunciaria um uso da psicologia como um instrumento de controle a serviço do Estado, cuja função seria “reprimir desvios ideológicos e sexuais” na população. *Rádice* enxerga, no projeto de Pfromm Neto, os velhos mecanismos de normatização social, impostos sob a justificativa de zelar pelos valores morais que assegurariam a manutenção da ordem e o bom funcionamento da sociedade. A proposta e toda a armação para aprová-la, que Ralph denuncia, foram consideradas tão nocivas que, segundo a *Rádice*, foram capazes de unir diversas correntes contra o que seria um retrocesso na psicologia brasileira. No alto da página, vemos um desenho de um pacote cheio de armas dentro, afirmando não só o autoritarismo proposto pela medida, como, a meu ver, a suposta ligação ideológica dos autores do projeto com a ditadura militar.

A revista publica ainda uma carta escrita por um estudante que prestou vestibular para o curso de Psicologia da PUC – Rio e teve que passar por um teste que visava avaliar

o seu perfil psicológico no intuito de descobrir se este não possuía desvios que fariam dele uma figura indesejável na faculdade.

Sou candidato a uma vaga no curso de Psicologia. Mas os candidatos dessa área precisam passar por um teste, dividido em três etapas, que se revela ao mesmo tempo ridículo e pretensioso, pois tenta colocar a nu o candidato que possa apresentar qualquer comportamento ou raciocínio “divergente”. (...) O que você gosta, o que você não gosta, o que você fez de mal, o que você é capaz de fazer de bem ou de mal, se você é contestador das leis, se você é pelas soluções violentas, se você participaria de movimentos de agitação, se você já fez sexo de maneira condenada (ou condenável) pela sociedade, etc.etc.etc. (*Rádice* n ° 9, p.10)

A iniciativa da universidade é considerada pela revista digna de ser denunciada. Isso se repetirá sempre que *Rádice* encontrar relatos do uso da psicologia para este tipo de avaliações normativas, que visariam excluir os desviantes e opositores de uma ordem estabelecida. O trecho final da carta é revelador, evocando um pensador que encarnou na época o papel de militante pela liberdade e contra a opressão das normas de bom comportamento:

É engraçado que uma universidade de postura liberal como a PUC-RJ tenha tomado essa iniciativa vanguardista no campo da psicologia dedo-duro.
(...) Alô, alô, Reich. Terra chamando!” (*Rádice* n ° 9, p.10).

Na *Rádice* 8, a discussão da pretensão universalizante do saber *psi* volta à tona em uma entrevista com o antropólogo Gilberto Velho. De acordo com Velho, é preciso lembrar sempre que a psicanálise “tem seus limites culturais, sua história, e se desenvolveu num determinado quadro social, estando, portanto, limitada por essas experiências como qualquer outra ciência”. O enfoque na experiência individual que a psicanálise empreende não poderia ser aplicado da mesma maneira às múltiplas formas de organização social. Em sociedades holísticas, por exemplo, nas quais a hierarquia se sobrepõe ao indivíduo, a teoria psicanalítica não poderia explicar da mesma forma a subjetividade.

Gilberto Velho reflete sobre a relação entre psicanálise e individualismo, afirmando que a psicanálise “fabrica o individualismo na medida em que ela coloca o indivíduo como sendo o foco da problemática”. Ao mesmo tempo, a psicanálise só pode ser gerada nessa sociedade e nessa cultura, que cultivam fortemente o valor do indivíduo sobre a massa, a competitividade e outros valores presentes no sistema capitalista. Velho conclui que os psicanalistas precisam relativizar o seu saber e perceber como ele está distante não só de outras sociedades e culturas, mas também de outras classes sociais brasileiras, onde individualismo e holismo se confundiriam:

O que não pode acontecer é cair-se neste exclusivismo analítico, neste dogmatismo, numa explicação de mundo unilateral em que você procura explicar tudo através de um discurso muito fechado, dar conta de tudo através de um sistema de classificação muito particular que não dá conta de muita coisa. (*Rádice* n° 8, p. 30)

O título da entrevista, “A psicanálise contra a parede” revela a concordância da revista com o discurso do entrevistado. O questionamento da teoria psicanalítica e da forma como os psicanalistas lidam com o seu saber e prática está presente ao longo de toda a revista e as entrevistas são muitas vezes espaço para a exposição dessas idéias, que pregam uma desmistificação das doutrinas e uma indagação sobre o poder hegemônico que acaba sendo conferido para os detentores destes saberes, especialmente quando estes se tornam ortodoxias com pretensões universalizantes.

Podemos perceber que *Rádice* faz questão de explicitar contra quem está se posicionando, inclusive dizendo expressamente, muitas vezes, os nomes das entidades e pessoas contestadas nas páginas da revista. O campo *psi* é visto como uma das arenas de luta nas quais a *Rádice* se insere. Com o passar dos anos, muitas das pessoas que compuseram a *Rádice* vão aderindo às terapias corporais que começam a ganhar espaço no Brasil no fim da década de 70 e se distanciando cada vez mais da psicanálise, inclinando-se em direção a Reich e seus discípulos David Boadella e Alexander Lowen. Carlos Ralph, por exemplo, tornou-se terapeuta corporal de inspiração reichiana e, nos anos seguintes, promoveu muitas palestras e eventos sobre o autor alemão. O jornal *Luta & Prazer*, herdeiro da *Rádice*, virou um grande divulgador das terapias corporais e do complexo “alternativo”. Este grupo, desbravador de um novo campo, que conseguiu conquistar de forma bem sucedida o seu espaço, se colocaria desde o começo de sua trajetória – vide o posicionamento assumido na *Rádice* – às margens das práticas oficializadas e reconhecidas pelas entidades legitimadoras do campo *psi*. Desta forma, *Rádice* já anuncia em sua primeira matéria um movimento que só faria crescer nos exemplares posteriores, o distanciamento de uma determinada psicanálise e a afirmação de uma postura assumidamente marginal, como define Russo, em sua análise sobre os terapeutas corporais que começam a atuar na cidade do Rio de Janeiro durante o final da década de 70:

Ao mesmo tempo o “tornar-se diferente”, o distanciamento das orientações conhecidas sem que se saiba bem que novas orientações adotar, tudo isso conduz a uma certa **margi-nalidade** – isto é, a viver nas margens ou pelas margens. (...) Marginal sobretudo porque sua implementação e difusão ocorriam nas margens das

práticas mais “oficiais” ou institucionalizadas – fora dos currículos das universidades, num circuito que os próprios participantes chamavam na época de **alternativo**. Também marginal na sua ideologia, que se quer libertária, na prática que visa **liberar** os sujeitos da “repressão social” que incide sobre o corpo, redundando sempre em um certo grau de contestação das formas habituais de vida e comportamento. (RUSSO, 1993: 183)

Antes de surgir explicitamente o interesse por Reich e pelas terapias corporais, pode-se flagrar na idéias subjacentes ao texto da *Rádice* essa disposição à marginalidade, ainda que não se saiba que caminho teórico e prático tomar. Essa discordância de valores e idéias hegemônicos e a busca de um novo espaço vai ganhando corpo e, nos últimos números da revista, se definindo na radicalização das posições, cada vez mais próximas de Reich, ainda que outros teóricos como Foucault, Guattari e Laing também ganhassem espaço como inspiração.

A intenção de expor, resumidamente, neste ponto do texto, o movimento que perpassa o “começo, meio e fim” da trajetória da *Rádice* é de que, através da compreensão do rumo teórico e ideológico que a revista viria a tomar, se perceba que desde a primeira matéria essa postura de contestação já está assumida, ainda que não se soubesse naquele momento exatamente onde ela desembocaria. Há uma busca por novos caminhos dentro da psicologia. Pode-se dizer que a história da *Rádice* narra um pouco do fim do processo de gestação e o desabrochar da *pós-psicanálise*. Ao longo do tempo, as áreas de militância e as causas abraçadas foram se demarcando, sempre orientadas pela perspectiva do combate às hierarquias e às formas de poder, traços paradigmáticos da contracultura, assim como a politização da subjetividade, encontro entre “psicologismo e politicismo”:

A Rádice, surgida em 1978 (um pouco antes do *boom* propriamente dito das terapias corporais), apesar de conter alguns artigos sobre Reich e sobre orgonomia e de anunciar em 1980 a revista *Energia e Caráter* de David Boadella, parece ter se centrado mais numa proposta de uma nova política (diversa da política partidária tradicional), na divulgação do ideário da contracultura, na crítica à psicanálise realizada pela IPA, na defesa da antipsiquiatria. (RUSSO, 1993:163)

5 CONCLUSÃO

Rádice concentrou em suas páginas diversas questões que estavam em voga no Brasil e no mundo durante a segunda metade da década de 70. Com base nisso, pode-se afirmar que a publicação é um rico retrato de sua época, um registro de um período no qual profundas transformações sociais e ideológicas estavam desabrochando e outras sendo engendradas. Dentre estas transformações, a que mais me interessou nesta pesquisa foi o encontro entre a subjetividade e a política, momento em que a transformação do indivíduo e do cotidiano no qual este se insere parece afirmar-se como um caminho para a verdadeira transformação da sociedade.

Creio que *Rádice* retrata a eclosão, que no Brasil se deu no fim da década de 60 e, principalmente, durante a década de 70, de uma nova forma de militância política dentro da esquerda, a qual se distancia da doutrina marxista e da ênfase nas questões de classe e passa a conceber a política, mais do que como um engajamento, como uma forma de relacionar-se com o mundo, como parte inseparável da própria experiência do cotidiano.

Santuza Cambraia Naves descreve como a eclosão de um novo paradigma ideológico, fortemente calcado no individualismo e no questionamento de velhos dogmas revolucionários, traria uma forte renovação para uma parte significativa da esquerda:

Esta atitude voltada para o aqui e agora, sem dúvida, provocou um impacto nos dogmas da esquerda tradicional, que defendia a idéia de sacrificar o presente em função da construção do futuro, de uma sociedade sem classes e mais justa, etc. Esses novos ativistas, comprometidos com a politização do cotidiano, se diferenciaram bastante dos militantes anteriores, fundamentados em ideais marxista-leninistas. Este último tipo de ativista (marxista-leninista) começa a se revelar para muitos como uma espécie de chauvinista, quando comparada com o ativista que repensa os papéis sexuais e a divisão do trabalho entre homem e mulher. Se os intelectuais de esquerda do período anterior se ocupam exclusivamente com as questões de classe social (operária camponesa), os pensadores da “nova esquerda” vão se preocupar com o racismo, o homofobismo, o machismo e outros problemas semelhantes relacionados às chamadas minorias. (CAMBRAIA NAVES, 2007: 259).

A base desta mudança seria, penso eu, a ênfase no indivíduo e em sua singularidade e a oposição entre este e os mecanismos sociais que o reprimiriam, inibindo o seu potencial. Com isso, o autoritarismo é identificado como a principal ameaça à liberdade individual, passando a ser denunciado em todas as relações sociais, até mesmo em suas expressões mais sutis. A politização do cotidiano significa o questionamento de todas as relações, hábitos e padrões de comportamento, o entendimento de que a luta pela liberdade e autonomia se dá em

todas essas esferas. Neste contexto, a política tradicional, preocupada com as grandes questões nacionais e geopolíticas, não é abandonada, mas passa a se articular com a política do cotidiano.

Como assinaléi, não é gratuita a ênfase, que encontramos em diversas matérias, artigos e entrevistas publicadas na *Rádice*, nas biografias individuais de diversos personagens, e na forma como se dão as mudanças na trajetória destes. São abordadas principalmente transformações ideológicas ou mudanças na maneira do personagem em questão lidar com a sua sexualidade. Estes são, é importante notar, dois temas complementares. O primeiro se refere à ruptura em relação à ideologia marxista que orientava a esquerda brasileira e à conseqüente adesão a novas idéias libertárias. Já o segundo remete à conquista de uma sexualidade mais livre, menos reprimida, item crucial na mudança individual pregada pelo ideário da liberação.

A meu ver, *Rádice* reflete a maneira como a transformação individual passou a ser vista como fator fundamental para uma verdadeira mudança social. A mudança tornar-se-ia um objetivo a ser alcançado, levando o indivíduo a repensar aspectos de sua vida, de suas relações e de seus desejos. Creio que o interesse nas biografias dos indivíduos deve-se ao fato de ser a *Rádice* uma revista de psicologia, voltada, portanto, para a questão da subjetividade. Esta seria pensada, porém, sempre de forma política, seja em relação à sexualidade, seja em relação aos chamados doentes mentais, seja a outras características.

O ideário que orienta a maneira com que estes temas são concebidos nas páginas da revista é informado por noções como antiautoritarismo e busca da autonomia individual, uma ideologia individualista e libertária, cuja atuação política se voltará para o cotidiano. Por exemplo, em relação à sexualidade, *Rádice* irá problematizar a maneira como os indivíduos se relacionam com os seus corpos e em que medida eles podem se libertar das repressões que sobre eles incidira. Um discurso muito popular na época advogava que a sexualidade dos indivíduos vinha sendo há muito controlada por um sofisticado mecanismo de interdição que visava, entre outros objetivos, controlar o uso das energias, a qual deveria ser aplicada, prioritariamente, no trabalho. É baseado neste tipo de idéias que o sexo e, o livre desfrute do prazer para além das condenações morais, passa a ser visto como uma transgressão/afirmação da liberdade individual. Foucault (1979), um dos principais críticos deste tipo de concepção a respeito da história da sexualidade, a qual denominou “hipótese repressiva”, descreve como tal ideário irá suscitar o surgimento de um militante engajado na liberação sexual, para o qual o sexo passa a ser um campo de batalha fundamental, tornando-se um caminho para a liberdade do indivíduo e para sua felicidade, através da desrepressão do

próprio corpo. Com base nisso, Foucault relaciona este discurso libertário sobre a sexualidade à promessa do alcance, mediante a liberação sexual, de uma plenitude individual e de uma sociedade próspera e utópica:

(...) o que me parece fundamental é a existência, em nossa época, de um discurso onde o sexo, a revelação da verdade, a inversão da lei do mundo, o anúncio de um novo dia e a promessa de uma certa felicidade, estão ligados entre si. É o sexo, atualmente, que serve de suporte dessa velha forma, tão familiar e importante no Ocidente, a forma da pregação. Uma grande prédica sexual – que teve seus teólogos sutis e suas vozes populares – tem percorrido nossas sociedades há algumas dezenas de anos; fustigando a antiga ordem, denunciando as hipocrisias, enaltecendo o direito do imediato e do real; fazendo sonhar com uma outra Cidade. Lembremo-nos dos Franciscanos. E perguntemo-nos como foi possível que o lirismo, a religiosidade que acompanharam durante tanto tempo o projeto revolucionário tenham sido, nas sociedades industriais e ocidentais, transferidos, pelo menos em boa parte, para o sexo. (FOUCAULT, 1979:13)

Creio que os trechos da *Rádice* que analisei no capítulo 4 demonstram o envolvimento da revista com este ideário libertário e o entendimento da sexualidade como uma questão política de primeira ordem. Encontramos críticas a determinadas instituições sociais, como o casamento e a família nuclear burguesa, cuja estrutura e a própria razão de ser estariam relacionadas à interdição do sexo e à repressão sexual. A sexualidade é pensada na *Rádice* em relação com a pobreza, ou com os preconceitos, ou com a opressão presente em uma comunidade conservadora do interior do país, ou, ainda, com diversos outros fatores sociais. Desta forma, os personagens das matérias são apresentados como indivíduos que subjetivam esta repressão, devendo, portanto, superá-la para, então, libertarem-se e alcançarem uma sexualidade “sadia”: o combate se dá, portanto, no interior de cada indivíduo e na modificação de suas relações com o seu próprio corpo e com os outros.

Nesta cruzada antiautoritária, grupos de indivíduos que se consideravam oprimidos de alguma forma organizam-se para reivindicar seus direitos de igualdade perante a lei e liberdade. Temos, então, simultaneamente, dois fenômenos complementares: os movimentos libertários, que pregam a luta contra todas as formas de repressão, e os movimentos igualitários, que militam pelo reconhecimento da diferença e afirmação da igualdade de direitos. Ambos estão ancorados na noção de que o indivíduo deve ser livre para realizar-se plenamente e que a sociedade o constrange e reprime.

Rádice encampou, embora com certa timidez, as bandeiras relacionadas à militância das “minorias sexuais” e se voltou para outras causas importantes que despontavam no momento, como a defesa dos direitos do consumidor e a ecologia. Essas novas bandeiras irão

ocupar o lugar das questões pelas quais a “velha esquerda” militava, orientadas pela noção de luta de classe e pelo objetivo de se promover uma revolução socialista. Os novos campos de militância irão se pautar por questionamentos como a crítica da noção de progresso que sustentava tanto os projetos capitalistas quanto comunistas, e a crítica à normatização da sociedade e, mais uma vez, ao autoritarismo.

Rádice refletiu, ainda, a atuação dentro do campo *psi* de uma forma particular de ativismo, influenciada pelas idéias libertárias e antiautoritárias, por todo o ideário da contracultura, da Nova Esquerda e por autores como Reich, principalmente, mas também R.D. Laing, Foucault (como autor da história da loucura, anteriormente aos estudos sobre a sexualidade), Guattari e outros. A revista militou intensamente pela humanização dos tratamentos psiquiátricos no Brasil e debateu idéias e soluções para a implantação de uma psiquiatria alternativa no país. A psiquiatria oficial foi por muitas vezes retratada nas páginas da *Rádice* como uma prática autoritária, desumana, a qual, através de seu status científico, legitimaria um projeto normativo empenhado em controlar desvios que pudessem ameaçar, de alguma forma, a ordem social. Tanto as relações entre psiquiatras, pacientes e a comunidade que os cerca, quanto a própria experiência da loucura são pensadas de forma política na revista. É interessante notar que a concepção que compreende os problemas psiquiátricos como fenômenos associados a causas sociais representa um processo de politização da psiquiatria, e, mais uma vez, da subjetividade.

Um outro aspecto importante que teve destaque na *Rádice* foi a formulação de uma crítica à psicanálise e ao campo psicanalítico brasileiro, centrada no argumento de que esta seria despolitizada e seria praticada por muitos psicanalistas como uma teoria fechada, que, através de seus postulados, seria capaz de dar conta das questões subjetivas. *Rádice* representava um grupo de psicólogos marginal em relação ao *status quo* do campo *psi* brasileiro. As questões que colocou e a forma como atuou são uma expressão da luta deste grupo por espaço, reconhecimento e capacidade de influência no campo.

Rádice foi uma revista que refletiu em suas páginas idéias e, principalmente, um determinado clima de sua época e defendeu ardorosamente algumas causas e bandeiras, mantendo uma postura política ativista engajada. Decerto, a orientação teórica e ideológica que parecia inspirar a revista sofreu mudanças ao longo de sua trajetória. Como demonstrei na primeira parte do capítulo 4, reflexões sobre a sexualidade e o pensamento de Reich, retomadas a partir da década de 60, foram sendo introduzidas cada vez com mais força nos debates propostos, na medida em que os textos publicados ficaram, em geral, mais apologistas

das idéias do teórico alemão - muito embora houvesse algum espaço para discussões e opiniões diferentes.

De fato, a meu ver, a revista foi ficando cada vez mais preocupada com a questão da liberação sexual e, ao mesmo tempo, mais doutrinária em seu discurso. Foi este o seu caminho até desembocar no jornal *Luta & Prazer*, fortemente orientado pelas idéias de Reich⁴². Não se pode dizer que as outras causas defendidas pela *Rádice* tenham sido abandonadas, mas ficaram, de certa forma, em um segundo plano. Mesmo que ainda houvesse uma certa pluralidade de temas e espaço para outras opiniões, creio que o leque de *Rádice* foi se fechando em torno de uma certa doutrina, o que fez com que a publicação perdesse o que era, a meu ver, uma de suas maiores virtudes, a autonomia e independência em relação às idéias totalizantes, sua postura de não alinhamento.

Porém, não há como deixar de admirar o empenho da equipe e de todos aqueles que contribuíram com a publicação, especialmente de seu editor, Carlos Ralph. Mesmo enfrentando adversidades financeiras de forma contínua, a revista e o jornal, seu herdeiro, sobreviveram, tornando-se uma referência para muitos e um espaço alternativo de importantes discussões. A postura iconoclasta de *Rádice* e sua militância em causas fundamentais como a humanização dos tratamentos psiquiátricos foram importantes em uma época na qual a luta contra o autoritarismo e contra a repressão, em diversos setores da sociedade, trouxe grandes avanços.

Experiências como as realizadas em Gorizia e Arezzo certamente inspiraram mudanças na estrutura das relações entre psiquiatras e pacientes e na forma como são hoje concebidos os tratamentos e as instituições psiquiátricas. A antipsiquiatria, como afirmou Castel, ajudou a desestigmatizar o louco e a reduzir os preconceitos que os apartavam dos “normais”. Como legado das lutas desta geração de pensadores, psicólogos e psiquiatras, e de outras que vieram antes e depois, os hospitais psiquiátricos do tipo “depósito de gente” foram reformulados, passando a oferecer um tratamento mais digno, e as políticas públicas para o campo psiquiátrico reformuladas. As idéias engendradas nas décadas de 60 e 70, e debatidas pela *Rádice*, provocaram grandes mudanças na psiquiatria brasileira, sendo cruciais para a consolidação da Reforma Psiquiátrica, influenciando até hoje, com muita força, as políticas públicas voltadas para a saúde mental no país.

⁴² Carlos Ralph, no editorial do primeiro jornal *Rádice Luta & Prazer*, explicava, notadamente embasado em Reich, a importância do prazer na luta: “A vivência do gozo, da alegria, propicia o pleno exercício da condição humana, da consciência social. O prazer maleabiliza o corpo, expande as capacidades mentais, felicita a vida. A repressão enrijece, acomoda, fascista. Reivindicamos o prazer”. (Carlos Ralph, editorial, *Rádice Luta & Prazer*, nº 1, agosto de 1981).

No campo da psicanálise, a militância a qual *Rádice* aderiu fez com que as chamadas “sociedades oficiais” filiadas à Associação Internacional, comumente associadas a uma psicanálise mais “normalizadora” e conivente com o conservadorismo político, perdessem o monopólio que possuíam sobre o ensino da psicanálise e o treinamento de novos psicanalistas. Paralelamente, como recompensa pela sua luta por espaço no campo *psi*, terapeutas corporais e outros segmentos que se localizavam à margem dos meios psicanalíticos hegemônicos daquele momento conseguiram construir e consolidar no Brasil um “complexo alternativo” muito bem-sucedido em termos profissionais (RUSSO, 1993).

É interessante notar que as terapias alternativas tornam-se cada vez mais influentes, convivendo, hoje, de forma paradoxal, com um paradigma psiquiátrico biologizante e organicista, o qual vem ganhando espaço e buscando a hegemonia nos discursos sobre a subjetividade. Bezerra Jr (2008, 131) demonstra como o fisicalismo conquistou espaço ao longo das últimas décadas:

Quarenta anos depois, o quadro mudou completamente. A biologia tornou-se hegemônica como ciência de base da psiquiatria, varrendo de seus domínios a psicanálise e a fenomenologia. (...) A psiquiatria expandiu fantásticamente seu horizonte de ação, deixando para trás os limites da patologia e da terapêutica, aventurando-se – com as chamadas *lifestyle drugs* – na seara da otimização do bem-estar e do aperfeiçoamento (*enhancement*) da experiência. O imaginário social, que nos anos 60 e 70 havia sido invadido pelo vocabulário psicológico – em particular o freudiano (*repressão, conflito inconsciente, desejo, ato falho, recalque, superego, etc*) -, sofreu uma virada e passou a ser cada vez mais permeado por termos de origem biológica (*neurotransmissores, serotoninas, sinapses, localizações cerebrais, redes neurais, plasticidade cerebral, etc*). O *psychobabble* foi substituído pelo *biobabble*.

A exemplo do que ocorre no campo psiquiátrico, as implicações que as idéias libertárias dos anos 60 e 70 tiveram nas mudanças ocorridas em outras esferas sociais durante as décadas posteriores continuam sendo discutidas. Muitas dessas bandeiras levantadas nos anos 60 e 70 penetraram no campo da política institucional: a ecologia, por exemplo, assumiu o status de um dos assuntos mais relevantes na pauta política do século XXI, sendo alçada ao posto de política de Estado. É difícil negar que outra importante conquista dos movimentos anti-autoritários foi ter levado a uma exigência de maior igualdade nas relações dentro das famílias, hospitais psiquiátricos, escolas, universidades, etc.

Em relação à sexualidade, houve grandes transformações, como uma significativa liberalização nos costumes e na forma dos indivíduos se relacionarem. A liberdade e a felicidade, entretanto, não foram alcançadas. Muito pelo contrário, a exacerbação da sexualidade e a obrigação do indivíduo de alcançar o gozo pleno demonstraram ser também fontes de angústias e insatisfação. Por outro lado, as minorias sexuais conseguiram conquistar

uma série de direitos e amenizar os preconceitos. Hoje, acompanhamos uma verdadeira proliferação de movimentos identitários, com suas siglas, que questionam a universalidade do modelo “branco, heterossexual, masculino”.

Em outra esfera, a apropriação de uma série desses valores, como autenticidade, mudança de vida e hedonismo, pela indústria da propaganda, parece ter injetado no mercado um dos combustíveis mais poderosos vistos até hoje. Indagando o paradeiro histórico dos valores libertários, o filósofo esloveno Slavoj Zizek afirma que:

O novo espírito do capitalismo recuperou triunfalmente a retórica anti-hierárquica de 1968, apresentando-se como bem sucedida revolta libertária contra as organizações sociais opressivas do capitalismo corporativo e do socialismo “realmente existente”. (Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 4 de maio de 2008:10)

Alienados de seu sentido político contestador, a liberdade e o prazer reivindicados pela juventude libertária teriam sido incorporados como palavras de ordem quase onipresentes em slogans publicitários. Diante de um cotidiano opressivo e vazio, o consumo oferece redenção, êxtase sensorial e felicidade para aqueles que desejam e podem se dar ao luxo de “viver sem horas mortas” e “querer tudo”. No contexto atual, segundo Zizek, o sexo, por exemplo, tornou-se mais uma mercadoria e o prazer deixou de ser uma reivindicação para tornar-se uma obrigação:

O que sobreviveu da liberação sexual dos anos 1960 foi o hedonismo tolerante, facilmente incorporado a nossa ideologia hegemônica: hoje o prazer sexual não apenas é permitido, é ordenado – os indivíduos se sentem culpados quando não podem desfrutá-lo. As tendências às formas radicais de prazer (por meio de experiências sexuais e drogas ou outros meio de indução ou transe) surge em um momento político preciso: quando o “espírito de 68” esgota seus potenciais políticos. (Folha de São Paulo, Caderno Mais!, 4 de maio de 2008:10)

Hoje, vivemos em um cenário político completamente diferente daquele dos anos 60 e 70. O comunismo enquanto projeto alternativo ao capitalismo parece ter naufragado e nenhuma alternativa mostrou-se capaz de ocupar o seu lugar. Jacoby (2001:25-26) acredita que atualmente estamos vivendo uma era sem utopias, na qual a maioria dos pensadores de esquerda se contentaria em tentar imaginar meios de aperfeiçoar o sistema capitalista, buscando amenizar os seus efeitos negativos, na medida em que este se tornou hegemônico a ponto de ser considerado um dado irreversível da realidade.

Os socialistas e esquerdistas de hoje não sonham com um futuro qualitativamente diferente do presente. Em outras palavras, o radicalismo já não acredita em si próprio. Em outros tempos, os esquerdistas agiam como se pudessem reorganizar

fundamentalmente a sociedade. Intelectualmente, esta crença gerava uma visão utópica de uma sociedade diferente; psicologicamente, repousava numa certa autoconfiança quanto ao próprio lugar na história; politicamente, dependia das perspectivas concretas.(...) Para evitar encarar a derrota e suas conseqüências, a esquerda passou a falar livremente a linguagem do liberalismo – o idioma do pluralismo e dos direitos.

As formas de contestação política também sofreram grandes mudanças nas últimas décadas. É muito comum ouvirmos que a juventude de hoje em dia é mais apática em relação à política do que a dos anos 60. Creio que esta é uma afirmação precipitada e uma comparação infrutífera. Hoje, a Internet e outras novas tecnologias tornaram-se importantes ferramentas de protesto, possibilitando a troca de informações, rompendo fronteiras físicas, promovendo uma capacidade de associação entre indivíduos jamais vista até então e criando novas formas de militância e ativismo, ainda difíceis de serem compreendidas e mensuradas nos impactos que podem gerar. A participação decisiva das inúmeras pessoas que enviaram mensagens de seus celulares nas eleições espanholas de 2004 e o sucesso da campanha de Barack Obama no site de vídeos You Tube serve como uma demonstração do poder político das novas tecnologias.⁴³

Talvez, a pulverização dos protestos na Internet e do ativismo em inúmeras causas que surgiram não nos permita ver com nitidez o que está acontecendo em termos de militância atualmente. De qualquer modo, não penso que seja um procedimento particularmente proveitoso comparar o suposto “engajamento” dos jovens da geração de 68, com a suposta “apatia” dos jovens de hoje em dia, até porque esta é, na minha opinião, uma afirmação impossível de ser comprovada. Interessa mais, creio eu, resgatar alguns dos aspectos interessantes do período que possam estar esquecidos. A “politização do cotidiano” talvez seja um dos mais importantes destes aspectos. Penso que é preciso pensar uma nova politização do cotidiano, que esteja de acordo com o mundo contemporâneo e com suas novas questões, dentre as quais grande parte é muito diferente das enfrentadas nos anos 60 e 70. O ano de 1968 e a rebelião da juventude não devem ser deixados de lado, como pediu recentemente o presidente francês Nicolas Sarkozy, nem cultivados em uma dimensão mítica, como muitos costumam fazer.

⁴³ Em entrevista para o caderno Prosa & Verso, do jornal O Globo(31 de maio de 2008), o jornalista norte-americano Mark Kurlansky, autor do livro “1968, o ano que abalou o mundo”, associou as inovações na campanha do candidato vitorioso nas eleições norte-americanas aos valores que orientavam a militância política nas décadas de 60 e 70: “Obama tem hoje um milhão e meio de pequenos doadores cadastrados e já se tornou o maior arrecadador de dinheiro desta campanha. Isto mostra a força da multidão de eleitores contra o poder das grandes corporações e da máquina partidária. Este é um resultado de idéias que tiveram sua origem em 1968, porque a campanha tem gente jovem que dá as ferramentas pela Internet para que os eleitores organizem-se a si mesmos, nos mais diferentes estados, para votar. Isto é exemplo do movimento jovem, que tem por lema ‘faça você mesmo’, desta vez na política americana.”

Creio que vale mais a pena o esforço para compreender certos aspectos como: Quais das reivindicações do período continuam relevantes hoje em dia? Quais das bandeiras libertárias foram apropriadas, esvaziadas em seu sentido e contexto histórico, e estão sendo, hoje, utilizadas pelo mercado? O que o ativismo dos anos 60 e 70 gerou de realmente interessante e o que o resgate dessas idéias e práticas ainda pode nos ensinar?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda. *Paisagens existenciais e alquimias pragmáticas: uma reflexão comparativa do recurso às 'drogas' no contexto da contracultura e nas cenas eletrônicas contemporâneas*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- BEZERRA Jr., Benilton. *Da contracultura à sociedade neuroquímica: psiquiatria e sociedade na virada do século*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- BUARQUE DE HOLLANDA, Heloisa: *Impressões de Viagem: CPC, vanguarda e desbunde:1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.
- CAMPBELL, Colin. (1997), *A orientalização do Ocidente: reflexões sobre uma nova teodicéia para um novo milênio*. *Religião e Sociedade*, V. 18, n.º 1: Rio de Janeiro: 1997.
- CASTEL, Robert. *A gestão dos riscos: da antipsiquiatria à pós-psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1987.
- CAROZZI, María Julia, *Nova Era: A autonomia como religião*. In: CAROZZI, María Julia (org.) *A nova era no MERCOSUL*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- COELHO, Maria Claudia. *Herdeiros da contracultura: os estudantes de teatro cariocas na década de 80*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- COSTA, Jurandir Freire. *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- GABEIRA Fernando. *Nós que amávamos tanto a revolução: diálogo Gabeira - Cohn Bendit*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- GARCIA, Marco Aurélio & VIEIRA, Maria Alice (Orgs). *1968 – Brasil, França e Alemanha*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: 1999.
- GINSBERG, Allen. LEARY, Thimoty. SNYDER, Gary. & WATTS, Allan. *Drop out!*
In: COHN, Sergio & PIMENTA, Heyk (Org). *Encontros: Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- GOFFMAN, Ken & JOY, Dan. *A contracultura através dos tempos: do mito de prometeu à cultura digital*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- HOFFMAN, Abbie. “*Eu sei que venceremos*”. In: COHN, Sergio & PIMENTA, Heyk (Org). *Encontros: Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.
- JACOBY, Russell. *O fim da utopia*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MACIEL, Luis Carlos. *O Tao da contracultura*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____ . “*Num mundo feio não pode existir liberdade*”. In: COHN, Sergio & PIMENTA, Heyk (Org). *Encontros: Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2008.

- MARTINS, Luciano. *A Geração AI – 5* In: *Ensaio de Opinião*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MATOS, Olgaria C.F. *Paris 1968: as barricadas do desejo*. São Paulo: Brasiliense. 1981.
- _____ . *Feminismo: reforma ou revolução*. In: MANTEGA, Guido (Org). São Paulo: Brasiliense. 1979.
- MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. *Retrato de época: poesia marginal nos anos 70*. Rio de Janeiro: FUNARTE. 1981.
- _____ . *O que é Contracultura*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1986.
- MORICONI, Ítalo. *Para repensar o impensado*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- MORIN, Edgar. *O jogo em que tudo mudou*. In: COHN, Sergio; PIMENTA, Heyk. (Org.). *Encontros: Maio de 68*. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008.
- NAVES, Santuza Cambraia. *Frátrias Ressignificadas*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- PAZ, Octavio. entrevista transcrita na revista *Anima* (Rio de Janeiro, abril de 1977 nº 2) apud: MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. *Retrato de época: poesia marginal anos 70*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1981.
- ROLIN, Olivier. *Tigres de Papel*. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- RUSSO, Jane. *O corpo contra a palavra: as terapias corporais no campo psicológico dos anos 80*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993.

- SALEM, Tânia. *O “individualismo libertário” no imaginário social dos anos 60*. In: Revista Physis. Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 1991.
- SANTOS, Alessandra Daflon. *Rádice: muito prazer! Crônicas do passado e do futuro da Psicologia no Brasil*. Tese de Doutorado em Psicologia Social. Rio de Janeiro, 2008.
- SANTOS, Alessandra Daflon. & JACÓ-VILELA, Ana Maria. *Rádice: Passado e Futuro*. Revista Psicologia & Sociedade, 17 (3), 18-24, set-dez: 2005.
- SONTAG, Susan. *A vontade radical*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- SOTO, Ernesto & ZAPPA, Regina. *1968: eles só queriam mudar o mundo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.
- SCHWARZ, Roberto. *O pai de família e outros estudos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VELHO, Gilberto. *Mudança social, universidade e contracultura*. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; NAVES, Santuza Cambraia. (Org.). *Por que não? Rupturas e Continuidades da Contracultura*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.
- _____ . *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1997.

Artigos de Jornais:

- RANCIÈRE, Jacques. *Vamos Invadir!* FOLHA DE S. PAULO, 4 de maio de 2008.
- ZIZEK, Slavoj. *Missão: Impossível*. FOLHA DE S. PAULO, 4 de maio de 2008.

Jornais:

- O GLOBO, 11 de maio de 2008.
- O GLOBO, 18 de maio de 2008.
- O GLOBO, 31 de maio de 2008

Revistas:

- REVISTA RÁDICE, (1), 1976.
- REVISTA RÁDICE, (2), 1977.
- REVISTA RÁDICE, (3), 1977.
- REVISTA RÁDICE, (4), 1977.
- REVISTA RÁDICE, 2, (5), 1978.
- REVISTA RÁDICE, 2, (6), 1978.
- REVISTA RÁDICE, 2, (7), 1978.
- REVISTA RÁDICE, 2, (8), 1978.
- REVISTA RÁDICE, 2, (9), 1979.
- REVISTA RÁDICE, 2, (10), 1979.
- REVISTA RÁDICE, 3, (11), 1979.
- REVISTA RÁDICE, 3, (12), 1980.
- REVISTA RÁDICE, 3, (13), 1980.
- REVISTA RÁDICE, 4, (14), 1980.
- REVISTA RÁDICE, 4, (15), 1981.
- REVISTA RÁDICE TEORIA/CRÍTICA, (1), 1979.
- REVISTA RÁDICE, EDIÇÃO DE 4 ANOS, 1980.

ANEXO 1: ALGUMAS CAPAS DA REVISTA RÁDICE



rādice

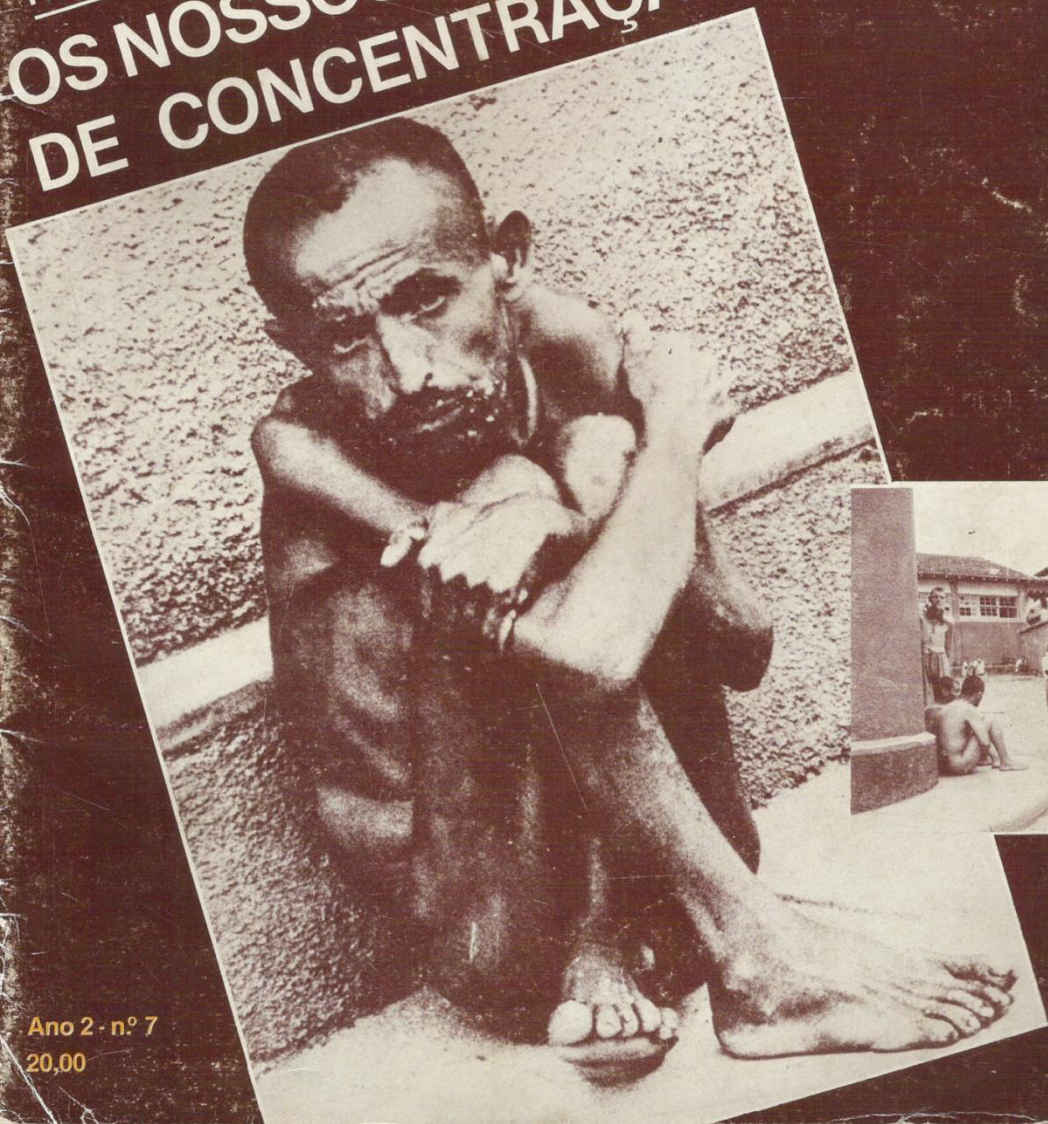
n.1 • diálogo psicanalítico • poder médico • inteligência e nutrição • entrevista • estágios • informação • parabéns states • transas • geralmente

rādice

revista de psicologia

Hospitais Psiquiátricos

OS NOSSOS CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO



Ano 2 - nº 7
20,00

Entrevista
Laing fala adoidado

Pesquisa
Educação Popular

Teoria/debate
Tortura

rãdice

revista de psicologia

Ano 2 - n.º 8

Para maiores
de 16 anos

30,00

Laing e Rogers
em Londres

O Simpósio
de Psicanálise



SEXO

rādice

revista de psicologia

Ano 2 n.º 9

30,00

Currículo

Pacote de Abril
da Psicologia

Histeria

Doença
da Pobreza



A LOUCURA DOS COMUNISTAS

SEX
2000

4
6
17
21
22
25
30
32
37
38
40
41

35,00

rãdice

revista de psicologia

Ano 2 N.º 10

Como enlouquecem
nossos operários

Telhados
Vermelhos



NICARAGUA

**RELATOS
DE GUERRA**

rãdice

Ano 3, N.º 12, Cr\$ 50,00

ESPECIAL
comportamento



CASAMENTO

TÁ TODO MUNDO SEPARANDO

Reich, Gabeira, Edilson Martins, Menino do Rio,
Homossexuais, Atores, Padres, Professores,
Casais Alternativos, Terapeutas de Casal.

rādice

Ano 4 / N.º 14 / 80,00

Adeus, Basaglia
A Derrota do "Julianelli"

PARA MAIORES
DE 18 ANOS



O COMBATE SEXUAL DA JUVENTUDE

- 23- Teoria/ Debate: As psicologias, a ciência e a travessa resignação – por Gregório Barenblitt.
- 29- Psicologia em 10 meses.
- 31- História de vida e anti-psiquiatria 1963.
- 35- Psiquiatra preto, não.

Rádice 6:

- 8- Profissão psicanalista: entrevista com Eduardo Mascarenhas.
- 10- Entrevista com Chain S. Katz.
- 12- Os efeitos da tortura – por Carlos Ralph L. Vianna e Elias Fajardo da Fonseca.
- 21- Psiquiatria e Pena de Morte: entrevista com um psiquiatra forense francês.
- 25- A perícia psiquiátrica – entrevista com o Dr. Rawlinson Lemos, psiquiatra do Manicômio Judiciário Heitor Carrilho.
- 27- *Rádice* entrevista Carl Rogers
- 29- Macumba e ciência: a racionalidade do místico
- 35- Ciência, critérios e obstáculos – por José Nobrega

Rádice 7:

- 8- Entrevista com R.D. Laing
- 13- Internação e fome
- 15- Educação popular de quem para quem
- 22- O inferno dos doentes mentais – dossiê sobre a situação dos hospitais psiquiátricos brasileiros.
- 28- O mercado dos psicotrópicos
- 30- Casos pavorosos de hospitalização desumana
- 35- Tortura: por Alex Polari de Alverga

Rádice 8:

- 8- Porque sexo – dossiê
- 10- Não gosto de homem: entrevista com uma doméstica
- 12- Vou vencer esta batalha: entrevista com uma garota de programa
- 13- Macho moderno: entrevista com Jorge, um “macho moderno”.
- 14- Um caso muito antigo.
- 15- Eu não sabia que era mulher: entrevista com uma mulher homossexual.
- 16- Confesso que doeu
- 17- Sexo de bolso
- 18 – Educação sexual. Qual?
- 19- Entrevista com o psiquiatra Isaac Charam, Presidente da Sociedade Brasileira de Sexologia.
- 20- Tratamento especial – Orgonoterapia: na cabeça e no corpo a recuperação da sexualidade perdida
- 21- Reich na luta
- 23- Sexo na cadeia: aqueles que do lado de dentro ou de fora das grades não se livrarem de suas prisões interiores, continuarão oprimidos.
- 27 – Laing, Rogers – relato de um encontro entre os dois.
- 33- Nem tanto, nem tanto – primeiro simpósio internacional de psicanálise, grupos e instituições.
- 34- Saúde mental dos ricos ou dos pobres? - por Sergio Arouca.
- 35 – A psicanálise contra a parede: entrevista com Gilberto Velho.

Rádice 9:

- 7- Telhados Vermelhos: dossiê sobre prática da saúde mental em Arezzo, na Itália.
- 8- Ampelia, Presidente dos Malucos: entrevista com paciente que assumira a presidência da Assembléia de Arezzo.
- 10- Arezzo, paraíso da loucura – entrevista com o psiquiatra Agostino Pirella.
- 13- A Assembléia.
- 14- A luta contra a normalidade.
- 17- O pacote da psicologia: bem embrulhado – hermeticamente fechado -, baixou o pacote em abril da psicologia propondo novas formas de atuação para os psicólogos...
- 22- Educación sexual para latino americanos – continuação do dossiê sobre sexo.
- 25- Sexo dos leitores: recado aos pais de família.
- 26- Olívia e Luíza: entrevista com um casal gay feminino.
- 27- Tirando a Roupa: entrevista com uma strip-girl.
- 30- Libertem Aparecido
- 33- Neurose Histórica – Doença de Pobreza
- 34- Castanheira: Aflição Nordestina

Rádice 10:

- 8- Nicarágua – Um feudo de sangue
- 17- De volta à Terra: sem revolta e sem ódio Aparecido vai reaprender a viver em liberdade
- 19- Assim enlouquecem nossos operários.
- 20- Telhados vermelhos: continuação do dossiê sobre o tratamento psiquiátrico aplicado em Arezzo, na Itália.
- 24- Um maluco muito consciente: entrevista com um ex-interno.
- 28- Os filhos da instituição.
- 30- Encontro nacional de psicanálise e psiquiatria social.

Rádice 11:

- 6- Seqüestro: Um ano após o seqüestro de Beatriz Perosio, a única informação sobre seu paradeiro é o silêncio cínico do governo argentino
- 9- Um país sob grades
- 10- (Dês) Encontro Nacional de Estudantes
- 14- A nova força dos trabalhadores – O surgimento de diversos movimentos dissidentes acirra as contradições em associações, consultórios e hospitais
- 15- Uma oposição vitoriosa
- 17- Um Es-passo de Renovação – Entrevista com uma chapa de oposição em Recife
- 20- “Não basta denunciar” – Entrevista com membros do Movimento de Trabalhadores em Saúde Mental
- 22- Mexer com a gente: entrevista com o Núcleo de Psiquiatria Alternativa
- 23- A trama da Rede – por Felix Guattari
- 27- Viver Comunidades: O sonho não acabou. Reunidos no interior de Mato Grosso, moradores de comunidades de todo o Brasil repensam e discutem suas experiências.
- 33- Gestalt, Felicidade: entrevista com Vera Felicidade

Rádice 12:

- 6- Como vai o casamento? : dossiê sobre o casamento
- 8- Entrevista com Fernando Gabeira
- 11- Entrevista com as profissionais do Centro de Atendimento à Mulher e à Infância.

- 14- Entrevista com Edílson Martins
- 16- Entrevista com um casal de mulheres
- 17- Entrevista com um casal heterossexual
- 19- Entrevista com o ator José Carlos Gondin
- 21- Agência de Casamentos: o arquivo dos apaixonados
- 22- Casamento pelo telefone: entrevistas com diversos personagens sobre o que pensam a respeito do casamento
- 24- Entrevista com uma mulher que se dizia feliz sem ter casado
- 25- Entrevista com uma mulher que se dizia infeliz no casamento
- 28- Depoimento de um padre no Araguaia
- 29- Entrevista com Guga, ex- “peladeiro” e “farrista” que acabara de se casar
- 31- Casamento indissolúvel – por Wilhelm Reich
- 36- *Rádice* presente em Minas:Um congresso maneiro – sobre o 3º Congresso Mineiro de Psiquiatria

Rádice 13:

- 8-Cuba - contradições de uma revolução: as profundas transformações ocorridas na assistência à saúde mental não foram acompanhadas por avanços nas técnicas terapêuticas.
- 15- Debate: Tá muito russo – por Luigi Moscatelli
- 24- Viver Comunidades – IV Encontro Nacional de Comunidades.
- 26- Continuação do dossiê sobre casamento
- 28- Ensaio: O casamento e suas implicações sócio-políticas: por César Sobreira
- 31- Hi, Hi, Hi, Alô, Buá: as creches estão aí.

Rádice 14:

- 8- Quadrinhos em R/Evolução.
- 12- Salve o Prazer – dossiê sobre sexo.
- 15- Entrevista com os integrantes da chapa Libido.
- 17- Entrevista com a modelo Elys.
- 19- Entrevista com uma mulher bissexual .
- 22- Hora do recreio: entrevista com alunos do colégio Helio Alonso.
- 25- Papo de acampamento: jovens conversam sobre sexo
- 27- Entrevista com integrantes do grupo SOMOS-RJ
- 31- O Combate Sexual da Juventude – por Wilhelm Reich
- 38- A Vitória de Todos: pressionado pela ação nacional de profissionais e estudantes de treze profissões, Julianelli retira seu projeto mafioso,
- 39- Dia do psicólogo: protesto e sangue em tristes coincidências.

Rádice 15:

- 10 - O emaranhado psicanalítico
- 13- Entrevista com Fernando Fortes
- 16- Entrevista com os diretores-proprietários do IBRAPSI
- 17- Entrevista com Gilberto Velho
- 19- Entrevista por Helio Pelegrino
- 20- Entrevista com Rachel Alkabetz.
- 21- Entrevista com Chaim Katz
- 23- Entrevista com Eduardo Mascarenhas.
- 26- Temporada de Caça – por Carlos Ralph
- 30- Carta aos compatriotas – por Alan Índio Serrano
- 34- Gritza: reserva de esperança

- 36- Entrevista com Helvécio de Siqueira e Silva
- 39- Combate sexual da juventude: continuação do dossiê publicado na *Rádice* 14
- 40- Adolescente e Anticoncepcionais
- 42- De repente, assim, sei lá: entrevista com um adolescente.
- 43- Sexualidade sadia, como?

